

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Revsta Querubim
Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais**

**Coletânea
Sustentabilidade, Educação, Ética e Cidadania**

**Mayara Ferreira de Farias
(Org. Coletânea)**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

Ano 16

2020

Niterói – RJ

2020

Revista Querubim 2020 – Ano 16. Coletânea. 99 pág. (jun./2020) Rio de Janeiro: Querubim, 2020 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)

Darcilia Simoes (UERJ – Brasil)

Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)

Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)

Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)

Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki

Andre Silva Martins

Elanir França Carvalho

Enéas Farias Tavares

Guilherme Wyllie

Hugo Carvalho Sobrinho

Janete Silva dos Santos

João Carlos de Carvalho

José Carlos de Freitas

Jussara Bittencourt de Sá

Luiza Helena Oliveira da Silva

Marcos Pinheiro Barreto

Mayara Ferreira de Farias

Paolo Vittoria

Pedro Alberice da Rocha

Ruth Luz dos Santos Silva

Shirley Gomes de Souza Carreira

Vânia do Carmo Nóbile

Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Pagamento por serviços ambientais – uma nova abordagem para a sustentabilidade no Brasil – Ana Paula Soares Manssini e Erika Bechara	04
02	Afetividade na relação professor-aluno no ensino fundamental ii: um estudo de caso na Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima (Rafael Godeiro/RN) – Gildeiza Fernandes de Oliveira, Mayara Ferreira de Farias, Carlos Moisés de Oliveira e Rochele Kalini de Melo Ribeiro	49
03	Ética e cidadania: contribuições para a implementação da transdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa – Marinalva Cavalcante de Lima, Mayara Ferreira de Farias, Carlos Moisés de Oliveira e Rochele Kalini de Melo Ribeiro	65
04	A formação ética e cidadã do educando através da transversalidade na disciplina de língua portuguesa – Cláudia Simonetti Silva Oliveira, Mayara Ferreira de Farias, Carlos Moisés de Oliveira e Rochele Kalini de Melo Ribeiro	79
05	Ética e cidadania: contribuições para o enfrentamento ao preconceito linguístico – Gleice Kelly da Silva Gomes, Mayara Ferreira de Farias, Carlos Moisés de Oliveira e Rochele Kalini de Melo Ribeiro	92

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS – UMA NOVA ABORDAGEM PARA A SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

Ana Paula Soares Manssini¹
Erika Bechara²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo examinar o instituto do pagamento por serviços ambientais diante de um novo cenário, haja vista que as medidas de comando e controle, além de gerarem um alto custo ao Estado, mostram uma baixa eficácia e não produzem o resultado almejado. Ademais, a humanidade avança numa proporcionalidade inversa entre desenvolvimento econômico e preservação ou manutenção dos recursos naturais, resultando num crescente prejuízo à qualidade de vida e significativas e preocupantes reduções dos estoques de recursos naturais. Há a, urgente, necessidade de que medidas de preservação e utilização adequada dos recursos naturais sejam, fortemente, implementadas e nos parece que os instrumentos econômicos assumissem relevante papel no cenário protecionista brasileiro, como medidas de indução de comportamentos e alternativas de política ambiental de melhor custo-benefício e dentre eles destacamos o pagamento por serviços ambientais como uma potencial possibilidade de avanço no campo da preservação. Ao final, a pesquisa concluiu que a nova abordagem da sustentabilidade, ou seja, do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental demanda sobremaneira o desenvolvimento de múltiplas possibilidades de pagamento por serviços ambientais.

Palavras-chave: Brasil. Serviços ambientais. Sustentabilidade.

Abstract

The objective of this study is to examine the institute of payment for environmental services in the face of a new scenario, since command and control measures, besides generating a high cost to the State, show a low efficiency and do not produce the desired result. In addition, humanity advances in an inverse proportionality between economic development and the preservation or maintenance of natural resources, resulting in an increased loss of quality of life and significant and worrying reductions in natural resource stocks. There is an urgent need for measures to preserve and properly utilize natural resources to be strongly implemented and it seems to us that the economic instruments assume a relevant role in the Brazilian protectionist scenario, such as measures to induce behavior and environmental policy alternatives of better cost-benefit analysis and among them we highlight the payment for environmental services as a potential possibility of advancement in the field of preservation. In the end, the research concluded that the new approach to sustainability, that is, the balance between economic development and environmental preservation demands the development of multiple possibilities for payment for environmental services.

Keywords: Brazil. Environmental services. Sustainability.

Introdução

Vivemos em constante evolução, constantes mudanças, como humanidade já estivemos diante de grandes desafios, desde nossa ancestralidade, mas, atualmente, estamos diante de um grande dilema, de um lado o anseio pelo crescimento econômico, pela expansão da sociedade e consumo pelo contínuo desenvolvimento tecnológico e de outro lado, a necessidade de reformular nossa forma de viver para permitir a manutenção do próprio planeta e da nossa vida nele.

¹ Especialista em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Orientadora. Profa Dra. Da Especialização em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O planeta apresenta sinais, cada vez mais, claros e irrefutáveis de saturação, tais como: poluição, desmatamento, alterações climáticas relevantes, contaminação do solo e dos alimentos, escassez de água, disseminação de espécies animais e vegetais, ocupação desordenada dos centros urbanos, epidemias, entre outros.

Essa situação, não apenas nos remete a uma piora na qualidade de vida, como também redundará em custos mais elevados para bens essenciais como a água, já não é de hoje que se debate sobre tema, todavia sem uma ação efetiva, cada vez mais necessitamos de aprimoramento, nessas tratativas.

No Brasil, um país repleto de recursos naturais e de uma desigualdade social digna de nota, também passamos por grandes mudanças nas últimas décadas. Em especial após a Constituição Federal de 1988, foram muitas alterações legislativas e, paulatinamente, vemos nossos valores sociais se transformaram, as pretensões e aspirações também foram modificadas.

Toda essa transformação social refletiu em nossa produção normativa, refletindo muitas vezes os anseios sociais, como era de se esperar.

Apenas como exemplo podemos citar as significativas alterações no direito civil, talvez, esse ramo do direito, tenha sido o primeiro a sofrer uma drástica transformação, ganhou registros de uma nova busca ética e o direito de propriedade ganhou um novo viés interpretativo voltado à sua função social. A dignidade da pessoa humana e boa-fé objetiva também foram preceitos norteadores da nova codificação.

Já o processo civil, após várias ondas de evolução e reformulação, também se cristalizou numa busca por um procedimento jurisdicional mais efetivo, mais célere, uniforme, e, por conseguinte, mais justo.

Por sua vez, o direito penal, a última *ratio*, também recebeu reformas aqui e acolá pois já não somos mais a mesma sociedade que habitava o país na década de 40, se nos tornamos pouco a pouco mais tolerantes com delitos que atingem bens patrimoniais de pouca expressividade, estamos abrindo os olhos e exigindo uma resposta firme do legislador para as violências domésticas, sexuais, crimes contra a Administração pública e outros.

Com o direito ambiental não podia ser diferente, também evoluiu, se modificou mesmo com sua cristalização na Constituição Federal de 1988, nos artigos 170, inciso VI e art. 225, vem sofrendo com a intempéries sociais, num movimento de apertada e afrouxada, avanços e retrocessos que refletem, talvez, o grau de consciência da sociedade sobre a relevância da preservação ambiental.

Como mencionado acima, nossa Constituição Federal registra, em diversos dispositivos, que a preservação do meio ambiente é essencial para a nossa federação, ao lado da valorização do trabalho e da livre iniciativa, temos como um dos princípios norteadores da ordem econômica nacional: a defesa do meio ambiente.

Também há o compromisso de preservar o meio ambiente para as futuras gerações, numa proposição que assume o fato de que os recursos naturais são limitados e que podem ser extintos ou totalmente prejudicado, caso não se adotem posturas proativas de preservação e controle da utilização.

Reconhecendo-se, portanto, a relevância da preservação do meio ambiente para a sociedade mais justa e digna. Como também como um ato de solidariedade com aqueles que ainda estão por vir nas próximas gerações, entregando-se um planeta onde possam também viver com qualidade.

Todavia, equalizar o desenvolvimento econômico, o direito de propriedade e a preservação do meio ambiente tem sido um gigantesco desafio para o legislador infraconstitucional, tratando-se ainda de uma questão bastante complexa e sensível.

O presente trabalho objetivou mencionar esse trajeto evolutivo das políticas ambientais demonstrando a necessidade da implantação de novas formas de proteção e de utilização sustentável dos recursos naturais, que superem os resultados obtidos com a tradicional política de comando e controle, destacando a relevância dos instrumentos econômicos como política ambiental e examinando o papel do pagamento por serviços ambientais.

Ao longo da pesquisa, perceberemos que o pagamento por serviços ambientais pode se dar de formas variadas e com variadas fontes de custeio, existindo no Brasil e no mundo exemplos concretos de implantação desse sistema com resultados significativos, podendo servir de uma ferramenta valorosa na solução do dilema apresentado.

Enfrentaremos a polêmica questão da possibilidade legal de pagamento por serviços ambientais nas hipóteses em que a preservação já seja obrigatória por força de lei. E por fim, nossa conclusão irá ponderar os aspectos positivos e negativos nessa nova modalidade de política ambiental.

Da relação jurídica do homem com o meio ambiente

Acreditamos que, desde o surgimento do próprio homem há uma forte interação com o meio ambiente, com o passar do tempo e com a consequente, sofisticação do ser humano, essa interação passa a ser mais complexa e a produzir maiores intervenções, como por meio das culturas, extrações, domesticação de animais e criação de rebanhos.

Há notícias de que povos orientais, em momento bastante pretérito já tratavam do tema, disciplinando a interação do homem com a natureza. No ocidente, na idade média haviam regimentos sobre a caça, por exemplo, portanto há a ideia de que, em tempos pretéritos, existiam algumas iniciativas de pontual preservação, todavia, ainda ligada a aspectos culturais relativos as tradições e crenças dos povos antigos.

Certamente, os movimentos sociais e filosóficos como o renascimento, o iluminismo, a revolução industrial e a revolução francesa interferiram, intensamente, no modo como a humanidade interage com a natureza.

Podemos dizer que direito ambiental, surgiu por força de uma sucessão renovações dogmáticas e conceituais a partir dos princípios iluministas, que repudiavam o teocentrismo e prometiam “iluminar as trevas” passando a admitir conceitos cada vez mais racionais e antropocêntricos.

Naquele momento, o combate ao antigo regime absolutista faz crescer a ideia de propriedade privada e pleno exercício da liberdade, notoriamente as relações comerciais a partir de então ganharam outros contornos e aumentando o ritmo de produção e consumo.

E, certamente, foi a partir da revolução industrial, surgida na Inglaterra, que pudemos experimentar formas de exploração ainda mais nocivas, a percepção dos prejuízos dessa espécie de interação tornou-se mais evidente. Ainda que, em um primeiro momento o maior prejuízo foi notado na área do meio ambiente do trabalho, posteriormente os reflexos da industrialização e do êxodo rural foram sentidos em vários aspectos, numa marcha crescente até os dias atuais.

Com a revolução francesa em 1789, que foi inspirada no iluminismo e subsequente declaração dos direitos do homem e do cidadão, ganham notoriedade os princípios da liberdade, da igualdade, da fraternidade. Em que pese naquele momento ainda não se falasse expressamente em meio ambiente, já se instalavam nos artigos 4º e 5º da declaração³ a ideia de que não eram admissíveis direitos em afronta o próximo ou a coletividade (USP, 2018).

O artigo 4º afirma que a liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites, apenas, podem ser determinados pela lei (USP, 2018).

O artigo 5º, por sua vez, destaca que a lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene (USP, 2018).

A percepção sobre a necessidade de proteção do meio ambiente não pode ser pontuada de modo preciso, como se oriunda de um único momento histórico, sendo um produto de um fluxo evolutivo contínuo, surgindo de modo gradual, desenvolvendo-se e adaptando-se aos avanços da humanidade.

Algumas iniciativas aqui e acolá para a preservação foram percebidos ao longo da história, um marco histórico amplamente divulgado, já bem mais recente, seria a criação *Yellowstone National Park*, em 1872, considerado o primeiro parque nacional do mundo, já fruto de ideias preservacionistas que começavam a surgir (ALVARENGA *et al.*, 2019)⁴.

Os princípios consagrados pela Revolução Francesa alcançaram reflexos universais, mormente após a Declaração Universal de Direitos Humanos adotada pela ONU, em 10 de dezembro de 1948 (ONU, 1995)⁵, merecendo destaque o artigo 29 que novamente limita as liberdades e direitos individuais ao bem-estar comum, estabelecendo que todo possui deveres para com a sua comunidade, o que nos parece o alicerce do ideal de fraternidade que envolve a preservação do planeta para as futuras gerações e que também fundamenta princípios ambientais como o poluidor –pagador e o protetor- receptor, conforme se verifica:

Artigo 29

- I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
- III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

³ USP. **Declaração de direitos do homem e do cidadão - 1789.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acessado em 06 mar. 2019.

⁴ ALVARENGA, Laura; ALMEIDA, Lina; BARROS, Lucas; MARCELLO, Matheus; FRANÇA, Vitor. **A6: O Surgimento do Movimento para Criação de Áreas Naturais Protegidas nos Estados Unidos e suas Bases Ideológicas - História da Noção de Mundo Selvagem (Wilderness).** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/393939/mod_resource/content/1/A6%20aprimorado.pdf>. Acesso em 24 mar. 2019.

⁵ ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acessado em 06 mar. 2019.

Especialistas correlacionam cada um dos princípios da Revolução Francesa com uma dimensão ou geração dos direitos humanos. Onde podemos perceber a movimentação continua de reconhecimento e de atos de implementação desses direitos garantias, tanto no plano internacional como nos sistemas legislativos internos das nações (DIÓGENES JÚNIOR, 2019)⁶.

Na primeira dimensão, foram consagrados direitos civis e políticos protegendo a liberdade dos cidadãos, podendo ser citados o direito a vida, à liberdade, à igualdade formal, à segurança, à propriedade, o acesso à justiça e os direitos humanos penais, bem como os direitos relacionados a democracia direta e indireta (OLIVEIRA; LAZARI, 2017, p.139-140).

Já na segunda dimensão ou geração, ganham força os direitos sociais, econômicos e culturais, propagando-se a ideia de igualdade material entre as pessoas e de justiça social, resguardando-se os direitos a saúde, educação, alimentação, lazer, moradia, família e trabalho (OLIVEIRA; LAZARI, 2017, p.143).

Por sua vez, os de direitos da terceira geração ou dimensão estão ligados ao princípio da fraternidade e veiculam uma ideia de solidariedade entre as pessoas, é aqui que passam a ser tutelados os direitos ambientais. (OLIVEIRA; LAZARI, 2017, p.145).

Enquanto, as duas primeiras dimensões ocupam-se de resguardar direitos individuais, está se ocupa de tutelar interesses e direitos difusos e coletivos, pautada na ideia de que a humanidade deve conviver de modo fraterno, nos termos do art. 29 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, acima apresentado.

Portanto, é partir da terceira geração de direitos fundamentais que o mundo passa a questionar a necessidade de regramento das relações do homem com a natureza.

Certamente, a reflexão sobre os reflexos da industrialização, do crescimento populacional e de uma sociedade cada vez mais consumista, passaram a ser pauta de reuniões importantes a partir deste estudo.

Aliado a isso, a dicotomia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento também fermentava questões de ordem econômicas e sociais que envolvia o debate ambiental. Pois os países já desenvolvidos com melhores condições econômicas e sociais, progrediram, de modo geral, as custas de sérios prejuízos ambientais e de outro lado, os países em desenvolvimento, com economias atrofiadas e umas condições sociais desfavoráveis, por muitas vezes, viam na exploração de seus recursos naturais a possibilidade de também se desenvolverem.

Em 1968, surge o Clube de Roma capitaneado por Aurelio Peccei, presidente honorário da Fiat, e pelo cientista escocês Alexander King, um grupo de vinte notáveis se reúne em Roma para discutir questões políticas e econômicas variadas. Preocupados com os avanços econômicos encomendam um estudo ao MIT (do Instituto de Tecnologia de Massachusetts) o relatório intitulado “*limites do crescimento*” registra o esgotamento dos recursos naturais caso a humanidade permanecesse crescendo e consumindo de modo desenfreado (PENSAMENTO VERDE, 2014a)⁷.

⁶ DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. **Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais?** Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>. Acesso em 24 mar. 2019.

⁷ PENSAMENTO VERDE. **Clube de Roma e o relatório “Os limites do crescimento” (1972)**. 2014a. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/clube-roma-relatorio-limites-crescimento-1972/>>. Acesso em 24 mar. 2019.

O relatório, em apertada síntese, faz um exame do crescimento populacional e do avanço da industrialização, pondera sobre finitude da água doce, o desgaste das terras cultiváveis, danos decorrentes da crescente necessidade de extração de minérios. E por meio de diversas simulações e ponderações se afirmou que mundo entraria em colapso nas próximas décadas. A poluição atmosférica também foi objeto do estudo e alertou sobre os riscos dos combustíveis fósseis e também da energia nuclear (MARTINS, 2019)⁸.

O trabalho foi duramente criticado na ocasião, mas inspirou uma discussão global sobre os efeitos do homem na natureza e a finitude dos recursos naturais.

Aos miseráveis, as consequências ambientais da modernidade, refletem seu lado mais obscuro: refugiados ambientais superam os refugiados de guerra, a má qualidade da água mata milhões de pessoas, doenças consideradas extintas retornam com maior intensidade em decorrência de desequilíbrios ambientais, vendem-se barato os preciosos recursos e serviços que a natureza fornece de graça por absoluta falta de opção (GIANUCA, 2006).

Em outra perspectiva, o desenvolvimento econômico trouxe consequências jamais vistas. Os desequilíbrios ambientais surgem sem qualquer previsão científica, oriundos de causas habitualmente consideradas seguras. O consumo exacerbado desvirtua o sentido da vida, expressando-se no consumismo, que é causa e a consequência das enfermidades e desgraças da modernidade rica: depressão, obesidade, anorexia, câncer, stress, acidentes de trânsito, hipertensão e etc. A disponibilidade de dinheiro não é mais “blindagem” contra tais consequências ao contrário.

Considerando o ambiente com condições socioeconômicas mais favoráveis, a dramática conclusão é que as promessas da modernidade ficaram aquém do preconizado ou trouxeram consequências não desejadas. No lado miserável, as promessas da modernidade sequer se realizaram.

Uma tentativa para solucionar o enigma surgiu em 1972 com a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento humano (FERRARI, 2014). Na oportunidade, sustentou-se a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Entretanto, não deveria comprometer o direito ao crescimento econômico.

No cenário Mundial, merece destaque a Conferência realizada entre 05 e 16 de junho de 1972 em Estocolmo, pois foi uma iniciativa internacional pioneira na regulamentação do direito internacional ambiental, tendo por ponto central dos debates os limites na exploração e deterioração do meio ambiente nos processos de desenvolvimento econômico (FERRARI, 2014).

A ideia de crescimento econômico sem comprometimento dos recursos naturais para as gerações futuras que foi, oficialmente, divulgada pelas Nações Unidas na Conferência de 1972 em Estocolmo na Suécia passou a ser desenvolvida e replicada em diversas conferências posteriores (FERRARI, 2014).

Naquela oportunidade, foi estabelecido no Princípio 13 da Declaração que menciona que, com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.

⁸ MARTINS, José Pedro. **Limites do Crescimento**: o relatório que impulsionou o debate ambiental. Disponível em: <<http://agenciasn.com.br/arquivos/3391>>. Acesso em 06 mar. 2019.

Em que pese o desenvolvimento sustentável não possua uma definição científica concreta, específica, crescente a preocupação das nações em alcançar um ponto de equilíbrio entre o avanço econômico e a preservação da qualidade de vida e do próprio planeta.

A cada momento, torna-se mais premente a necessidade de diálogo entre as mais diversas áreas do conhecimento científico, técnico e jurídico, harmonizando-se conhecimentos tradicionais e ancestrais à tecnologia e ciência.

O planeta apresenta sinais inequívocos de saturação há anos, a cada dia se intensificam os fenômenos de aquecimento global, desertificação, alteração dos sistemas de chuvas e também nas estações do ano, extinção de espécies, entre outros

É inegável, a íntima relação entre as atividades econômicas e os impactos ambientais, quanto mais a humanidade avança no caminho do desenvolvimento econômico, maiores os danos causados ao meio ambiente, frear a destruição do planeta sem prejudicar a economia tem sido um árduo desafio, passando pela ideia de internalização de externalidades, também, de inovação dos meios de produção e novos hábitos sociais.

Após o mencionado evento, as discussões sobre economia mundial e meio ambiente tornaram-se mais representativas e em 1983, o Secretário-Geral da ONU⁹ convidou a médica *Gro Harlem Brundtland*, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 2019).

Essa comissão ficou conhecida como Comissão Brundtland e, em 1987, publicou relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, esse relatório estabeleceu o desenvolvimento sustentável como princípio orientador central da política internacional e registra, ainda, que a partilha equitativa dos custos ambientais e os benefícios do desenvolvimento econômico entre e dentro dos países e entre as gerações presentes e futuras são a chave para alcançar o desenvolvimento sustentável. O relatório também fortalece a noção de ecocentrismo como um instrumento de se garantir o futuro da própria humanidade (OLIVEIRA; LAZARI, 2017).

Nesse momento, a questão ambiental já era globalmente discutida e ainda que não se tivesse qualquer consenso sobre as soluções a serem determinadas, os problemas e suas causas já eram amplamente conhecidos.

Já em 1992, No Rio de Janeiro na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como a “Cúpula da Terra”, foi adotado um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável, denominado “Agenda 21”, programa era pautado por questões como a proteção da atmosfera, combate ao desmatamento, desertificação, prevenção da poluição do ar e da água, detenção da destruição das populações de peixes e promoção de uma gestão segura dos resíduos tóxicos, mas também envolvia temáticas ligadas ao cenário social como: erradicação da pobreza e endividamento dos países (ONU, 2019)¹⁰.

Em um breve panorama, podemos mencionar a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realizada em Barbados, no ano de 1994, que adotou um Programa de Ação que estabelece políticas, ações e medidas em todos os níveis para promover o desenvolvimento sustentável para aqueles Estados.

⁹ ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 24 mar. 2019.

¹⁰ ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 24 mar. 2019.

Já em 1997, houve a chamada de “Cúpula da Terra +5” com a finalidade de revisar e avaliar a implementação da Agenda 21, e fazer recomendações para sua realização, o produto final desta conferência recomendou a promoção de metas juridicamente vinculativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa que geram as mudanças climáticas; uma maior movimentação dos padrões sustentáveis de distribuição de energia, produção e uso; reiterando o foco na erradicação da pobreza como uma condição para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2019)¹¹.

Em 1988, foi criado o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas, que se tornou a fonte relevante para a informação científica relacionada às mudanças climáticas. Os debates persistiram culminando com a adoção da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 1992 e o Protocolo de Kyoto, em 1997, estabelecendo metas obrigatórias de redução de emissão de gases para 37 países industrializados e para a comunidade europeia. Em 2002, em Joanesburgo tentou-se criar mecanismos mais concretos para a realização das metas estabelecidas na Agenda 21 (ONU, 2019)¹².

No ano 2014, com a UNEA (Assembléia Ambiental da ONU), o problema ambiental passa a ser tratado com a mesma grandeza que as questões de questões como paz, segurança, finanças, saúde e comércio (ONU, 2019).

Em Nova York em 2015, novamente a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Estabeleceu novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável lançando a denominada Agenda 2030¹³ para o Desenvolvimento Sustentável, que contém 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e 169 metas, dos quais algumas merecem reprodução (ONU, 2019)¹⁴:

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente.

[...] 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

[...] 6.6 a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

¹¹ Idem.

¹² ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 24 mar. 2019.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

6.6 b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

[...] 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

As metas acima destacadas foram reproduzidas para demonstrar a evolução nas normativas e tratativas internacionais desde Estocolmo e passando pelo protocolo de Kyoto, as proposições passam a ser cada vez mais proativas e globais, não apenas impondo padrões ou limites para essa ou aquela atividade, mas também lançando obrigações de alterações comportamentais de modo amplo, inclusive podendo ser incentivadas por todas as fontes de custeio.

Certamente, a dada a sua estreita ligação com os instrumentos econômicos em especial, com o tema aqui estudado qual seja, o pagamento por serviços ambientais, de modo a demonstrar como essa ideia de beneficiar, incentivar, boas práticas está intimamente ligada aos modernos métodos de preservação ambiental.

Mesmo tendo sido eleito como princípio da ordem econômica, a defesa do meio ambiente, sofre imperiosa dificuldade para equilibrar a atividade econômica e a preservação ambiental. Este cenário é bem mais delicado nos países com menor desenvolvimento econômico e social

Contemporaneamente, nos parece que aliada a ideia de necessidade de preservação está também presente a ideia de necessidade de generosidade, ou seja, de ativismo, protagonismo da sociedade, que pode ser traduzido por solidariedade com outras gerações, outros povos, outros continentes países, ou até mesmo com seu vizinho de bairro.

Vivemos em um mundo globalizado e interligado por meios cada vez mais rápidos de comunicação e informação, mas toda essa velocidade e possibilidade de comunicação, por si só não nos faz perceber pouco além de nossos muros, há necessidade de reflexão e de concretização de valores que já constam na nossa Constituição Federal, mas que ainda dependem de muito esforço para a sua implementação.

Sabidamente, as constantes alterações climáticas têm impactado negativamente diversas comunidades, pois as alterações climáticas incidem na qualidade e quantidade de alimentos e água disponíveis. Empobrecimento de solo, dificuldades na polinização, redução de aquíferos, desequilíbrio na cadeia alimentar, gerando redução de predadores naturais de pragas, tempestades de areia, são apenas exemplos de como o desequilíbrio ambiental pode afetar diretamente a vida humana (JULIAO, 2019).

Em muitos casos, a população atingida, se vê obrigada a migrar em busca de condições favoráveis à sobrevivência humana, são os denominados refugiados climáticos ou ambientais.

Podemos mencionar de modo exemplificativo o crescimento do “ Gobi” região desertificada do território Chinês ocasionando a migração provavelmente para Mongólia, Gansu e Ningxia. E, não se pense que a situação é alheia ao território nacional, para se ter uma ideia da dimensão dessa problemática, podemos mencionar o Estado do Rio Grande do Sul, onde as autoridades ambientais destacam a existência de ao menos vinte municípios da fronteira do Oeste

(Alegrete, Cacequi, São Francisco de Assis e Quaraí, entre outros) ameaçados pela arenização, a degradação do solo que muitos já chamam de desertificação (GIANUCA, 2006). Já tem sido amplamente noticiadas as condições de esgotamento ambiental que estariam gerando esses prejuízos ambientais em território brasileiro (GIANUCA, 2006)¹⁵:

Apesar das secas inclementes que assolam o estado e também os vizinhos Santa Catarina e Paraná já há alguns anos, os técnicos dizem que a área de deserto no Rio Grande do Sul não é causada pela falta de chuvas. A arenização decorre porque o solo do Pampa é formado por arenito conhecido como botocatu, e existe uma fraca cobertura vegetal. Com o uso intensivo de máquinas agrícolas e a sobrecarga de animais em rebanho, a vegetação desaparece e dá lugar aos areais. Acima do que era verde, a areia predomina e o vento forma as dunas. Em alguns pontos do deserto do Alegrete, há crateras de até 50 metros de profundidade (GIANUCA, 2006, não paginado).

Nos parece que esse problema, possui dimensões globais, embora ainda não nos parece ter recebido o enfrentamento necessário, vez que muitas populações no mundo sofrem com os reflexos do desgaste ambiental do planeta, sem contar com auxílio de normas internacionais, pois as Convenções de Genebra adotadas pela Organização das Nações Unidas somente abrangeriam a situação dos refugiados políticos ou raciais (GIANUCA, 2006).

Informação formal, conhecimento científico, informações sobre os riscos da ausência de sustentabilidade de algumas atividades, internalização de externalidades no custo da produção, apesar de serem medidas necessárias, já não são suficientes, há necessidade de sensibilização e fomento de medidas alternativas, inovadoras em diversas áreas, que garantam alternativas viáveis para a população que tem como única alternativa a exploração da natureza e, também, medidas sustentáveis que atraiam o interesses dos grandes setores da economia.

A sociedade precisa estar bem informada, educada para a sustentabilidade, mas, também, sensível e solidária para utilizar de um bem da vida sem esgotá-lo, ainda que para isso tenha que abrir mão de ganhos imediatos. Mas o que fazer quando essa sensibilização e solidarizarão não se mostram substanciais? Como estimular essa espécie de comportamento?

Talvez, seja necessária uma motivação, extraordinária, que nos leve a uma ação mais consciente e preservacionista. Para que, talvez, só depois, em outro estágio evolutivo, esta se realize pura e simplesmente, por conscientização, comprometimento e solidariedade com seu próximo e com as futuras gerações, creio que é aqui que entra o sistema de pagamento pelos serviços ambientais.

Não se trata de sugerir uma dispensa do sistema de fiscalização das atividades potencialmente degradadoras, por certo que as sistemáticas advindas do chamado “ Comando e Controle, são muito necessárias.

Todavia, as ações tradicionais de fiscalização e punição, tem um custo elevado e não tem se mostrado suficientes para a garantia de um desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente, já a implantação de atividades ou modalidades econômicas incentivadoras podem ser fortes aliadas nessa busca.

¹⁵ GIANUCA, Renato. **Crescimento dos desertos, do Gobi ao Alegrete**. 2006. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/ciencia/crescimento-dos-desertos-do-gobi-ao-alegrete/>>. Acesso em 24 fev. 2019.

Como uma mola propulsora de novos comportamentos, novos hábitos sociais, onde num método de recompensa possamos treinar, exercitar, realizar ações concretas de preservação e sustentabilidade, para que talvez as próximas gerações já entendam esse movimento de preservação como algo natural, essencial e, cada vez mais, que compreendam o valor dessas ações e necessitem cada vez menos de incentivos.

Recompensar e gratificar, por serem ações positivas que carregam uma noção de lucro, ganho, podem atuar como um método de reforço positivo¹⁶ daquilo que esperamos dos cidadãos, essa peculiaridade dessa metodologia será melhor analisada adiante.

A falta de condições de sobrevivência ocasionada pela redução na oferta de alimentos, desertificação, perdas territoriais, entre outras adversidades ambientais conseqüentes da intensa atuação humanidade sobre o meio ambiente avança fortemente e configurado um cenário muito preocupante, conforme bem ilustrado em reportagem publicada em revista de circulação nacional (JULIÃO, 2011)¹⁷:

A Organização das Nações Unidas (ONU) define como refugiado uma pessoa que está fugindo de onde vive por conta de perseguição a sua raça, religião ou nacionalidade. A realidade atual do planeta, no entanto, torna cada vez mais comum o uso do termo “refugiados ambientais”. A ONU estima que, até 2020, 50 milhões de pessoas devam migrar de seus lares por causa de seca, erosão do solo, desertificação, do desmatamento e de outros problemas relacionados ao meio ambiente (JULIÃO, 2011, não paginado).

O dado, alarmante, foi revelado na mais recente reunião da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS, na sigla em inglês), no fim de fevereiro, em Washington (EUA).

As mudanças climáticas vão afetar as plantações e provavelmente inflar os preços dos alimentos, o que gera inquietação nas pessoas que detêm poucos recursos”, diz Ewan Todd, professor da Michigan State University e organizador da conferência que debateu o tema (JULIÃO, 2011, não paginado).

Atualmente, há instabilidade social no Oriente Médio e no norte da África, mas, uma vez que temos uma população em crescimento e poucas lavouras, estamos prestes a ver ainda mais conflitos e refugiados”, explica [...] Mas qual a relação entre as mudanças climáticas e a oferta de alimentos? Invernos mais quentes mantêm vivas as pestes que atacam as plantações, permitindo que carreguem doenças para as plantas na primavera. Além disso, os gases do efeito estufa e a poluição do ar afetam a estrutura das plantas, enfraquecendo suas defesas. Enxurradas causadas por chuvas fortes transportam fezes de animais para a comida consumida por humanos, espalhando ainda mais doenças. Estimativas dão conta de que 2,2 milhões de pessoas morrem todos os anos nos países em desenvolvimento por conta de males relacionados à comida e à água contaminadas (JULIÃO, 2011, não paginado).

O aquecimento do planeta e o conseqüente derretimento do gelo dos polos da Terra geram ainda outro efeito colateral: o aumento no nível dos oceanos. Isso afeta principalmente as pequenas nações-ilha. Esse grupo de países, no qual se inclui Tuvalu, no oceano Pacífico, pode desaparecer com a subida de meros 60 centímetros na maré. Algumas estimativas dão conta de que um aquecimento de 6oC poderia elevar os níveis em cinco metros. Foi num desses locais, inclusive, que ocorreu em 2009 a primeira migração de uma nação inteira por conta das mudanças climáticas. Todos os 2,6 mil habitantes das Ilhas Carteret, a mil

¹⁶ Trata-se de um método de treinamento a partir de um sistema de recompensas, que torna mais provável que aquele comportamento que recebeu o reforço torne a ocorrer com frequência.

¹⁷JULIÃO, André. ISTOÉ. **Refugiados do clima.** 2011. Disponível em: <https://istoe.com.br/127095_REFUGIADOS+DO+CLIMA/>. Acesso em 24 fev. 2019.

quilômetros da Austrália, migraram para Bougainville, uma ilha distante cerca de 85 quilômetros (JULIÃO, 2011, não paginado).

Em Bangladesh, tempestades, enchentes e danos às lavouras causados pelo aumento do nível do mar fazem com que, a cada ano, 400 mil pessoas fujam de suas vilas em direção à capital, Daca. Porém, como a cidade está poucos metros acima do nível do mar e é regularmente atingida por ciclones e enchentes, ela é uma das mais vulneráveis do mundo aos efeitos do aquecimento global. A situação atual mostra que as medidas de prevenção e adaptação às consequências das mudanças climáticas são tão ou mais urgentes do que a redução das emissões de gases do efeito estufa. A verdade é que corremos o risco de, em um futuro próximo, não termos mais a quem proteger (JULIÃO, 2011, não paginado).

Nesta hipótese, até mesmo, a leitura mais antropocêntrica do tema revelará a necessidade de reformulação do comportamento humano, há necessidade de redução do desgaste ambiental para a sobrevivência da própria humanidade.

Contudo, Nalini (2010)¹⁸ afirma que toda a problemática que envolve a preservação do meio ambiente envolveria a ausência de ética, pois somente esta resgataria o homem de sua arrogância e ambição, alterando-se o sistema de valores sobre qual se pauta a sociedade moderna, atribuindo-se posição de destaque para axiomas que salvaguardem a existência e a dignidade da pessoa humana, merecendo destaque trechos elucidativos dessa visão:

É preciso ter consciência da escalada do impacto humano sobre a natureza, para se imbuir de coragem e dizer basta. O empobrecimento, a fome, a má nutrição mundial deriva da degradação do ambiente. Países pobres, forçados a exportar, substituem suas plantas nativas por monoculturas, quantas vezes exótica. Intensificada a cultura de exportação, aliada a técnicas deficientes de gestão do solo, conduz à desertificação, salinização e erosão. Tal consciência só será ativada após a descoberta do papel da ética na missão de proteger o ambiente (NALINI, 2010, XXXIII e XXXVII)¹⁹.

[...] Quem souber olhar em perspectiva saberá que de pouco valerão as conquistas tecnológicas, a descoberta do genoma humano, o aprofundamento das comunicações, se não houver ambiente saudável para o homem respirar, caminhar viver (NALINI, 2010, XXXIII e XXXVII)²⁰.

[...] A solidariedade das presentes gerações para com as gerações futuras impõe a urgentíssima *reconversão do mundo*, através de uma proativa e consequente *ética ambiental*. Por sinal que a ética ecológica levaria a um sistema de responsabilidades solidárias entre todos, liberado de uma visão acanhada de antropocentrismo (NALINI, 2010, XXXIII e XXXVII)²¹.

O Papa Francisco, em 2015, divulgou a Carta encíclica “*Laudato Si*” sobre o cuidado da casa Comum, onde faz uma reflexão sobre o que estaria ocorrendo com a nossa “casa” planeta nos aspectos ambientais e nos convida a refletir sobre a necessidade de uma conversão ecológica. O Pontífice coloca o homem como parte da natureza, mas integra á ela, menciona a expressão ecologia integral para fazer referência, há necessidade de se atender às necessidades de preservação do globo terrestre como também de auxílio aos necessitados (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2019)²².

¹⁸ NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. 3º ed. Campinas, SP: Millennium, 2010.

¹⁹ Idem

²⁰ Ibidem.

²¹ NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. 3º ed. Campinas, SP: Millennium, 2010.

²² OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Entenda ponto a ponto a encíclica “Laudato Si”, do papa Francisco**. Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/a-enciclica-de-francisco-ponto-a-ponto/>>. Acesso em 06 mar. 2019.

Nos parece que a há consenso em se perceber que a permanência do modelo atual de exploração dos recursos naturais e hábitos de vida e consumo das sociedades desenvolvidas nos conduzirá à extinção. Entretanto, as medidas de solução desse impasse geram fortes discussões em inúmeros aspectos.

Das políticas de proteção ao meio ambiente no Brasil

No Brasil, em 1.605, na época do Brasil Colônia, a edição do Regimento do Pau-Brasil, que tinha por finalidade disciplinar o corte da árvore, todavia com uma finalidade de controle econômico, sem preocupações preservacionistas. Talvez, a primeira norma baseada nas técnicas de comando e controle, prevendo limites para o corte do Pau-Brasil, o artigo 4º do regimento fixava penas graduadas para quem descumprisse os limites estabelecidos nas respectivas licenças, as penas variavam entre multa pecuniária, açoite e degradação por 10 anos em Angola.

Como se percebe, essa norma não tinha exatamente uma preocupação com o meio ambiente, mas visava manter o controle da Coroa Portuguesa sobre a exploração do Pau-Brasil.

A criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1.808, por iniciativa de D. João VI, que pode ser considerada a primeira unidade de conservação a ser criada no Brasil, embora muito de discuta sobre qual seria data correta de sua criação, tinha por objetivo principal a aclimação de plantas originárias de outros países, em pois não foram localizados documentos específicos deste ato, acredita-se que foi estabelecido juntamente com a Fábrica de Pólvora, a partir da incorporação das terras nas margens da lagoa de Rodrigo de Freitas aos bens da Coroa. Tendo por finalidade a aclimação de plantas exóticas, em geral, originárias do oriente como especiarias e chá, além do cultivo de sementes para melhoria de produtos agrícolas (IBRJ, 2019) ²³.

O primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, em pleno período de expansão cafeeira, com a crescente derrubada das florestas para dar lugar a monocultura de café, surge uma forte preocupação com uma possível escassez de lenha e código estabelece a denominada “ quarta parte” que fixava a obrigatoriedade de 25% do imóvel fosse coberto pela mata nativa ou mesmo qualquer outra espécie que garantisse a produção de lenha e carvão. Timidamente, nosso primeiro código florestal também apresentou intenções protetivas ao criar as denominadas *florestas protetoras* e também cria limites para a exploração das florestas (BRASIL, 2019)²⁴.

Já em 15 de setembro de 1965, por meio da lei nº 4.771/65 foi instituído o novo Código florestal onde o legislador previu a obrigatoriedade de recomposição e preservação de 30 metros de mata ciliar para rios com até 10 metros de largura e também alterou a denominação das florestas protetoras para florestas de preservação permanente, inclusive simplificando a criação das mesmas.

Em 03 de janeiro de 1967, o legislador disciplina a proteção da fauna, por meio da lei 5.197, estabelecendo que, os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a

²³ JBRJ - Jardim Botânico do Rio de Janeiro. **História**. Disponível em: <<http://jbrj.gov.br/jardim/historia>>. Acesso em 24 mar. 2019.

²⁴ BRASIL. **Código florestal de 1934**. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/senado-oferece-um-projeto-equilibrado-para-o-novo-codigo-florestal-brasileiro/codigo-florestal-de-1934.aspx>>. Acesso em 24 mar. 2019.

sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha, tipificando criminalmente eventuais transgressões a esta norma.

Apesar das positivações acima expostas, pouco se concretizava na preservação do meio ambiente e o Brasil avançava progredindo economicamente e destruindo ou esbanjando nossas riquezas naturais.

As discussões no cenário internacional também tiveram reflexos aqui no Brasil e após a conferência realizada na Suécia em 1972, o Brasil incrementou suas medidas preservacionistas e criou, por meio do Decreto nº 73.030/73 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada no âmbito Ministério do Interior era subordinada diretamente ao Ministro de Estado e tinha por finalidade, estampada em seu artigo primeiro²⁵, a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais (SILVA, 2018).

Todavia, possuía expressa determinação de realização de atividades, estudos e proposições voltados a equacionar a questão da poluição hídrica, conforme preconizado em seu art. 13²⁶

O que comprova que mesmo o Brasil possuindo uma reserva de água doce significativa, cerca de 8% (NALINE, 2010, p. 40)²⁷ da água doce do planeta, a poluição hídrica já era notória e publicamente preocupante desde aquela época.

Com o crescimento da urbanização, o acesso à água tornou mais dificultoso, pois a construção de cidades, abertura de estradas exerce forte interferência no ciclo hidrológico, além disso contaminação dos recursos hídricos é cada vez mais acentuada em decorrência de inadequado escoamento de esgoto doméstico, efluentes industriais, despejo de resíduos e agrotóxicos (SILVA, 2018).

A Lei nº 6.938/81 introduziu instrumentos de política ambiental mais bem delineados, como licenciamento ambiental, normas de controle e um sistema organizado de órgãos para a regulamentação, aplicação e fiscalização dessa política, denominado SISNAMA.

Após o período de Governo autoritário, o constituinte Brasileiro produziu a denominada Constituição Cidadã.

²⁵ Art. 1º. Fica criada, no Ministério do Interior, subordinada diretamente ao Ministro de Estado, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), órgão autônomo de administração direta, nos termos do artigo 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, orientada para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais. [...] § 1º - A Atividade da SEMA se exercerá sem prejuízo das atribuições específicas legalmente afetas a outros Ministérios. § 2º - O Ministério do Interior atuará em articulação com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que examinará principalmente as implicações, para a conservação do meio ambiente, da estratégia de desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico, este; último aspecto em coordenação com o Conselho Nacional de Pesquisas. A II - Da Direção e Assessoramento

²⁶ Art. 13. No âmbito de suas atribuições, a SEMA dará prioridade, nos exercícios de 1973 e 1974, aos estudos, proposições e ações relacionadas com a poluição hídrica. § 1º - Para os efeitos previstos neste artigo, a SEMA adotará diretrizes e critérios que assegurem a defesa contra a poluição das águas, entendida como qualquer alteração de suas propriedades físicas, químicas ou biológicas, que possa importar em prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações, causar dano à flora e à fauna, ou comprometer o seu uso para fins sociais e econômicos. § 2º - Para o cumprimento do disposto neste artigo, a SEMA deverá promover a assinatura de convênios com órgãos e entidades federais, de acordo com as respectivas competências. § 3º - A SEMA envidará esforços para obter, igualmente, a colaboração efetiva e imediata de órgãos e instituições estaduais, municipais e privadas em todos os aspectos de sua atividade.

²⁷ NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. 3º ed. Campinas, SP: Millennium, 2010

Certamente que o art. 225 da Constituição Federal expressa de modo mais emblemático a preocupação do constituinte de 1988 com a preservação do meio ambiente ao cristalizar em seu caput: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em que pese bem delineado no artigo acima, a intenção preservacionista do constituinte, em vários outros trechos da nossa Carta Magna podemos perceber que todos os demais vetores do nosso Estado passam pelo reconhecimento da necessidade de preservação do meio ambiente.

Ao elencar como um dos objetivos da República federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidaria. Por esta solidariedade, podemos também entender a solidariedade de preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Ou a solidariedade na repartição dos ônus sociais, ou na adoção de medidas mais vantajosas ao meio ambiente, mesmo que sem a exigência legal desta, com intuito de produzir de modo mais sustentável.

Certamente, que ao se estabelecer a solidariedade como um dos objetivos da República, não haveria espaço para atos de exercício do direito de propriedade, ou de livre iniciativa econômica que não fossem limitados pela ponderação de todos os demais direitos assegurados em nossa constituição e dentre eles, o que nos interessa é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O art. 23, inciso VII, também estabelece como competência comum da União, Estados, Distrito federal e Municípios a preservação das florestas, fauna e flora, não deixando dúvidas que esse dever é inerente a todas as unidades da federação.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 170, inciso IV elegeu como princípio da ordem econômica brasileira a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, tornando evidente o reconhecimento da necessidade de harmonização entre a atividade econômica e a preservação do meio ambiente.

A garantia ao direito de propriedade estabelecida no art. 5º XXII e XXIII está atrelada a exigência de que a propriedade cumpra a sua função social, portanto, como sabemos não existem direitos absolutos e o constituinte fez questão de deixar expressa a necessidade que a propriedade atenda à sua função social, havendo, portanto, ponderação entre o direito de propriedade e os demais direitos que nos são assegurados. Logo, a propriedade não pode se sobrepor ao direito ao meio ambiente equilibrado.

Ao discorrer sobre política de desenvolvimento urbano, no art. 182 *caput*, há expressa referência à garantia de bem-estar dos habitantes das cidades e como sabemos o bem-estar do ser humano está intimamente ligado à uma sadia qualidade de vida que implica também na necessidade de um meio ambiente equilibrado.

Em 186, inciso II que a função social da propriedade rural é cumprida quando dentre outros requisitos, respeita a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.

A bem da verdade, em meio a uma efervescência de interesses contraditórios, ansiamos por um sistema de proteção ambiental efetivo, que respeite a famigerada “sustentabilidade”, pois apesar de estampado na nossa Constituição o dever de zelar pela preservação do meio ambiente, pelo presente e, também, para as próximas gerações, é distante da realidade nacional.

Mesmo após a Constituição Federal outras normas foram editadas para tutelar a relação com o meio ambiente, podemos citar a lei nº 9.605/98, chamada Lei dos crimes ambientais que tipifica administrativa e criminalmente condutas nocivas ou lesivas ao meio ambiente.

A Lei 9.985/2000, Lei do Sistema Nacional de Conservação, norma que regulamenta a criação das unidades de conservação e espaços ambientalmente protegidos. Já os aspectos ambientais que envolvem a área urbana estão regulamentados no Estatuto das cidades, Lei nº 10.257/01.

Não podemos no olvidar da norma que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei 12.187/09 que em apertada síntese é instrumento de regulamentação do compromisso voluntário assumido pelo Brasil de redução na emissão de gases de efeito estufas com percentuais de redução projetados até 2020.

Por fim, destacamos o Código Florestal de 25 de maio de 2012, Lei nº 12.651/12 que é a norma geral sobre proteção e uso sustentável das florestas e demais vegetações nativas, e alberga em seu art. 41 a possibilidade de pagamento por serviços ambientais que é a modalidade de instrumento econômicos de preservação ambiental, aqui examinada.

Diante de todo esse contexto normativo, nos parece que o Brasil segue a tendência instalação de políticas conciliadoras entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, já contando com forte arcabouço legal. Portanto, eventual descompasso desse sistema não é necessariamente fruto da ausência de normas regulamentadoras, mas possivelmente alguma falha na efetivação dessas normas.

Da política ambiental de comando e controle

Como podemos perceber, a partir dos tópicos anteriores, com a industrialização, crescimento da população mundial, êxodo rural e urbanização desordenada, incremento da sociedade de consumo, cada vez mais bens públicos ou difusos passaram a ser assenhoados, dominados, pelos detentores de capital e a sociedade passou a receber o resultado negativo dessas intervenções, como forma de perda constante e crescente da qualidade de vida.

As políticas ambientais surgem para minimizar o avanço da degradação e também para conferir alguma justiça social a esse sistema. A intervenção do Estado se fazia necessária, pois em países estrangeiros as questões ambientais já estavam sendo, cada vez mais, frequentemente judicializadas, não raro, algumas vítimas se socorriam do Poder judiciário para fazer cessar uma ação que lhe lesava ou para fins de reparação da lesão já ocasionada.

Surge, então, a política denominada “*Command and Control Policy*”, por volta dos anos 50, era calcada em dois pilares: imposição de padrões de emissão e determinação da tecnologia que seria a adequada para cumprimento do padrão. Essa política foi a que primeiramente chegou ao Brasil (MAY, 2010)²⁸.

Portanto, a base das normas de cunho ambiental brasileiras pertence ao sistema normativo denominado comando e controle que consiste basicamente em conjunto de proposições normativas e comandos comportamentais, submetidos ao poder de polícia estatal e que se caso transgredidos ensejam penalidades, comumente nas três esferas de responsabilização, a saber: civil, administrativa e penal.

²⁸ MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Os instrumentos de comando e controle são, normalmente, regras e padronizações, de plano já se percebe que essa política exige um nível de especificação e detalhamento bastante diversificado para se atingir as mais variadas atividades e situações, demandam muitas informações e coletas de dados dos particulares para serem implementados e verificados os parâmetros para padronização.

Necessitando de um rigoroso e constante acompanhamento, com forte fiscalização dos agentes, demandando investimentos em aparatos tecnológicos, pesquisas e treinamentos, fatores que implicam em elevados custos na sua aplicação.

Em nosso ordenamento possuímos um conjunto bastante significativo de normas que tipificam condutas e preveem punições para sua transgressão, ou que estabelecem padrões de qualidades do ar, da água, do ruído, das temperaturas, padrões ou limites de emissões de gases, ou de efluentes, também impondo sanções no caso de violação.

Outros exemplos, dessa espécie de norma são as exigências de licenciamentos ambientais, estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança, áreas de preservação permanente, reservas legais, unidades de conservação, zonas de amortecimento e diversas limitações no direito de propriedade que possa decorrer de legislações ambientais.

A finalidade da norma, claramente, é de evitar a degradação, busca estabelecer regras e parâmetros para que as atividades se desenvolvam sem que o meio ambiente seja prejudicado, ou sofra a menor intervenção possível. Por sua vez, a multa teria um caráter repressivo de desestímulo da transgressão.

Todavia, aproveitando-se das falhas ou da ineficiência da fiscalização exercida pelos órgãos fiscalizadores, alguns empreendedores de atividades potencialmente poluidoras ou proprietários de imóveis abusam da utilização desses bens ou atividades e acabam transgredindo as normas ambientais, pois economicamente seria mais vantajoso ao particular.

Os padrões, quando estabelecidos, se limitam a exigir que os agentes econômicos poluam até aquele limite definido pela lei, não incentivando a mudança de postura. Normalmente são divididos em três categorias: padrão de qualidade ambiental, padrão de emissão e padrão de tecnologia.

Mas, as desvantagens não param por aí, vejamos, ao se estabelecer um padrão de qualidade ambiental não consideradas médias e não as peculiaridades do ambiente que circunda o polo poluidor, o que pode ser até mesmo prejudicial ao meio ambiente pois a aplicação do padrão sem se atentar para o entorno é passível de ocasionar danos ou de extrapolar o que se considera socialmente aceitável.

Por sua vez, a adoção de padrões de emissão, em que pese necessária, é custosa, possui geral uma negociação morosa e faz com que o Poder Público tenha que constantemente investir em equipamentos aptos a verificar essas emissões. Sendo um método normalmente caro de fiscalização.

Enquanto que a adoção de padrões de tecnologias específicas engessa os meios produtivos, e desestimulam a busca por tecnologias mais limpas. Normalmente essas tecnologias são do tipo “*end-of-pipe*” (fim de tubo) que são os mais variados tipos de filtros, queimadores, decantadores, entre outros (MAY, 2010)²⁹.

²⁹ MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2^o ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Ou seja, ainda que atendam a legislação deixam de investir em novos métodos tecnológicos, pois com sistemas obsoletos de produção obtém custo menor, em relação aos empreendedores que se utilizam de técnicas e equipamentos mais modernos e menos poluentes.

As tecnologias “*end-of-pipe*”³⁰ e as normas de reciclagem, embora úteis e por vezes necessárias, apenas diminuem a poluição, mas não o impedem, por isso que a fixação de padrões não pode dificultar a busca por métodos que acabam com o desperdício e a poluição nos sistemas produtivos (MAY, 2010).

Para especialistas a fixação de padrões derivada da utilização pura da política de comando e controle pode deixar de estimular a implementação do processo de produção mais limpos e mais eficientes.

Podemos citar o processo de produção conhecido como: “do berço ao Berço”, ou seja, focado na reutilização de um “resíduo” para outro sistema produtivo, evitando-se desperdício de recursos naturais e reduzindo-se o volume de rejeitos oriundos dos ciclos produtivos, que necessita de constante pesquisa e busca por novos meios de produção e de novos parâmetros de eficiência produtiva, não sendo, portanto, favorecidos pela política de comando e controle.

Nessa toada, entende-se que a atualmente o modelo mais protecionista é aquele que estimula a substituição do método linear de produção (do berço ao túmulo) por sistemas cíclicos (do berço ao berço), permitindo que recursos sejam reutilizados indefinidamente e circulem em fluxos seguros e sustentáveis deixa de ser favorecido pelo sistema de comando e controle.

A mera exigência conferida pelas padronizações, não estimula os investimentos em pesquisa e avanços tecnológicos para uma produção mais limpa. E ainda coloca os empreendedores que investem nessas ações em situação de desvantagem, pois provavelmente a concorrência que deixou de investir nesse segmento mantenha-se com o custo operacional reduzido.

Bem possível que esse menor custo reflita em um valor de mercado mais baixo para um determinado produto e com isso as empresas empreendedoras que invistam em sustentabilidade tenham margem de lucro menor e uma menor fatia do mercado. Infelizmente as falhas no sistema de comando e controle geram uma sensação de impunidade e, por conseguinte, um efeito de encorajar condutas ambientalmente inadequadas.

Silva (2018), em sua obra Manual de Direito Ambiental³¹ assim resume esse panorama:

Além de se beneficiarem com margens de lucro mais consideráveis do que empresas ambientalmente conscientes, afrontando a livre concorrência, essas empresas que se omitem do dever de empregar métodos de produção mais limpos ainda causam outra nefasta consequência ao mercado. Aos consumidores é repassado o passivo ambiental que deveria ser suportado pelas próprias empresas poluentes, ou seja, a coletividade que adquire produtos submetidos a métodos inadequados passa a assumir o encargo da poluição, o que não pode ser admitido. Os consumidores não podem ser apenados por omissão do Poder Público (SILVA, 2018, p. 842).

Resta clara a importância da efetiva utilização do poder de polícia nas questões ambientais. A fiscalização das atividades poluidoras é essencial para a implementação do princípio do desenvolvimento sustentável. Trata-se de

³⁰As tecnologias fim-de-tubo ou *end-of-pipe* são aqueles em que o tratamento, a remediação e o controle dos resíduos, é realizado no final do processo produtivo, normalmente por meio de instalação de filtros ou chaminés.

³¹ SILVA, Romeu Thomé. **Manual de Direito Ambiental**. 8º ed. Salvador: Juspodvm, 2018.

intervenção indireta do Estado no domínio econômico visando à implementação do desenvolvimento socioeconômico em harmonia com a preservação ambiental (SILVA, 2018, p. 842).

Entretanto, para que os empreendedores assumam suas responsabilidades ambientais não basta a eficaz atuação dos órgãos fiscalizadores. Imperioso reconhecer, como consequência inarredável da atividade fiscalizadora, que as multas devem ser efetivamente aplicadas e cobradas dos agentes degradadores (SILVA, 2018, p. 842)³².

O incremento da fiscalização e maior rigor na aplicação das normas de comando e controle não são de simples solução, primeiramente porque demanda uma intensa e qualificada atividade fiscalizatória por parte do Estado, não basta apenas enviar fiscal ao local, é necessário que esse agente seja capacitado para aquela atividade específica e esteja amparado com o apoio tecnológico necessário para documentar os requisitos de autoria e materialidade da infração administrativa.

Além disso, o Poder Público encontra dificuldades técnicas para estabelecer padrões para as mais variadas atividades industriais e os mais distintos poluentes e de acompanhar a evolução tecnológica em todas as áreas da indústria, a fim de saber qual mecanismo seria o mais limpo e, portanto, o mais recomendável para cada caso.

Sem falar nas dificuldades em se fiscalizar as propriedades particulares nesse país continental. E, também, de se mensurar o impacto das exigências legais de preservação nas comunidades tradicionais que dependem da exploração do meio ambiente, ou nos casos em que o cumprimento da norma demandaria a remoção dessas comunidades.

Parece-nos que a doutrina é uníssona em reconhecer a necessidade de maior eficiência nas medidas fiscalizatórias e punitivas que constituem o sistema de comando e controle, mas também coincidem ao argumentar pela necessidade de elaboração de uma nova sistemática que auxilie na concretização das políticas públicas.

Neste contexto, surge um novo panorama, voltado para as normas que visam conduzir à um determinado comportamento, ao invés da imposição de comportamentos obrigatórios reforçados negativamente pela existência de uma punição, em caso de descumprimento, vem ganhando espaço a criação de instrumentos de incentivo para práticas mais limpas, mais preservacionistas, temos então a demanda pelos chamados instrumentos econômicos.

Da política ambiental dos instrumentos econômicos

Em uma perspectiva, temos a ineficiência das normas de comando e controle, em outra, temos a necessidade de incremento de ações ambientais. E a política de preservação ambiental passou nova fase contando com instrumentos econômicos que buscassem o atingimento de metas preservacionistas e de sustentabilidade.

Por volta dos anos 80, começam a chegar ao Brasil as primeiras noções de economia ambiental. Importante lembrar que a ordem econômica descrita em nossa Constituição Federal é do tipo intervencionista

Tem sido crescente a percepção sobre os serviços e bens que a natureza e seus mais variados ecossistemas prestam à humanidade e também do valor dos recursos naturais.

³² SILVA, Romeu Thomé. **Manual de Direito Ambiental**. 8º ed. Salvador: Juspodvm, 2018.

A noção cada vez mais clara de finitude dos recursos naturais e a de que muito pouco ainda sabemos sobre toda a complexidade e riqueza dos elementos naturais, traduz a dimensão dos prejuízos que a humanidade acumula com a extinção de espécies e ecossistemas desequilibrados.

Por exemplo, a complexidade e a possibilidade de utilização da fauna, flora, ainda é essencialmente desconhecida da ciência, por conseguinte a cada espécie extinta ou modificada, por força das alterações ambientais geradas pelo homem, todo um arcabouço de riquezas desconhecidas é de desperdiçado.

Não podemos nos olvidar das catástrofes oriundas das intervenções do homem na natureza, recentemente em nosso país sofremos tragédias ainda de prejuízos imensuráveis, em razão da ruptura das barragens de Mariana e de Brumadinho.

Estima-se que com o rompimento da Barragem da Mineradora Samarco em Mariana, no ano de 2015, cerca de 60 milhões de metros cúbicos de resíduos foram despejados no Rio Doce, 120 nascentes foram soterradas e só sobraram 500 metros de água limpa entre a nascente e a área da mineradora. Todo o ecossistema e a biodiversidade local foi drasticamente afetado e seus reflexos negativos serão sentidos por décadas (G1, 2015)³³.

Neste ano, o desastre provocado pelo rompimento da barragem da Mineradora Vale, em Brumadinho, também teve dimensões assustadoras e seus prejuízos ecoaram por muitos e muitos anos.

Não serão apenas as vítimas imediatas do acidente, mas também todos aqueles que direta ou indiretamente sobreviviam ou se utilizavam dos serviços ambientais que foram destruídos, como hoteleiros que se valiam da beleza cênica do local para atrair turistas, todos os moradores das proximidades que terão os sistemas de chuvas, qualidade do ar afetados em razão da ausência de cobertura vegetal da área, pescadores, pecuaristas, produtores rurais que se utilizavam dos rios da região ou que qualquer outro que ainda de, posteriormente, tenha recebido material proveniente da lama da mineração. Perda de diversas espécies de fauna e flora e seus prejuízos no equilíbrio dos biomas, entre outros.

Esses dois exemplos, apenas, foram trazidos para que possamos dimensionar o valor dos bens naturais, e os reflexos gerados pela perda de serviços ambientais, verificando-se o alcance, muitas vezes, transfronteiriço dessas tragédias.

Isso implica, não apenas, em redução da qualidade de vida, mas também em prejuízo econômico pois se deixa de lucrar com o recurso natural perdido, ou seja o produto ambiental, tais como frutos, ervas medicinais, espécies animais de interesse genético à ciência, águas com singularidades propriedades minerais, locais de beleza cênica significativa ou de registros arqueológicos, entre outros deixam de existir antes mesmo que a economia tenha podido aproveitá-lo, ou ainda quando o fazem obtém sua exploração, por um curto período de tempo, pois a exploração sem um planejamento sério, fatalmente, implica em perda do bem natural.

O valor dos produtos e serviços prestados pela natureza, ao homem, são notórios e indissociáveis da própria existência humana, para se alcançar a relevância do pagamento pelos serviços ambientais, nos parece necessário observar a grandiosidade da riqueza que se pretende tutelar por meio desse sistema.

³³ G1. **Rompimento de barragem em Mariana:** perguntas e respostas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/11/rompimento-de-barragens-em-mariana-perguntas-e-respostas.html>>. Acesso em 24 mar. 2019.

Não podemos nos ater apenas aos bens ou serviços que são utilizados ou consumidos, diretamente, pela sociedade, mas perceber que, para dar suporte ao sistema, inúmeros outros serviços ambientais são prestados pela natureza e ainda que indiretamente, nos valem deles tanto quanto aos primeiros.

Conforme leciona Ana Maria de Oliveira Nusdeo³⁴:

Em 1997, a revista *Nature* publicou um polêmico artigo acerca do valor dos serviços prestados pela natureza, os quais, expressos em cifras monetárias, chegariam a trinta e três milhões de dólares norte-americanos, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial na época era de dezoito trilhões de dólares. Embora a fórmula do cálculo e seu resultado possam ser discutidos, o estudo trouxe à baila o tema do suporte dado pela natureza às condições de vida no planeta e mesmo ao exercício de atividade econômica lucrativa. Além de produzir muitos riscos, a degradação de ecossistemas acaba por gerar a necessidade de soluções artificiais para a disponibilização de certos serviços- quando isso é viável. Mediante um grande aporte de recursos públicos e privados, busca-se a reprodução dos serviços oferecidos gratuitamente pela natureza. Por outro lado, na medida em que não se costuma contabilizar o valor dos serviços ambientais, áreas onde existem remanescentes de ecossistemas são convertidas para o desenvolvimento de atividades de menor valor (NUSDEO, 2012, p. 15).

O termo “capital natural” foi, inicialmente, utilizado como uma ilustração, uma metáfora, mas com o passar dos anos e com a maturação da discussão sobre o tema passou a contar com o status conceitual e mensuração bastante específica o que demonstra a relevância do tema. Devendo ser considerado de modo abrangente englobando-se todos os fluxos naturais apropriáveis pelo homem. Percebemos, então, que os recursos naturais e as ações ligadas a eles são responsáveis por uma gigantesca movimentação financeira e ainda mais podemos perceber que a preservação da natureza também está ligada à preservação desse fluxo financeiro e da possibilidade de descobertas de novos mercados, novos produtos, ou seja, potencial para a produção de ainda mais riqueza.

Field e Field (2014)³⁵ defendem a tese de que a degradação ambiental não seria resultado exclusivo de comportamentos humanos antiéticos, sendo também atribuível ao modelo de estruturação do sistema econômico, diferenciando inclusive os mecanismos que atuam perante as empresas privadas e os que atuam sobre os indivíduos e afirmando a necessidade de alteração do sistema de incentivos econômicos.

As pessoas poluem porque é a maneira mais barata que elas têm para resolver um problema muito prático: o descarte de resíduos gerados depois que os consumidores terminam de usar algo ou depois que as empresas terminam de produzir algo. As pessoas tomam essas decisões sobre a produção, o consumo e o descarte dentro de determinado conjunto de instituições econômicas e sociais (FIELD; FIELD, 2014, p. 4).

Quando indivíduos derramam solvente de tinta pelo ralo da pia ou deixam seus carros totalmente sem manutenção, estão tomando decisões sem atribuir o peso adequado às conseqüências ambientais de suas ações. Como os indivíduos não mantêm demonstrações de lucros e perdas, não podem ser os lucros *per se* o que leva as pessoas a poluírem. O mesmo pode ser dito sobre os órgãos governamentais, que às vezes podem ser grandes poluidores, embora não sejam motivados por lucro (FIELD; FIELD, 2014, p. 5).

³⁴ NUSDEO. Ana Maria de Oliveira. **Pagamento por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica**. São Paulo: Atlas, 2012.

³⁵ FIELD, Barry C; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. 6º ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Um incentivo é algo que atrai ou afasta as pessoas e, de alguma maneira, leva à modificação de seu comportamento. Um incentivo econômico é algo no mundo econômico que leva as pessoas a canalizarem seus esforços na produção econômica e no consumo em certas direções [...] (FIELD; FIELD, 2014, p. 5).

Os autores propõem que não apenas o lucro é responsável pelos atos degradadores a própria sistemática econômica tradicional não seria propícia a estimular os atos de preservação.

Associado a tudo isso, voltamos para a nossa ideia anterior de ineficácia das normas tradicionais de comando e controle como instrumento de preservação e passamos a admitir a viabilidade de norma indutoras de comportamento, ou seja, estimulando-se um determinado comportamento por meio de uma gratificação, premiação, compensação, subsídios, taxaço reduzida ou majorada, ou até mesmo facilitação de algum procedimento.

Portanto, os instrumentos econômicos surgem como métodos de estímulo que demonstrem efetivamente para a sociedade que há lucro em se preservar o meio ambiente, essa sistemática de incentivo pode ter implicações ainda mais transcendentais, porque pode propiciar que as pessoas rompam com a inércia e incluam em suas rotinas perspectivas de maior responsabilidade ambiental.

A aplicação dos instrumentos econômicos, então, exige como se percebe um forte estudo da economia ambiental, valorando os diversos produtos e serviços naturais, bem como projetando seus valores no tempo em razão de sua provável escassez ou finitude.

Um dos temas essenciais dessa ciência é a distribuição de custos ambientais, não se pense que apenas lidamos com esses custos nos casos de instrumentos econômicos, também nas normas de comando e controle há custos envolvidos ainda que indiretamente pela internalização das externalidades negativas e na distribuição destes custos na sociedade, há necessidade de que cada vez mais tenhamos informações sobre o meio ambiente e os impactos positivos e negativos da atuação humana e os reflexos disso projetado no tempo e no espaço.

Field e Field (2014, 158)³⁶, bem ponderam essa questão:

Os custos sociais gerais das regulações são importantes para a avaliação de seu custo-efetividade. No entanto, mais do que isso, um importante fator por trás de muitas controvérsias políticas e a distribuição desses custos totais entre diferentes grupos da sociedade. As regulações ambientais, podem, inicialmente, levar, a aumentos nos custos de produção da indústria à qual se aplicam quando as empresas tomam as medidas por elas exigidas. Contudo, as mudanças não ficarão restritas a essa indústria somente. À medida que as empresas alterarem sua tecnologia de produção, conjuntos de insumos e outros aspectos de suas operações, seus preços provavelmente mudarão, tanto para os produtos como para os insumos. Então, algumas ou talvez todas as conseqüências da regulação serão repassadas aos consumidores e as empresas fornecedoras de insumos. Os funcionários das empresas regulamentadas sofrem impactos quando as taxas de produção aumentam ou diminuem nas indústrias afetadas. Muito frequentemente, há importantes diferenças regionais nesses impactos, porque geralmente as indústrias são mais concentradas em certas regiões do que em outras. É importante então, considerar não somente os custos totais, mas também como esses custos são distribuídos.

³⁶ FIELD, Barry C; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. 6º ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Cientes desse custo, o Estado pode e deve propor medidas que incentivem condutas preservacionistas, conduzam o mercado de modo mais sustentável e ainda favoreçam populações economicamente mais vulneráveis. Os Instrumentos econômicos podem ser subdivididos em: tributos verdes, instrumentos de mercado e pagamento por serviços ambientais.

Tributos verdes

O direito tributário é considerado uma importante ferramenta para a implementação de instrumentos econômicos de preservação ambiental. Pois os tributos possuem “n” funções, além das fiscais, conhecidas como parafiscais ou extrafiscais. Assim, a finalidade do tributo poderá ser arrecadatória, de abastecimento financeiro de pessoa jurídica distinta do ente tributante ou atingimento de objetivo social, estimulando ou desestimulando condutas.

A extrafiscalidade pode ser exercida de diversas maneiras: pela instituição de um tributo, majoração ou redução de alíquota, criação de isenções ou faixas de isenção, benefícios fiscais entre outros.

Por meio do princípio da seletividade tributária, também temos introduzido em nosso ordenamento a possibilidade de induções comportamentais por meio reduções ou majorações de alíquotas, são os denominados instrumentos econômicos superavitários ou deficitários.

A doutrina esclarece que a utilização dessa espécie de instrumento econômico pode simultaneamente corrigir uma externalidade, financiar custos operacionais com ações de preservação e também induzir um comportamento por parte do mercado. Portanto, pode ser uma modalidade também de pagamento por serviços ambientais a depender de como essa modalidade de benefício será desenhada pela Lei.

Em outras palavras, é possível criar um pagamento por serviços ambientais por meio de benefícios fiscais, a depender da fixação, em lei, do serviço que será contemplado e do respectivo benefício fiscal que será concedido, bem como de seu impacto financeiro para que não se incorra em renúncia fiscal.

Entretanto, por permitir múltiplas possibilidades decorrentes de seu caráter extrafiscal, nem todo tributo verde será necessariamente um pagamento por serviços ambientais, podendo ser uma fonte de custeio para outros projetos ou ações, ou ainda um mecanismo de direcionamento de ações ambientalmente interessantes, como por exemplo fomentar o consumo de determinado produto ou serviço e desestimular o consumo de outros bens ou serviços, por exemplo.

A imposição de uma tributação mais dura sobre bens considerados nocivos, processos mais poluentes ou sobre a utilização de recursos não renováveis, pode desestimular o mercado, incentivando-o a reduzir, descontinuar aquela atividade ou até mesmo a pesquisar novos elementos, novas técnicas e processos de produção mais limpos.

Como há a possibilidade de que esse custo seja repassado no preço do produto ou serviço, caso a sociedade aceite essa majoração do preço final ao consumidor e permaneça consumindo aquele produto ou serviço, a imposição tributária mais severa não terá o efeito extrafiscal pretendido.

Para essas hipóteses a medida talvez tivesse mais sucesso se ao invés de endurecer a cobrança fiscal, fosse concedido um incentivo aos empreendedores/ proprietários que adotassem medidas ambientalmente mais adequadas, pois a possibilidade de reduzir custos e lucrar mais, por si só faria com que empreendedores e proprietários se mobilizassem.

Para essa espécie de instrumento econômico, o desafio é conhecer suficientemente o mercado para se saber qual espécie de incentivo é o mais adequado para se obter o efeito desejado. Além disso, no caso de uma majoração da carga tributária é preciso atenção para a conjugação dos objetivos (aumento de receita, custeio de ação preservacionista, correção de externalidade, indução de comportamento), pois caso contrário haverá apenas uma ação fiscal de majoração de arrecadação, o que é alheio ao propósito ambiental.

De outro lado, na minoração da carga tributária, ou na concessão de subsídio há necessidade de se precificar ou quantificar o valor do efeito almejado, com esse incentivo, para a sociedade, ou seja, necessário apurar quais serão os ganhos com essa medida, para que não ocorra uma renúncia de receita.

Como exemplos desta espécie de instrumento econômico podemos mencionar o “IPTU Verde” que é uma espécie de incentivo por meio de redução de alíquota ou criação de faixas de isenção para imóveis que possuam uma construção sustentável conforme critérios adotados pela respectiva Lei Municipal.

E também o “ICMS Verde” ou “Ecológica” que é uma medida tributária de repartição de parcela da receita deste tributo estadual dentre municípios que ostentem os critérios estabelecidos pelas respectivas leis estaduais.

Atualmente, o art. 158, IV, da Constituição federal determina que vinte e cinco por cento vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) deverá ser repassando para os municípios e deste montante ainda estabelece que setenta e cinco por cento devem ser distribuídos conforme critérios estabelecidos na própria Constituição e os outros vinte e cinco por cento do montante podem ser distribuídos segundo critérios estabelecidos conforme lei estadual.

Nessa margem de vinte e cinco por cento que os Estados criam critérios de distribuição diferenciado por questões ambientais. A finalidade do instituto é beneficiar os municípios que contam com áreas de preservação específica em seu território e que por isso deixam de gerar renda própria.

Contudo, ainda existe muito a ser explorado no âmbito do direito tributário, por exemplo produtos originados de uma produção mais limpa, ou que utilize matéria-prima renovável ou menos poluente, veículos automotores elétricos, prédios que disponham de dispositivos para uso consciente de água e captação de água da chuva e energia solar, são apenas alguns elementos que futuramente podem ter tratamento tributário diferenciado para orientar o consumidor a uma postura ambientalmente mais adequada.

Como vimos acima, a tributação verde também poderia ter uma atuação direta sobre algum serviço ambiental, configurando uma modalidade de pagamento de pagamento por serviços ambientais, talvez um exemplo singelo dessa possibilidade seria nos serviços de beleza cênica, onde a exploração do local pudesse ser beneficiada com benefícios fiscais, como por exemplo redução da alíquota do ISS, caso essa exploração fosse realizada de modo a preservar de modo mais efetivo aquela paisagem, como por exemplo com um controle melhor de carga, reduzindo o número de visitantes por dia ou por atividade.

Nesse nosso exemplo, a redução da carga tributária poderia compensar a redução do volume de prestação daquele serviço, por exemplo, sendo economicamente interessante ao proprietário do local e também para toda a sociedade que passará a contar com uma adicionalidade na preservação daquele local de especial interesse.

Dos instrumentos de mercado

Existem, ainda, os instrumentos econômicos de mercado ou de criação de mercado, são hipóteses de criação de direitos, benefícios e rendas que podem ser transacionadas ou colocadas em mercado, remetendo à origem da classificação, pois são em resumo instrumentos econômicos que, via de regra, podem ser colocados no mercado.

Podem ser decorrentes das práticas de preservação, padrões específicos de emissão de poluentes ou de aquecimento da atmosfera, entre outros. Um exemplo bastante conhecido nesta modalidade de instrumento econômico são os créditos de carbono.

Mediante a monetarização dos recursos naturais, acima mencionada, fica fácil perceber que o interesse por essa medida de estímulo à preservação pode vir tanto do Poder Público como também dos particulares que de alguma forma se beneficiem com a preservação dos ecossistemas, pois para estes a preservação da biodiversidade representa potencial de lucro a médio e longo prazo.

Vejamos, o meio ambiente, ecologicamente equilibrado, continua sendo de preservação obrigatória, ainda há um compromisso com a criação de uma sociedade solidária, que entregue um ambiente sadio para as gerações futuras, no entanto, a par tudo, isso há um enorme mercado que pode ser explorado com a preservação do meio ou mesmo com a sua utilização de forma sustentável.

Para isso, precisamos notar que há uma valoração monetária, econômica, precificada ou mesmo precificável, nos processos de provisão, regulação e suporte do meio ambiente.

Os debates sobre a criação de instrumentos de mercado para controle da poluição foram mais intensos nos Estados Unidos, principalmente a partir dos anos 80, dois programas comumente mencionados são: *Acid Deposition Control*³⁷ e *Regional Clean Air Incentives Market (RECLAIM)*³⁸, ambos os programas estão baseados num sistema de “comércio de emissões”, num mecanismo conhecido como *cap-and-trade* ou teto e comércio, caracterizados pela certificação de títulos negociáveis, que permitem a emissão de determinadas quantidades de gases ou efluentes (NUSDEO, 2012).

Todavia, enquanto o primeiro programa é comumente citado como um projeto bem-sucedido, o segundo programa acima referido já não obteve resultados satisfatórios na redução da emissão de poluentes, o demonstra que os instrumentos de mercado, especialmente dos mercados de emissão, também possuem suas fragilidades e que por vezes podem ser insuficientes para se obter o resultado almejado.

³⁷ Programa criado em 1990, tinha por objetivo a redução de emissões de dióxido sulfúrico das usinas de energia elétrica movidas a carvão, com um mercado bem delimitado, intensa fiscalização, conseguiu cumprir com a redução da emissão de poluentes que pretendia.

³⁸ Criado em 1994, na Califórnia, inspirado no sucesso do programa de acumulação ácida, tinha o objetivo reduzir as emissões de dióxido de enxofre (SO₂) e óxido de azoto (NO_x), estabelecendo igualmente um mercado de “*cap and trade*”, com redução progressiva das autorizações atribuídas às instalações, substituindo total ou parcialmente muitas regras de tipo comando e controle, fazendo com que inexistissem sanções automáticas pelo descumprimento de suas regras. Todavia esse programa incluía fontes poluidoras variadas, demandava sistema de monitoramento complexo de e altos custos e por conseguinte não obteve o resultado esperado.

Para entendermos melhor como esse sistema de mercado funciona, nos valeremos das palavras de Ana Maria Nusdeo³⁹ que assim esclarece:

Mercados de emissão são formados mediante a criação de títulos ou quotas representativas de licenças para emitir substâncias determinadas, alocadas entre as indústrias instaladas que podem ser negociadas entre aquelas que não as utilizam em totalidade e aquelas que necessitam ultrapassá-las. A fim de evitar-se um aumento ou mesmo a estabilização de emissões, os programas mais bem-sucedidos prevêem uma redução progressiva das quotas em circulação do mercado (NUSDEO, 2012, p. 104).

A criação de um sistema de teto e comércio dá-se a partir das seguintes medidas. Em primeiro lugar, a autoridade ambiental estabelece um limite total (teto) de emissões de determinado(s) poluente (s) para um conjunto de fontes num determinado lapso temporal. A segunda etapa é a de dividir esse teto em quotas. Em seguida, essas quotas são distribuídas entre as fontes, conforme critérios definidos na regulamentação do programa. Os critérios mais comuns são o histórico passado de cada agente ou leilões. Essas quotas podem ser negociadas entre as fontes. O quarto componente refere-se ao estabelecimento de um sistema de verificação das emissões pelas empresas para gerar informações a serem reportadas à autoridade reguladora. Finalmente, a autoridade compara as emissões das empresas com as quotas (originalmente distribuídas ou adquiridas) e impõe penalidades se aquelas ultrapassarem essas (NUSDEO, 2012, p. 104).

Não podemos deixar de mencionar que o Protocolo de Kyoto estabeleceu mecanismos para auxiliar e/ou incentivar a redução da emissão de gases de efeito estufa, esses mecanismos consistem em: (i) Mecanismo de Desenvolvimento limpo, que consiste em método de aquisição, por países listados no Anexo I, de reduções certificadas de emissão geradas em programas ou projetos instalados em países que não constam do Anexo I, (ii) Implementação Conjunta, que consiste em método que possibilita projetos de reduções da emissão de gases de efeito estufa sejam realizadas por um grupo ou conjunto de países, e (iii) Comércio de reduções que é o mecanismo que possibilita que um país adquira de outro cotas de reduções realizadas (NUSDEO, 2012).

Em nosso país, apenas o MDL – Mecanismo de Desenvolvimento limpo é permitido, por se tratar de um país em desenvolvimento, como vimos acima a ideia central desse mecanismo é a de possibilitar e até mesmo facilitar que países desenvolvidos alcancem suas metas e simultaneamente fomentar nos países em desenvolvimento os projetos de redução das emissões de gases de efeito estufa.

Os projetos de MDL podem ser oriundos de entidades públicas ou privadas, devem provar a adicionalidade gerada para possibilitar a emissão de certificados, denominados RCE – Redução certificada de emissão, que podem ser adquiridos pelos países desenvolvidos do Anexo I e descontados de suas emissões para que seja contabilizada a sua respectiva meta (SILVA, 2018).

Por conseguinte, percebemos que já existem instrumentos de mercado aptos a estimular ações de preservação e sustentabilidade, existindo ainda amplas possibilidades de desenvolvimento de outros instrumentos de mercado.

Pagamento por serviços ambientais

Tradicionalmente, a economia se ocupa em valorar aqueles bens ou produtos diretamente apropriáveis, valorando-os normalmente em proporção inversa a sua disponibilidade. No entanto, os avanços dos estudos técnicos e o aprofundamento dos conhecimentos sobre a natureza e seus

³⁹ NUSDEO. Ana Maria de Oliveira. **Pagamento por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica.** São Paulo: Atlas, 2012.

diversificados ecossistemas tem sinalizado a necessidade de percepção e valoração, inclusive econômica de processos anteriores e até mesmo posteriores aos de obtenção ou apropriação de bens naturais.

O valor dos produtos e serviços prestados pela natureza ao homem são notórios e indissociáveis da própria existência humana, para se alcançar a relevância do pagamento pelos serviços ambientais, nos parece necessário observar a grandiosidade da riqueza que se pretende tutelar por meio desse sistema.

Não podemos nos ater, apenas, aos bens ou serviços que são utilizados ou consumidos, diretamente, pela sociedade, mas também ter em mente que para dar suporte ao sistema, inúmeros outros serviços ambientais são prestados pela natureza e ainda que indiretamente, nos valem deles tanto quanto aos primeiros.

Percebemos, então, que os recursos naturais e as ações ligadas a eles são responsáveis por uma gigantesca movimentação financeira e ainda mais podemos perceber que a preservação da natureza também está ligada à preservação desse fluxo financeiro e da possibilidade de descobertas de novos mercados, novos produtos, ou seja, potencial para a produção de ainda mais riqueza.

Associado a tudo isso, voltamos para a nossa ideia anterior de ineficácia das normas tradicionais de comando e controle como instrumento de preservação e passamos a admitir a viabilidade de norma indutoras de comportamento, ou seja, estimulando-se um determinado comportamento por meio de uma gratificação, premiação, compensação, subsídios, taxaço reduzida ou majorada, ou até mesmo facilitação de algum procedimento.

Da obra de Ana Maria de Oliveira Nusdeo⁴⁰ extraímos importante diferenciação conceitual:

A reflexão sobre os serviços e bens que a natureza nos oferece leva à crescente percepção de sua variedade e diversidade. Assim a expressão “ serviços ambientais” pode ser utilizada para designar duas categorias diferentes. Em primeiro lugar, os chamados produtos ambientais utilizados diretamente pelo ser humano para consumo ou comercialização, tais como água, frutos, madeira, carne, sementes e medicinais. Por serem usados diretamente, há maior facilidade para sua valoração. Mas a própria existência desses bens usufruídos pelo homem pressupõe uma segunda categoria de serviços relativos ao suporte da natureza, tais como a polinização natural, a ciclagem de nutrientes do solo, o fluxo de genes, a manutenção do volume e qualidade dos recursos hídricos, o seqüestro de carbono que permite a estabilização climática, entre outros (NUSDEO, 2012, p. 16).

Neste sentido, encontra-se a linha de pensamento denominada de economia ecológica, a qual reconhece que os recursos naturais possuem um valor indireto ligado às suas funções ecológicas, de sustentação e manutenção dos ecossistemas, como também valores outros a depender da relação travada entre o homem e a própria natureza.

O Nosso Código Florestal, em seu art. 41, disciplina a possibilidade de pagamentos ou incentivos às atividades de conservação e melhoria de ecossistemas, arrolando algumas modalidades de serviços ambientais e, também, de inventivos, disciplinando expressamente a possibilidade pagamento por serviços ambientais mesmo nas hipóteses de atividades de manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal. Vejamos:

⁴⁰ NUSDEO. Ana Maria de Oliveira. **Pagamento por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica**. São Paulo: Atlas, 2012.

Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação.

I - pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente:

- a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;
- b) a conservação da beleza cênica natural;
- c) a conservação da biodiversidade;
- d) a conservação das águas e dos serviços hídricos;
- e) a regulação do clima;
- f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;
- g) a conservação e o melhoramento do solo;
- h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;

II - compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento dos objetivos desta Lei, utilizando-se dos seguintes instrumentos, dentre outros:

- a) obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que os praticados no mercado;
- b) contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado;
- c) dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, gerando créditos tributários;
- d) destinação de parte dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, na forma da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para a manutenção, recuperação ou recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito na bacia de geração da receita;
- e) linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas;
- f) isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fios de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração de solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;

III - incentivos para comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação, conservação e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa, tais como:

- a) participação preferencial nos programas de apoio à comercialização da produção agrícola;
- b) destinação de recursos para a pesquisa científica e tecnológica e a extensão rural relacionadas à melhoria da qualidade ambiental.

§ 1ª Para financiar as atividades necessárias à regularização ambiental das propriedades rurais, o programa poderá prever:

I - destinação de recursos para a pesquisa científica e tecnológica e a extensão rural relacionadas à melhoria da qualidade ambiental;

II - dedução da base de cálculo do imposto de renda do proprietário ou possuidor de imóvel rural, pessoa física ou jurídica, de parte dos gastos efetuados com a recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de

Reserva Legal e de uso restrito cujo desmatamento seja anterior a 22 de julho de 2008;

III - utilização de fundos públicos para concessão de créditos reembolsáveis e não reembolsáveis destinados à compensação, recuperação ou recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito cujo desmatamento seja anterior a 22 de julho de 2008.

§ 2º O programa previsto no caput poderá, ainda, estabelecer diferenciação tributária para empresas que industrializem ou comercializem produtos originários de propriedades ou posses rurais que cumpram os padrões e limites estabelecidos nos arts. 4º, 6º, 11 e 12 desta Lei, ou que estejam em processo de cumpri-los.

§ 3º Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais inscritos no CAR, inadimplentes em relação ao cumprimento do termo de compromisso ou PRA ou que estejam sujeitos a sanções por infrações ao disposto nesta Lei, exceto aquelas suspensas em virtude do disposto no Capítulo XIII, não são elegíveis para os incentivos previstos nas alíneas a e do inciso II do caput deste artigo até que as referidas sanções sejam extintas.

§ 4º As atividades de manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito são elegíveis para quaisquer pagamentos ou incentivos por serviços ambientais, configurando adicionalidade para fins de mercados nacionais e internacionais de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa.

§ 5º O programa relativo a serviços ambientais previsto no inciso I do caput deste artigo deverá integrar os sistemas em âmbito nacional e estadual, objetivando a criação de um mercado de serviços ambientais.

§ 6º Os proprietários localizados nas zonas de amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral são elegíveis para receber apoio técnico-financeiro da compensação prevista no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com a finalidade de recuperação e manutenção de áreas prioritárias para a gestão da unidade.

§ 7º O pagamento ou incentivo a serviços ambientais a que se refere o inciso I deste artigo serão prioritariamente destinados aos agricultores familiares como definidos no inciso V do art. 3º desta Lei.

Do próprio texto da Lei, extraímos que o instituto diferentemente das normas de comando e controle onde há uma coação legal. No PSA, há um incentivo em relação a um serviço ambiental específico que deve estar bem delimitado no programa ou contrato instituidor.

Constando, ainda, qual o benefício e quais as condições de verificação do serviço ambiental que autorizariam o recebimento por parte do provedor. Ou seja, numa relação bem similar a dos contratos sinalagmáticos, há a fixação das partes beneficiário e provedor e da obrigação de cada uma delas.

Antes de nos debruçarmos sobre o procedimento do pagamento por serviços ambientais, precisamos examinar o que seriam os serviços ambientais, para que possamos compreender a sistemática do instrumento, como examinaremos no capítulo seguinte.

Serviços ambientais

A natureza presta inúmeros serviços à humanidade, tais como fornecimento de alimentos, água potável, regulação da temperatura, absorção de gás carbônico, ciclo de estações, polinização, manutenção da beleza cênica entre diversas outras, sendo indubitável a imprescindibilidade de um ambiente ecologicamente equilibrado para a sobrevivência da própria raça humana.

Desta forma a preservação de alguns bens de valor ecológico está intimamente ligada com a própria garantia de vida do homem. Então, os serviços ambientais também conhecidos como serviços

De acordo com Rech e Altmann (2009, pp. 80-81)⁴¹:

A ciência ecológica sabe há algum tempo que a natureza, além de provedora de bens, é provedora de serviço ao homem. Parte desses serviços prestados pelo meio ambiente, chamados “serviços ambientais” ou “serviços ecológicos”, são conhecidos pela ciência, outros ainda não foram desvendados, em vista da complexidade das inter-relações ecológicas (RECH e ALTMANN, 2009, pp. 80-81).

Em 1997 um estudo calculou quanto custaria substituir os serviços ecológicos prestados por 16 ambientes diferentes, se isso fosse possível. A estimativa chegou à cifra de 33 trilhões de dólares. Importante é lembrar que, na época, o produto interno bruto (PIB) mundial era de 18 trilhões de dólares (RECH e ALTMANN, 2009, pp. 80-81).

Tipos de serviços ambientais

Extraímos da “Avaliação Ecosistêmica do Milênio da ONU”, uma classificação que tem sido aceita de modo geral pela doutrina especializada subdividindo as espécies de serviços ambientais (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT BOARD, 2019)⁴², assim temos:

(1) Serviços de Provisão: que seriam os produtos ou bens extraídos do próprio ecossistema obtidos dos ecossistemas. Exemplos: alimentos, água doce, fibras, produtos químicos, madeira.

(2) Serviços de Regulação: são os serviços ou produtos obtidos a partir de processos regulares dos próprios ecossistemas, tais como: clima, polinização de plantas, controle de doenças e pragas.

(3) Serviços Culturais: são os benefícios de bem-estar, obtidos por meio do contato com a natureza, de modo recreativa, educacional, religiosa ou estético-paisagística.

(4) Serviços de Suporte: são aqueles que oferecem suporte, ou seja, sustentam outros serviços ambientais, como por exemplo: a produção primária (fotossíntese, quimiossíntese), ciclagem de nutrientes, formação do solo.

Como bem pondera a Professora Erika Bechara (2010)⁴³, podemos perceber que a natureza presta por si própria esses serviços, todavia a atuação humana pode ser positiva ou negativa pois se por vezes impedir ou atrapalhar a realização desses serviços em outras ocasiões pode garantir ou até mesmo otimizar a sua execução.

Se para aqueles que atuam de modo negativo há a punição, o que haveria para aqueles outros que atuam de modo positivo? Nos parece que a resposta vem amparada no instrumento econômico ora examinado.

Podemos traduzir o sistema de pagamento de serviços ambientais, como sendo um ajuste contratual, via de regra voluntário, onde o pagador ou beneficiário do serviço transfere ao provedor

⁴¹ RECH, Adir Ubaldio; ALTMANN, Alexandre. **Pagamento por serviços ambientais: imperativos jurídicos e ecológicos para a preservação e restauração das matas ciliares**. Caxias do Sul, RS Educs, 2009.

⁴² MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT BOARD. **Ecosystems and Human Well-Being: Biodiversity Synthesis**. Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.354.aspx.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2019.

⁴³ BECHARA, Erika. A compensação e a gratificação por serviços ambientais na legislação brasileira. In: GALLI, A (Org). **Direito socioambiental: Homenagem a Vladimir Passos de Freitas**. Curitiba: Juruá, 2010.

de serviços ambientais, ou seja, a quem realiza o serviço ambiental, um pagamento, uma remuneração, podendo ser financeira ou de outra natureza, daí que alguns doutrinadores subdividem o pagamento por serviços ambientais em gratificação e compensação.

Os aspectos positivos desse instrumento podem ser elencados da seguinte maneira: (i) possuem método de implantação e fiscalização mais simples, (ii) podem ser eficientes em potencializar um crescimento econômico sustentável, (iii) é capaz de angariar fontes de custeio variadas e inclusive privadas, (iv) possibilita a conciliação da exploração de recursos com manutenção de populações tradicionais, (v) incentiva a inovação e busca por conhecimentos científicos novos (MAY, 2010).

A Lei estabelece algumas modalidades de serviço a serem beneficiadas pelo PSA, quais sejam: a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; b) a conservação da beleza cênica natural; c) a conservação da biodiversidade; d) a conservação das águas e dos serviços hídricos; e) a regulação do clima; f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; g) a conservação e o melhoramento do solo. Todavia o rol não nos parece ser, vez que o legislador de utilizou da expressão “tais como” antes de arrolar os serviços ambientais.

Apenas para se exemplificarmos os serviços arrolados pelo legislador, o item “a” relativo ao sequestro, conservação, manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono está intimamente ligado a medidas de reflorestamento ou manutenção das florestas nativas, pois como é sabido, no processo de fotossíntese ocorre a captura do carbono que fica estocado na vegetação, desde que não ocorra sua derrubada, queimada ou qualquer modo de destruição. E, devido ao Protocolo de Quioto, é possível que envolva atores internacionais, mesmo porque os benefícios poderão ser percebidos de modo global.

O item “b” retrata a beleza cênica, a crescente urbanização fez com que muitas pessoas despertassem interesse em se refugiar na natureza ou apreciar belas paisagens naturais, o forte avanço do ecoturismo demonstra o potencial desse nicho de mercado. Não se trata apenas de uma modalidade de turismo o contato com a natureza produz efeitos positivos sobre a saúde das pessoas e, portanto, a preservação da beleza cênica também envolve a própria dignidade da pessoa humana. Aqui, pensamos ser possível a própria exploração do local como meio de angariar recursos para a sua manutenção.

Já o item “c” trata da preservação da biodiversidade, assim entendida manutenção das espécies e também de suas variações genéticas, envolve ações voltadas não apenas a manutenção das florestas e habitat naturais, mas também há práticas onde seja possível de realizar uma determinada cultura ou criação de rebanho sem que outras espécies tenham de ser removidas, permitindo-se a manutenção das condições de vida para as espécies tradicionalmente existentes na área.

Por sua vez, o item “d” retrata conservação de águas e recursos hídricos, além das diversas ações como preservação de mananciais e da mata ciliar. Até mesmo a manutenção das florestas e da cobertura vegetal original podem prestar esse serviço pois facilitam o ciclo de recarga dos lençóis freáticos. Eliminação de agrotóxicos e dos resíduos da pecuária também podem ter impacto na qualidade da água. Em que pese a água seja uma das maiores preocupações ambientais, nos parece que a implementação do PSA envolverá, via de regra, pessoas físicas ou jurídicas de algum modo ligadas a uma determinada bacia hidrográfica.

O item “e”, que envolve a regulação do clima, também nos parece voltado a proteção das florestas e também dos oceanos, pois já se sabe que as variações de temperatura das águas oceânicas provocam fenômenos climáticos, como por exemplo: o *El niño*. Assim, como no item “a” parece possível a celebração de um ajuste envolvendo investimentos internacionais.

Já o item “f”, retrata a preocupação do legislador em estimular a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico, evitando que essa cultura e esse conhecimento tradicional se perca ou que seja objeto de biopirataria. A exploração de elementos da floresta de modo artesanal ou sua cultura mediante regime de agricultura familiar, poderia ser útil não apenas para cristalizar a tradição e conhecimento como permitir que esse meio de vida tradicional seja viável para as populações envolvidas. Portanto esse item pode envolver questões relativas a enfiamentos de desigualdades socioeconômica, como também soberania nacional.

Por fim o item “g” menciona a conservação e o melhoramento do solo, este tema envolve não apenas o desmatamento, mas também a realização de culturas de modo sustentável evitando-se o demasiado desgaste do solo. Também envolve quaisquer atividades que demandem a remoção do solo como a mineração por exemplo.

Com se percebe, esses itens estão inter-relacionados e envolvem uma extensa gama de atividades que em tese poderiam ser incentivadas recompensadas por meio do sistema de pagamento por serviços ambientais, o que só reafirma o entendimento do que esse rol é meramente exemplificativo.

Do princípio do protetor recebedor

O pagamento por serviços ambientais, possui alicerce em um princípio, ainda pouco difundido, o do protetor-recebedor. Esse princípio adota a mesma sistemática do poluidor-pagador ou do usuário-pagador, mas num sentido inverso.

Enquanto nos princípios mais tradicionais são internalizadas as externalidades negativas, nesse o que é internalizado é a adicionalidade ou externalidade positiva, ou seja, o beneficiário recebe pelo benefício, pela proteção ao meio ambiente que produziu.

A Lei 12.305/2010 introduziu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, no seu artigo 6º, inciso II, ao lado do já consagrado princípio do poluidor-pagador, expressamente afirmou o protetor-recebedor, portanto esse princípio integra nosso ordenamento, não havendo dúvidas quanto a isso.

O cerne principiológico consiste na ideia de retribuição àquele que atuou como um protetor do meio ambiente. Seria uma forma da sociedade retribuir para com aquele que agiu em benefício da coletividade, por vezes inclusive, em detrimento de interesses pessoais. Bem como, uma forma de se fomentar as atitudes de preservação e sustentabilidade, incentivando empreendedores a investirem em ações que contribuam para a preservação.

Do reforço positivo e dos resultados a longo prazo

Outro ponto que merece nossa atenção é o sistema comportamental implantando pelos Pagamento por serviços ambientais. Aqui, não há uma punição, mas sim um privilégio, um prêmio para aquele que age em conformidade com a proposta.

Além de produzir efeitos imediatos também estimula uma mudança de hábitos e, por conseguinte, uma mudança cultural a longo prazo, pois não podemos negar que também existem os efeitos psicológicos dessa modalidade de estímulo.

Assim, reforço positivo é um método muito utilizado para treinamento de animais, por exemplo e também gera excelentes resultados em humanos. Sendo, amplamente, difundidas para gerenciamento de pessoal e liderança de equipe.

Além disso, o princípio do protetor-recebedor é muito mais aplicável que o princípio do poluidor-pagador, nas regiões ou comunidades de menor desenvolvimento econômico, evitando-se a ineficácia do sistema nessas condições.

Não se trata de examinarmos aqui temas de psicologia, mas o reforço positivo por meio de um estímulo pode ser mais eficiente para gerar uma alteração comportamental do que puramente a punição, há necessidade de destacarmos o que dizem sobre o assunto (SILVA, 2019)⁴⁴:

O indivíduo aprende “qual o comportamento desejável para alcançar determinado objetivo. Já a punição reforça qual o comportamento indesejável, ou seja, que não deve ser manifestado para evitá-la”.

No reforço positivo quando o comportamento desejado é alcançado um elemento de recompensa é adicionado. Para exemplificar o reforço positivo consideremos um experimento onde um rato é privado de comida. Quando este puxa determinada alavanca (comportamento desejado) é disponibilizado o alimento (elemento de recompensa). Com o passar do tempo o rato ao sentir fome irá puxar a alavanca para receber o alimento (SILVA, 2019).

O indivíduo aprende qual o comportamento desejável para alcançar determinado objetivo. Já a punição reforça qual o comportamento indesejável, ou seja, que não deve ser manifestado para evitá-la (SILVA, 2019).

A punição pode acarretar uma série de problemas: esse tipo de estimulação aversiva, acarreta respostas do sistema nervoso, entendidas como ansiedade, depressão, baixa auto-estima. Além do mais, o comportamento punido não é esquecido, ele é suprimido. Pode ser que após a estimulação aversiva ter sido eliminada, o comportamento volte a ocorrer: a criança pode simplesmente aprender a não dizer palavras em casa, mas continuar a usá-los em outros lugares (SILVA, 2019).

Ela também suprime o comportamento indesejado, mas não guia a pessoa para um comportamento mais desejável. A punição diz o que não fazer, o reforço diz o que fazer. Uma punição combinada com um reforço positivo de comportamentos desejáveis é mais eficiente (SILVA, 2019).

Ora, além de estimular de imediato condutas ambientalmente adequadas e que forneçam serviços ambientais para a sociedade esse instrumento econômico poderá ser também uma ferramenta auxiliar na conscientização da população sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Das fontes de custeio do pagamento por serviços ambientais

Primeiramente, temos de esclarecer que, via de regra, o comportamento recompensável é aquele que gera ganhos ambientais, no entanto esses ganhos podem ser para toda a coletividade, ou apenas para um grupo de particulares.

O recebedor nesse caso seria o provedor de serviços ambientais, ou seja, pessoas físicas ou jurídicas que auxiliem, garantam ou otimizem a prestação de serviço ambiental.

⁴⁴ SILVA, Christofer C. **Entendendo o que é reforço positivo e negativo**. Disponível em: <<http://www.pensarbemviverbem.com.br/entendendo-o-que-e-reforco-positivo-e-reforco-negativo>>. Acesso em 06 mar. 2019.

Decorre do sistema de pagamento por serviços ambientais a noção de que beneficiários (pagadores) de serviços ambientais possam realizar contratos e pagamentos diretos aos provedores o serviço ambiental, pois é possível que em hipóteses específicas a atuação resulte em benefício ambiental a um particular ou grupo de particulares de modo exclusivo. Desta forma, nos parece que nesta hipótese, em especial, caberia ao Beneficiário direto promover a recompensa.

Por sua vez, nos casos em os beneficiários sejam indeterminados poderemos ter outras fontes de custeio, podendo mencionar precipuamente, o Poder Público por meio de verbas destacadas de seus orçamentos, taxas pagas pelos usuários, terceiro setor ou mesmo fundos internacionais.

Cabendo destacar que, o provedor também pode ser pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ou seja, o Estado, por meio de instituições públicas gerenciadoras também pode, em tese, receber pelo PSA.

Certamente, para que o programa prospere é necessária uma firme fonte de custeio, sendo o verdadeiro alicerce do Programa de Pagamento por serviços ambientais, com fulcro em exemplos estrangeiros, normalmente são sugeridas criações de novas modalidades arrecadatórias, com a finalidade de se estabelecer uma fonte de custeio fixa. Como por exemplo, uma destinação da arrecadação de tributação específica ou mesmo da cobrança de taxas dos usuários, além de repasses provenientes de fundos constitucionais.

Para que sejam evitadas eventuais dinâmicas pautadas por questões partidárias e que prejudiquem a manutenção dos programas, nos parece salutar que cada programa conte com a sua fonte de custeio fixa, sem prejuízo de fontes adicionais que podem ser somadas para incrementar a atividade.

Em suma, os pagamentos por serviços ambientais podem ser custeados tanto pelo setor público, como por fundos particulares, nacionais e internacionais, entidades de terceiro setor ou até mesmo pessoas jurídicas de direito privado. Logo, as possibilidades de custeio são múltiplas, entretanto persiste a necessidade de que o programa instituidor do pagamento por serviços ambientais faça previsão expressa de sua fonte de custeio, pois a certeza do pagamento tende a ser fator preponderante para a adesão ao programa.

Pagamento por serviços ambientais em áreas de preservação permanente e reserva legal mediante utilização de recursos públicos

Como vimos acima, a norma Florestal inovou ao autorizar a União a criar o programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, incluindo dentre seus instrumentos, o pagamento por serviços ambientais. Ponto polêmico da norma é a previsão legal da possibilidade de pagamento por serviços ambientais em Áreas de Proteção permanente e reserva legal.

A manutenção de APP e RL é uma obrigação legal, prevista no anterior Código Florestal, ou seja, Lei 4.771/1965 e que permanece na atual Lei Florestal qual seja, a Lei 12.651/2012, esta tipificação nos parece, a princípio contraditória, ao pagamento por serviços ambientais nas áreas de reserva legal e de preservação permanente, pois por serem uma obrigação legal, constituíram limitações administrativas aos proprietários e posseiros e por tal motivo não deveriam gerar nenhum tipo de pagamento, em especial nenhum pagamento financiado com verba pública.

Mesmo porque, ao se tratar de uma obrigação legal a sua realização não representaria uma adicionalidade. As opiniões se dividem acerca da eticidade de tal medida. Diante de tudo que já examinados, efetivamente, destacamos que aquele proprietário que desrespeita a norma, deixa de

cumprir com a função social da propriedade e também ostenta comportamento moralmente reprovável. No entanto, o que norteia os instrumentos econômicos é a necessidade de uma solução prática para o problema e gere o resultado almejado.

Por força da positivação mencionada e também considerando o objetivo da lei que é a de fomentar uma melhoria efetiva das ações de conservação e preservação podemos argumentar que embora exista a obrigatoriedade de preservação e manutenção das áreas de reserva legal e de preservação permanente, os resultados das medidas orientadas pela política de comando e controle são insuficientes e que portanto poderia sim haver um ganho efetivo, ou uma adicionalidade efetiva, na combinação desses dois sistemas.

Nusdeo (2012)⁴⁵ esclarece com um exemplo claro de uma adicionalidade efetiva, como os especialistas justificam o PSA para as áreas já legalmente protegidas:

A mais polêmica transação quanto à definição de adicionalidade em relação às determinações é aquela relacionada à redução das emissões por desmatamento e degradação (REDD+). Vocacionada a conter o processo de conversão das florestas para outros usos, principalmente na área da Amazônia legal Brasileira, pode vir a ser aceita relativamente a áreas cuja lei obrigue a preservação a título de reservas legais ou áreas de preservação permanente (NUSDEO, 2012, 154).

Embora essa possibilidade não esteja definida, estudos de economistas sobre o potencial do pagamento pelo REDD+ e seu potencial de compensação de proprietários pelo custo de oportunidade de desenvolvimento de outras atividades na área a ser conservada têm partido do fato da inefetividade das normas do Código Florestal e proposto o pagamento pelo desmatamento evitado até mesmo em áreas de reserva legal, seja no âmbito de transações internacionais, seja no âmbito de programas públicos (NUSDEO, 2012). Um dos estudos chega a defender valores diferenciados para áreas de reserva legal e para o restante da propriedade onde o desmatamento é permitido.

Esclarecemos que o REDD+ ou REDD *plus* é um mecanismo de incentivo à preservação, gerado a partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do Clima que tem por escopo a recompensa financeira de países em desenvolvimento pelo combate ao desmatamento, recuperação da cobertura vegetal e consequentes incrementos nos estoques de carbono (SILVA, 2018).

Portanto, a autora acima mencionada defende a ideia de que é possível se aferir adicionalidade “efetiva” na preservação de áreas já legalmente protegidas, inclusive aferíveis por meio de majoração de estoques de carbono, tanto que, internacionalmente, já se cogita de uma compensação financeira neste sentido.

A fundamentação do pagamento para cumprimento de deveres legais parte de um argumento mais pragmático, como o da ausência de efetividade dos instrumentos de comando e controle, mas passa por argumentos principiológicos, como a noção do protetor-recebedor, que enfatiza os benefícios da conservação para a coletividade, ainda que decorrente de práticas determinadas legalmente”.

Como se percebe, apartado de qualquer questionamento ético, os benefícios ambientais e sociais a serem obtidos com o cumprimento da lei já seriam suficientes para justificar a adoção de uma política híbrida de gestão no setor florestal, podendo inclusive se determinar no programa a ser desenvolvido mecanismos de, cada vez mais, estimular o cumprimento da lei, como por exemplo

⁴⁵ NUSDEO. Ana Maria de Oliveira. **Pagamento por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica**. São Paulo: Atlas, 2012.

escalonando o benefício e ou criando um prazo de preservação mediante cláusulas resolutivas, em que os benefícios recebidos poderiam ser repetidos em caso de descumprimento das normas.

Afinal, caberá ao programa em si estabelecer critérios e graduações que favoreçam ou premiem diferentemente aquele produtor rural que já adotava uma postura ambientalmente adequada daquele que assim não o fazia. Inclusive fomentando posturas que impliquem em alguma outra adicionalidade, transcendendo a mera e simples conservação, especialmente nas áreas de reserva legal ou de preservação permanente.

Outrossim, é possível na elaboração do programa se considerar as situações peculiares que envolvem o caso concreto, para inclusive corrigir eventuais desvirtuamentos do sistema de comando e controle, como em uma hipótese onde o custo da preservação fosse superior. Além disso, a aplicação do PSA não exclui a incidência nas normas de comando e controle e em casos de dano ou descumprimento da lei as sanções previstas incidirão independentemente.

Exemplos de pagamento por serviços ambientais

O Pagamento pelos serviços ambientais não precisam ser necessariamente uma prestação pecuniária, podem se dar por meio de compensações ou gratificações, sejam em pecúnia ou em bens de natureza diversa, como por exemplo: isenções tributárias, subsídios, favorecimento ou preferência na obtenção de determinado bem ou serviço.

No Brasil, de acordo com dados divulgados pela organização *Florest Trends*, teríamos aproximadamente existem 205 iniciativas ligadas ao PSA (PENSAMENTO VERDE, 2014b)⁴⁶. Existem inúmeras possibilidades e conceitos que envolvem ou admitem o pagamento por serviços ambientais, tais como: conservação da biodiversidade, desenvolvimento e fomento de pesquisas, preservação de beleza cênica, servidões florestais, proteção a mananciais, bem como recuperação e preservação de bacias hidrográficas, ações relativas ao carbono, seu seqüestro e estocagem.

Todavia, a implantação brasileira do pagamento por serviços ambientais tem se concentrado em duas vertentes essencialmente: que seriam o Crédito de Carbono e a gestão dos Recursos Hídricos.

Dentre as iniciativas que abrangem ações voluntárias dos proprietários podemos citar o Projeto OASIS, desenvolvido pela Fundação Boticário, com início em 2006, para atuação na região metropolitana de São Paulo, visando a manutenção da reserva de Guarapiranga, por meio de premiação pecuniária dos proprietários que adotassem medidas preservacionistas nas suas áreas, o sucesso do projeto fez com que as ações fossem ampliadas e hoje a fundação já conta com 7 projetos em andamento (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, 2019):

- ✓ Projeto Oasis são Paulo
- ✓ Projeto Oasis Apucarana Paraná
- ✓ Produtor de Água do Rio vermelho – São Bento do Sul/SC
- ✓ Projeto Oasis Brumadinho
- ✓ Corredores de Biodiversidade – Timbo e Chapecó /SC
- ✓ São José Mais Água São José dos Campos/ SP
- ✓ Produtor de Água de Pratiği Ibirapitanga/BA

A fundação define a sua atuação pelo projeto OASIS nos seguintes termos⁴⁷:

⁴⁶ PENSAMENTO VERDE. **Entenda como funciona o pagamento por serviços ambientais (PSA)**. 2014b. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/entenda-como-funciona-o-pagamento-por-servicos-ambientais-psa/>>. Acesso em 24 mar. 2019.

⁴⁷FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO. **Oásis**. Disponível em:

Para contribuir para a redução da perda de biodiversidade, que tem impacto direto na economia e na sociedade, em 2006 foi lançado o Oásis, uma das primeiras iniciativas de pagamento por serviços ambientais* (PSA) ligadas à biodiversidade e à água (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, 2019, não paginado).

Iniciada há mais de 10 anos na Região Metropolitana de São Paulo, a iniciativa é baseada no conceito de PSA que pressupõe que os agentes tendem a mudar seu comportamento por meio de incentivos econômicos, condicionados à adoção de práticas adequadas de uso do solo e conservação de áreas naturais, contribuindo assim com a manutenção e melhoria dos serviços ecossistêmicos (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, 2019, não paginado).

Presente em iniciativas de diversas regiões do Brasil, o Oásis contribui para que mecanismos de PSA sejam melhor compreendidos e aplicados e, principalmente, para incentivar o investimento em iniciativas mais amplas, como estratégias de gestão territorial inteligente, para garantir e aumentar a resiliência da sociedade frente as mudanças no clima e alterações no uso do solo (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, 2019, não paginado).

Além de promover a valorização dos ambientes naturais, os propósitos da iniciativa incluem influenciar políticas públicas e estratégias do setor privado para que os serviços ecossistêmicos sejam considerados e tenham sua provisão garantida por mecanismos duradouros (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, 2019, não paginado).

No projeto que envolve os corredores ecológicos de Timbó e Chapecó houve a criação dos corredores ecológicos por meio dos Decretos Estaduais nº 2.956/2010 e 2.957/2010, e a grosso modo, os proprietários de uma área que faça parte de um Corredor Ecológico e que adotem condutas de preservação, como por exemplo a utilização da área para a criação de gado juntamente com as árvores nativas, ou seja, sem derrubar a floresta, serão inseridos em Cadastro de Áreas para Créditos de Conservação, podendo receber um valor pela preservação da área (G1, 2013)⁴⁸.

O Programa Produtor de águas, criado pela ANA – Agência Nacional de águas orienta e certifica projetos, de adesão voluntária, voltados aos produtores rurais, promovendo uma articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão do uso do solo, sendo, portanto, tendentes a reduzir a erosão e o assoreamento de mananciais no meio rural (ANA, 2019)⁴⁹.

A ANA – Agência Nacional de águas auxilia cada projeto de modo específico, a sua participação pode então variar entre: orientações, assistência técnica, promoção do diagnóstico local, promoção da reunião entre os participantes, adequação de estradas vicinais, educação ambiental, conservação de solos, recuperação e conservação de nascentes ou outros. Também é possível que a ANA apenas reconheça um projeto particular que atenda aos objetivos, dando-lhe o título de Produtor de Água (ANA, 2019)⁵⁰.

<<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/o-que-fazemos/oasis/pages/default.aspx>>. Acesso em 24 fev. 2019.

⁴⁸ G1. **Corredores ecológicos preservam espécies em área de 10 mil km²**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/nossa-terra/2013/noticia/2013/11/corredores-ecologicos-preservam-especies-em-area-de-10-mil-km.html>>. Acesso em 24 mar. 2019.

⁴⁹ ANA. **AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Nota informativa - Programa Produtor de Água**. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sip/produtor-de-agua/documentos-relacionados/1-nota-informativa-programa-produtor-de-agua.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2019.

⁵⁰ Idem.

Esse programa tem como base a Política Nacional dos Recursos Hídricos, mediante uma avaliação criteriosa são escolhidos projetos que visem melhorar os recursos hídricos de uma determinada bacia hidrográfica, a proposta é de que o projeto seja desenvolvido por um grupo de instituições públicas e/ou privadas, de atuação na própria região da bacia hidrográfica escolhida, organizadas de modo possam desempenhar as rotinas e ações propostas sem um esforço extraordinário, tornando suave esse processo (ANA, 2019)⁵¹.

A ideia central deste projeto é a de que existam de um lado pessoas interessadas em obter água em maior quantidade e melhor qualidade e de outros produtores rurais interessados em receber algum incentivo para estabelecerem um manejo sustentável de sua propriedade e atividade agropastoril, estabelecendo as figuras do beneficiário pagador e do protetor–recebedor (ANA, 2019)⁵².

O manejo adequado das propriedades é precedido de um estudo técnico que avaliará a melhor dinâmica para aquele local especificamente, usualmente envolvem a manutenção de áreas de recarga hídrica, conservação de vegetação natural, plantios de vegetação arbórea, culturas perenes, proteção de nascentes, proteção de margens de cursos d'água, conservação de solos mediante construção de terraços em curva de nível, construção de barragens ou caixas de acúmulo e infiltração de água, plantio direto para culturas anuais, reforma e bom manejo de pastagens, descompactação de solos, sistemas agrossilvipastoris, dentre outras, mas como já mencionamos essas ações técnicas variam de localidade para localidade (ANA, 2019)⁵³.

Normalmente, os atores de fomento nesses projetos são as prefeituras, as câmaras legislativas dos municípios, os sindicatos e associações de produtores rurais, companhias agropecuárias, órgãos de assistência técnica, instituições de pesquisa e ensino, órgãos de meio ambiente, indústrias, companhias de saneamento de água e esgoto, companhias de geração de energia, organizações não governamentais, comitês de bacias hidrográficas, a comunidade local e quaisquer outros que tenham interesse em participar e contribuir, o Governo Federal participa do custeio dessas atividades, de modo residual, normalmente por meio de lançamento de editais (ANA, 2019).

Como um incentivo os provedores são remunerados pela adicionalidade gerada. O custeio desses programas também é definido caso a caso, tem crescido o número de Municípios que destinam parcela de suas dotações orçamentárias ao custeio desses programas, também podem ser estabelecidas outras fontes fixas de custeio como: cobrança pelo uso da água, verbas de fundos estaduais e nacionais, contribuições de particulares, repasses orçamentários e também de organismos internacionais, entre outros.

Em síntese, a autarquia examina a bacia ou o Município o potencial do serviço ambiental e também a existência de interessados, bem como a possibilidade de fixação de fonte de custeio que de sustentação financeira ao programa durante todo o prazo estipulado e exerce atividade norteadora das ações daquele projeto.

⁵¹ Ibidem.

⁵² ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Nota informativa - Programa Produtor de Água.** Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sip/produtor-de-agua/documentos-relacionados/1-nota-informativa-programa-produtor-de-agua.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2019.

⁵³ Idem.

Dentre os projetos mais conhecidos, podemos citar o programa Conservador de águas do Município de Extrema/MG e o Programa Produtor de água do Estado do Espírito Santo, todavia são inúmeros programas nessa natureza em diversos Municípios Brasileiros, desenvolvidos em decorrência do programa desenvolvido pela ANA.

Em que pese não seja descrito pelo Ministério do Meio ambiente como um programa de pagamento por serviços ambientais, o Programa Bolsa Verde⁵⁴ - instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, é voltado para as famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental e funciona como um incentivo às comunidades, para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem, pode envolver a preservação de territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e possui como objetivos (BRASIL, 2019):

- 1) incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável),
- 2) promover a cidadania e melhoria das condições de vida,
- 3) elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural;
- 4) incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

Esse programa é financiado pelos órgãos e entes federados envolvidos, especialmente pela União, tendo como agente operador a Caixa Econômica Federal, a transferência de recursos financeiros do Programa Bolsa Verde é realizada mediante repasses trimestrais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por família e há previsão legal de fiscalização das áreas e atividades ali desempenhadas (BRASIL, 2019)⁵⁵.

Apesar do valor, relativamente baixo, talvez não remunerando adequadamente o serviço ambiental prestado, e da destinação ser voltada às famílias em situação de extrema pobreza, certamente, o bolsa floresta é uma forma de compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade, vez que exige essa contraprestação.

No exterior, também são inúmeros os projetos e programas de pagamento por serviços ambientais, a Costa Rica foi um dos países pioneiros no assunto e em 1996, estabeleceu uma eco-taxa sobre os combustíveis fósseis que tem sua renda vertida para um fundo denominado “FONAFIFO” (SISTEMA FAEMG, 2019)⁵⁶.

Esse Fundo, por sua vez, apóia projetos de pagamento por serviços ambientais, incentivando os proprietários rurais a conservarem e restaurem a vegetação nativa, o conceito basilar desse projeto é o de que os proprietários de áreas de floresta devem receber uma compensação financeira pelos serviços ambientais prestados pelas suas propriedades (SISTEMA FAEMG, 2019)⁵⁷.

No México, o projeto denominado SCOLEL TE, gerido em conjunto pelo 'Edinburgh Centre for Carbon Management' (ECCM) e pela cooperativa mexicana AMBIO, comercializa

⁵⁴ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde.html>>. Acesso em 24 mar. 2019.

⁵⁵ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde.html>>. Acesso em 24 mar. 2019.

⁵⁶ SISTEMA FAEMG. **Iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no mundo**. Disponível em: <<http://www.sistemafaemg.org.br/Conteudo.aspx?Code=5903&Portal=2&ParentCode=63&ParentPath=Nome&ContentVersion=R>>. Acesso em 24 fev. 2019.

⁵⁷ Idem.

créditos de carbono na Bolsa Voluntária de Chicago, conhecida como CCX – Chicago Climate Exchange e com os recursos financeiros obtidos, desenvolve projetos agropastoris para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa (SISTEMA FAEMG, 2019)⁵⁸.

Na França, o Grupo Perrier Vittel pela Qualidade da Água também desenvolve projeto de pagamento por serviços ambientais, objetivando uma melhoria nos recursos hídricos dos aquíferos dos quais se utiliza, pois o grupo empresarial entendeu como economicamente mais vantajoso incentivar e remunerar os produtores rurais localizados ao redor da Bacia do Reno-Mosa por adotarem uma criação de gado menos baseada em pastagem, melhorarem a gestão dos resíduos animais e reflorestarem as zonas sensíveis de filtragem, do que investir em filtragens para obtenção de uma melhor qualidade da água (SISTEMA FAEMG, 2019)⁵⁹.

Em Nova York, também desenvolveu um programa de Pagamento por serviços ambientais voltados aos recursos hídricos, a cidade entendeu como mais econômico pagar aos agricultores, localizados ao redor da bacia hidrográfica que abastece a cidade, para que adotem práticas mais sustentáveis, favorecendo a obtenção de água de melhor qualidade do que investir em estações de tratamento de água (SISTEMA FAEMG, 2019)⁶⁰.

Além dos exemplos aqui mencionados, inúmeros outros programas de pagamentos por serviços ambientais estão em pleno desenvolvimento tanto no Brasil como no exterior, o indica não apenas a necessidade de estímulo às atividades preservacionistas como também as diversas possibilidades de aproveitamento econômicos de ações, ambientalmente, mais adequadas.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, registramos a progressiva agressão ao meio ambiente ocasionada pelo homem e reconhecemos que os danos ocasionados ao meio ambiente têm sido graves e em alguns casos, até mesmo, irreversíveis.

Em especial, após a revolução industrial, os efeitos nocivos do desenvolvimento econômico passaram a ser sentidos com maior intensidade e as diversas discussões sobre a necessidade de medidas de preservação ambiental, foram ganhando corpo ao longo das últimas décadas.

Instrumentos internacionais têm norteado as ações de contenção da degradação ambiental e pouco a pouco os ordenamentos internos de cada país tem estabelecido a preservação ambiental como valor relevante, avançamos das meras expectativas de reparação de dano para ações proativas de preservação em um sistema de cooperação internacional.

Todavia, apesar dos avanços legais já conquistados, ainda persiste o desafio de se equacionar o desenvolvimento econômico com a preservação do planeta, em condições de nos proporcionar uma sadia qualidade de vida, para a presente e também para as futuras gerações.

Examinamos, também, que as políticas ambientais tradicionais ou pioneiras são denominadas normas de “comando e controle”, calcadas essencialmente na imposição de padrões

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ SISTEMA FAEMG. **Iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no mundo**. Disponível em:

<<http://www.sistemafaemg.org.br/Conteudo.aspx?Code=5903&Portal=2&ParentCode=63&ParentPath=Nome&ContentVersion=R>>. Acesso em 24 fev. 2019.

⁶⁰ Idem.

de emissão e determinação da tecnologia que seria a adequada para cumprimento do padrão, tem como pilares: padrões de emissão, padrões tecnológicos e licenciamentos.

Essa política ambiental forma a base sistema normativo ambiental brasileiro e as proposições normativas ou comandos comportamentais estabelecidos, se desobedecidos, ensejam penalidades.

As normas, do tipo comando e controle, têm sido duramente criticadas, haja vista o flagrante insucesso na contenção da degradação ambiental, são apontados como pontos negativos dessa política: os elevados gastos com a fiscalização, dificuldades do Poder Público em estabelecer padrões para as mais variadas atividades, o desestímulo a investimentos particulares em pesquisa para desenvolvimento de mecanismos de produção limpa, ineficiência do sistema punitivo, dentre outros.

Da necessidade de elaboração de políticas mais eficientes surge a política ambiental dos instrumentos econômicos, alicerçada em conceitos de economia ambiental e nas projeções de finitude de diversos recursos naturais, visa a utilização de instrumentos econômicos para a obtenção de metas preservacionistas e crescimento econômico sustentável.

Os fluxos naturais aproveitáveis direta ou indiretamente pelo homem são passíveis, ao menos em tese, de mensuração econômica financeira, ou seja, de mensuração de valor, por conseguinte a crescente degradação ambiental se limita a gerar prejuízos à qualidade de vida das pessoas, mas também ocasiona prejuízos econômicos à sociedade, porém ainda há certa resistência nessa percepção.

Os instrumentos econômicos surgem como métodos capazes de romper com esse estado de insensibilidade, de inércia, pois podem servir como meios de percepção social de que a preservação do meio ambiente e a busca por métodos mais sustentáveis são aptas a gerar lucros. Dentre os instrumentos econômicos nos destacamos: tributos verdes, instrumentos de mercado e pagamento por serviços ambientais.

A partir desse ponto o definiu as modalidades de instrumentos econômicos, constatando que os denominados tributos verdes são tributos com notória finalidade extrafiscal ou de fonte de custeio específica para ações ambientais, dentre os quais podemos citar o ICMS Verde e o IPTU verde. Também mencionamos que os tributos podem também funcionar como uma espécie de pagamento por serviços ambientais, desde que o tipo tributário preveja um benefício fiscal em contrapartida à prestação de um serviço ambiental.

Já os instrumentos de mercado, são mecanismos de criação de direitos, benefícios que possam ser transacionados no mercado, registramos como exemplo o MDL- mecanismo de desenvolvimento limpo que prevê a possibilidade de que os países em desenvolvimento desenvolvam projetos cuja adicionalidade gerada seja certificada e transacionada com os países desenvolvidos, listados no Anexo I do Protocolo de Kyoto.

E, finalmente, chegamos ao exame do instrumento denominado pagamento por serviços ambientais, que pressupõe a ciência da valoração financeira dos diversos serviços que nos são prestados pela própria natureza como serviços de provisão, regulação, culturais e de suporte, além do reconhecimento de que o homem pode exercer influências positivas ou negativas sobre esses serviços, prejudicando ou favorecendo a sua ocorrência.

Ao examinarmos esse instrumento percebemos que ele consiste em um ajuste contratual, pautado no princípio do protetor recebedor, onde o beneficiário pagador remunera ou, de algum modo econômico, incentiva o protetor recebedor, em razão do serviço ambiental por este prestado.

A sistemática do pagamento por serviços ambientais parece bastante razoável e eticamente justificável, mesmo porque como já vimos essa atuação do provedor ambiental ocorre de modo, via de regra voluntário, ou seja, atuando por vontade própria e, normalmente, para além de suas obrigações legais. Pois não havendo obrigação legal de praticar ou ato ou de abster de determinada atuação, o fazendo, o particular estaria voluntariamente gerando um *plus* na prática conservacionista e galgando ganhos ecossistêmicos à toda a coletividade, o que denominamos de adicionalidade.

Todavia, consignamos que esse instrumento prevê uma exceção à sistemática acima apresentada, vez que o Código Florestal estabelece a possibilidade de pagamento por serviços ambientais prestados em reserva legal ou em áreas de preservação permanente. Há duras críticas a essa previsão legal, pois nessa hipótese estar se ia premiando alguém por cumprir aquilo que já era sua obrigação legal. Portanto, em última análise nessa hipótese não haveria voluntariedade, nem adicionalidade.

No entanto, essas argumentações são afastadas ou, ao menos relativizadas diante do reconhecimento da ineficiência do Estado Brasileiro em fiscalizar essas áreas e obter medidas efetivas de cumprimento da lei, pois diante de um cenário de descumprimento reiterado das normas protetivas, quaisquer medidas que induzam a um comportamento preservacionista pode ser considerada um concreto ganho ambiental e sob esse viés estaria justificada a existência da possibilidade de se remunerar o cumprimento da lei.

Ademais, essa remuneração pode ser modulada remunerando-se em proporção inferior aqueles que não estejam entregando nenhum *plus* ao que a própria lei prevê, dessa forma, haverá a manutenção do princípio de remuneração ou incentivo em contrapartida a um serviço ambiental prestado, sem quebra de isonomia.

Além de promover um resultado ambiental e social imediata essa política de incentivos e estímulos pode ocasionar ainda efeitos culturais a longo, com a implantação de costumes e hábitos ambientalmente adequados.

Como vimos, para a concretização de um programa de pagamento por serviços ambientais é preciso se diagnosticar a necessidade/ utilidade de um serviço, definir grupos de beneficiários - pagadores e protetores-recebedores, fontes de custeio e sistema de contraprestação, ou seja, definindo-se claramente: qual serviço se pretende remunerar, beneficiar ou incentivar e como será fiscalizado; quem serão os provedores desse serviços; quem serão seus beneficiários, quanto e como se receberá por isso; e ainda qual será a sua fonte de custeio.

O pagamento por serviços ambientais pode ser custeado de diversas formas, podendo ser por arrecadação de tributo específico, fundos estatais ou privados, nacionais ou internacionais, verba orçamentária de entes federados envolvidos no programa, taxas cobradas dos usuários dos serviços e entre outros, sendo relevante que essa fonte conste do projeto do programa.

Citamos alguns exemplos de pagamentos por serviços ambientais como o programa Produtor de água da ANA - Agência nacional de águas e o Bolsa verde, além de algumas iniciativas internacionais, percebemos o alcance que esse instrumento ostenta, atingindo desde famílias carentes instaladas em áreas de florestas até industriais e empresários do agronegócio.

Diante de todo o aqui exposto e examinado, concluímos que, apesar das dificuldades em se estabelecer programas de Pagamento por serviços ambientais, essa espécie de instrumento será de extrema utilidade, pois aliada às normas de comando e controle, servirá de forte estímulo às inovações comportamentais e estabelecimento de uma cultura propícia à sustentabilidade.

O pagamento por serviços ambientais pode favorecer, a longo prazo, uma majoração na conscientização social e a curto e médio prazo pode permitir que populações tradicionais sobrevivam, em áreas de relevante interesse ambiental, de modo sustentável e que empresários, industriais e produtores do agronegócio se sintam estimulados a buscar inovações aptas a reduzir o impacto de suas atividades.

Portanto, entendemos que a nova abordagem da sustentabilidade, ou seja, do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental demanda sobremaneira o desenvolvimento de múltiplas possibilidades de pagamento por serviços ambientais.

Referências

ALVARENGA, Laura; ALMEIDA, Lina; BARROS, Lucas; MARCELLO, Matheus; FRANÇA, Vitor. **A6: O Surgimento do Movimento para Criação de Áreas Naturais Protegidas nos Estados Unidos e suas Bases Ideológicas - História da Noção de Mundo Selvagem (Wilderness)**. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/393939/mod_resource/content/1/A6%20aprimorado.pdf>. Acesso em 24 mar. 2019.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Nota informativa - Programa Produtor de Água**. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sip/produtor-de-agua/documentos-relacionados/1-nota-informativa-programa-produtor-de-agua.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2019.

BECHARA, Erika. A compensação e a gratificação por serviços ambientais na legislação brasileira. In: GALLI, A (Org.). **Direito socioambiental: Homenagem a Vladimir Passos de Freitas**. Curitiba: Juruá, 2010.

BRASIL. **Código florestal de 1934**. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/senado-oferece-um-projeto-equilibrado-para-o-novo-codigo-florestal-brasileiro/codigo-florestal-de-1934.aspx>>. Acesso em 24 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde.html>>. Acesso em 24 mar. 2019.

DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. **Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais?** Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>. Acesso em 24 mar. 2019.

FERRARI, Alexandre Harlei. **De Estocolmo, 1972 a Rio+20, 2012: o discurso ambiental e as orientações para a educação ambiental nas recomendações**. Internacionais. 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=2ahUKEwjM0qWknJ7hAhXDGbkGHQo-C44QFjAEegQIBhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.fclar.unesp.br%2Fagenda-pos%2Feducacao_escolar%2F3226.pdf&usq=AOvVaw0DowViedyaLBqt1-Fnk0xr>. Acesso em 25 mar. 2019.

FIELD, Barry C; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. 6º ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO. **Oásis**. Disponível em: <<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/o-que-fazemos/oasis/pages/default.aspx>>. Acesso em 24 fev. 2019.

- GIANUCA, Renato. **Crescimento dos desertos, do Gobi ao Algrete**. 2006. Disponível em: <<http://observatorioidaimprensa.com.br/ciencia/crescimento-dos-desertos-do-gobi-ao-alegrete/>>. Acesso em 24 fev. 2019.
- G1. **Rompimento de barragem em Mariana: perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/11/rompimento-de-barragens-em-mariana-perguntas-e-respostas.html>>. Acesso em 24 mar. 2019.
- G1. **Corredores ecológicos preservam espécies em área de 10 mil km²**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/nossa-terra/2013/noticia/2013/11/corredores-ecologicos-preservam-especies-em-area-de-10-mil-km.html>>. Acesso em 24 mar. 2019.
- JBRJ - Jardim Botânico do Rio de Janeiro. **História**. Disponível em: <<http://jbrj.gov.br/jardim/historia>>. Acesso em 24 mar. 2019.
- JULIÃO, André. **ISTOÉ. Refugiados do clima**. 2011. Disponível em: <https://istoe.com.br/127095_REFUGIADOS+DO+CLIMA/>. Acesso em 24 fev. 2019.
- MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
- MARTINS, José Pedro. **Limites do Crescimento: o relatório que impulsionou o debate ambiental**. Disponível em: <<http://agenciasn.com.br/arquivos/3391>>. Acesso em 06 mar. 2019.
- MARTORELLI, Eduardo Barbosa. **Política Ambiental: dos limites do comando e controle à potencialidade dos instrumentos econômicos**. Brasília – Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11435/1/2015_EduardoBarbosaMartorelli.pdf>. Acesso em 24 fev. 2019.
- MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT BOARD. **Ecosystems and Human Well-Being: Biodiversity Synthesis**. Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.354.aspx.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2019.
- NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. 3º ed. Campinas, SP: Millennium, 2010.
- NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Pagamento por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica**. São Paulo: Atlas, 2012
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Entenda ponto a ponto a encíclica “Laudato Si”, do papa Francisco**. Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/a-enciclica-de-francisco-ponto-a-ponto/>>. Acesso em 06 mar. 2019.
- OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. **Manual de direitos humanos: volume único**. 3 ed. Salvador: Juspodvm, 2017.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em 06 mar. 2019.
- ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 24 mar. 2019.
- PACKER, Larissa Ambrosano. **Novo Código florestal & pagamentos por serviços ambientais**. Curitiba: Juruá, 2015.
- PENSAMENTO VERDE. **Clube de Roma e o relatório “Os limites do crescimento” (1972)**. 2014a. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/clube-roma-relatorio-limites-crescimento-1972/>>. Acesso em 24 mar. 2019.
- PENSAMENTO VERDE. **Entenda como funciona o pagamento por serviços ambientais (PSA)**. 2014b. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/entenda-como-funciona-o-pagamento-por-servicos-ambientais-psa/>>. Acesso em 24 mar. 2019.
- RECH, Adir Ubaldo; ALTMANN, Alexandre. **Pagamento por serviços ambientais: imperativos jurídicos e ecológicos para a preservação e restauração das matas ciliares**. Caxias do Sul, RS Educ, 2009.
- RICCI, Henrique Cavalheiro. **Direito Tributário Ambiental e isonomia fiscal: extrafiscalidade, limitações, capacidade contributiva, proporcionalidade e seletividade**. Curitiba: Juruá, 2015.

ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI, Viviane. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SILVA, Christofer C. **Entendendo o que é reforço positivo e negativo**. Disponível em: <<http://www.pensarbemviverbem.com.br/entendendo-o-que-e-reforco-positivo-e-reforco-negativo>>. Acesso em 06 mar. 2019.

SISTEMA FAEMG. **Iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no mundo**. Disponível em: <<http://www.sistemaferaemg.org.br/Conteudo.aspx?Code=5903&Portal=2&ParentCode=63&ParentPath=None&ContentVersion=R>>. Acesso em 24 fev. 2019.

SILVA, Romeu Thomé. **Manual de Direito Ambiental**. 8 ed. Salvador: Juspodvm, 2018.

USP. **Declaração de direitos do homem e do cidadão - 1789**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em 06 mar. 2019.

Recebido em: 20/12/2019

Avaliado em: 15/02/2020

Aprovado em: 20/04/2020

**AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO ENSINO
FUNDAMENTAL II: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR RAIMUNDO NONATO DE LIMA (RAFAEL GODEIRO/RN)**

Gildeiza Fernandes de Oliveira⁶¹
Mayara Ferreira de Farias⁶²
Carlos Moisés de Oliveira⁶³
Rochele Kalini de Melo Ribeiro⁶⁴

Resumo

O objetivo geral deste trabalho era realizar um estudo de caso acerca da importância da afetividade na relação professor-aluno e suas implicações no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental II, a partir de um estudo realizado na Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima no município de Rafael Godeiro/RN. Em um primeiro momento, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório para mapear a escola citada e, posteriormente, analisou-se como os docentes trabalharam os fatores relativos à afetividade, considerando tanto os aspectos referentes ao acolhimento dos alunos, bem como a relação afetiva que ocorre entre professor-aluno e como o afeto entre ambos colabora para o desenvolvimento da aprendizagem no ambiente educacional. Utilizou-se, ainda, o método de estudo de caso, uso de técnicas de observação e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Ao final, foi possível afirmar que a afetividade na relação professor-aluno no lócus de pesquisa favorece o processo de ensino e aprendizagem e que realmente contribuem para o desenvolvimento social e cognitivo dos sujeitos.

Palavras-Chave: Afetividade. Professor-Aluno. Estudo de caso. Ensino Fundamental II.

Abstract

The general objective of this work was to carry out a case study about the importance of affectivity in the teacher-student relationship and its implications for the development of the learning of elementary school students, based on a study carried out at Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima in the municipality of Rafael Godeiro / RN. At first, an exploratory research was carried out to map the school mentioned and, later, it was analyzed how the teachers worked on the factors related to affectivity, considering both aspects related to the welcoming of students, as well as the affective relationship. that occurs between teacher-student and how the affection between both collaborates for the development of learning in the educational environment. It was also used the case study method, use of observation techniques and application of semi-structured interviews. In the end, it was possible to affirm that the affectivity in the teacher-student relationship in the

⁶¹ Graduada em Geografia e Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia, Geografia e Gestão Ambiental e Educação Ambiental e Geografia do Semiárido. Mestre em Ciências da Educação. E-mail: gildeizafernandes@gmail.com.

⁶² Doutoranda em Turismo - PPGTUR/UFRN. Graduada em Letras Espanhol - IFRN. Mestre em Turismo - PPGTUR/UFRN. Bacharel em Turismo - UFRN. Licenciada em Filosofia - ISEP. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana -UFRN. Especialista em Gestão Pública Municipal - UFPB. Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) - UFERSA. Técnico em Guia de Turismo Regional - IFRN. Técnico em Segurança do Trabalho - IFPB. Técnico em Informática - IFRN. Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. É Pesquisadora Voluntária no Grupo de pesquisa em Marcas e Marketing (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>. E-mail: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

⁶³ Possui graduação (Bacharelado) em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008), mestrado em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011) na área de Metafísica e ética e doutorando em filosofia prática (2017) pelo programa interinstitucional da UFRN-UFBP-UFPE, com bolsa sanduíche na Universidad Computense de Madrid, UCM.

⁶⁴ Professora de Língua Portuguesa e Literatura. Professora de Metodologia do Trabalho Científico. Membro da base de pesquisa Formação da Literatura brasileira e Pós- modernidade. Professora formadora do curso de Especialização em ensino de Língua Portuguesa e Matemática numa Perspectiva Transdisciplinar no Campus EaD do IFRN. E-mail: rochelekalinimelo@gmail.com.

locus of research favors the teaching and learning process and that they really contribute to the social and cognitive development of the subjects.

Keywords: Affectivity. Teacher Student. Case study. Elementary School II.

Introdução

O ambiente escolar apresenta-se como um espaço marcado pela diversidade, onde é possível perceber e vivenciar uma multiplicidade de relações sociais, como valores, experiências, concepções, culturas, crenças que se misturam e fazem do cotidiano escolar uma rica e complexa estrutura de conhecimentos e de sujeitos.

Os educandos, por sua vez, têm sentido dificuldades de se manter no ambiente escolar, onde na maioria das vezes estes parecem não se encontrar nesse espaço de aprendizagens e conhecimento.

Nesse sentido, não tem sido nada fácil conquistar e manter o aluno na escola, uma vez que os educandos não têm vivenciado a escola como um espaço de encantamento, sendo marcado em outras vezes por um sentimento, de desilusão, desencanto e falta de estímulo, tendo em vista os inúmeros problemas do cotidiano escolar e conflitos comuns ao convívio humano.

Dessa forma, faz-se necessário superar estes e outros problemas presentes na escola, sendo preciso encarar este desafio não como algo distante e sem solução, mas como uma situação que necessita ser mudada, através do diálogo, ao mesmo tempo que estimulem a capacidade reflexiva e a construção de uma visão plural do conhecimento

Seguindo esse pressuposto, é pertinente destacar que: “A escola precisa ser espaço de formação de pessoas capazes de serem sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade” (CANDAUI, 2000, p. 13).

Wallon (2010) e Rossini (2001), defendem e reafirmam a necessidade da presença da afetividade nos processos pedagógicos e educativos, pois, segundo eles, quando as relações afetivas são consideradas e utilizadas, os resultados dos processos de ensino-aprendizagem se mostram como mais satisfatórios, além de influenciarem uma formação que considera e dá importância para alguns valores que não são trabalhados em outros processos educativos, vistos como mecanicistas e tecnicistas.

No campo educacional, existem técnicas inovadoras da prática pedagógica que têm por objetivo auxiliar e melhorar o desempenho do professor na tarefa de ensinar. O uso dessas técnicas modernas buscam suprir as exigências dos educandos uma vez que o ambiente escolar possui uma multiplicidade de comportamentos, o que contribui para a necessidade do professor preparar-se para atuar em diversas situações, devendo saber como agir e como utilizar para desenvolver no aluno o interesse e oportunidade a aquisição dos conteúdos. Seguindo essa linha de pensamento, questiona-se: a relação de afetividade entre professor-aluno facilita o processo de ensino-aprendizagem?

Nesta perspectiva, a presente pesquisa propõe fazer uma análise da importância das relações afetivas nos processos educativos. Dito de outra forma, objetivava analisar a importância do vínculo afetivo que se estabelece entre professor/aluno no desenvolvimento da aprendizagem dos educandos do Ensino Fundamental II.

Para isto, foi realizada uma pesquisa empírica, e elegemos como lócus para nossa análise a Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima, da Cidade de Rafael Godeiro, no Estado do Rio Grande do Norte.

A relevância social do estudo se dá a partir do pressuposto de que seus resultados poderão contribuir consideravelmente para a melhoria no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que se refere às relações entre professores e alunos, não só do nosso lócus de pesquisa, como também em outras realidades, podendo proporcionar novas práticas na perspectiva da afetividade como facilitadora desse processo, trazendo novos resultados.

E, como melhor forma de organizar este trabalho, foi delimitada e apresentada a presente introdução, contemplando o objetivo do estudo, a problematização, justificativa e a sequência dos tópicos. Depois, foi escrito o tópico intitulado “Concepção da afetividade”, sequenciado pelo tópico “A afetividade como um recurso para a aprendizagem”, “aspectos metodológicos da pesquisa”, o qual foi subdividido nos subtópicos intitulados: “Caracterização do lócus de pesquisa e procedimentos metodológicos), “População e amostra”, “Procedimentos para coleta e análise de dados” e “Análise dos dados a partir das vozes dos sujeitos entrevistados”. Por fim, foram pontuadas as considerações finais, finalizando-se com as referências que embasaram teoricamente a pesquisa em tela.

Concepção de afetividade

Do latim *affectus*, a palavra “afeto”, corresponde em português (FERREIRA, 1999) a “sentimento de amizade”, “afeiçoado a”, “carinho”, “afabilidade”. Assim, quando se pensa em “afeição”, naturalmente surge na mente imagens relacionadas ao cuidado, acolhimento, aceitação, afago, apego, carinho. O afeto é, portanto, uma emoção que logo sentimos, pois se materializa e, desta forma, se comunica, através das emoções ou sentimentos, que também têm uma função importante na motivação, na conduta e para a aprendizagem.

O termo “afetividade” pode, ainda, ser considerado como uma parte intrínseca do sujeito, que faz parte de si, não devendo ser analisado de forma distinta, mas como algo que faz parte do ser humano. Com base nessa ideia, esta temática tem se tornado relevante no ambiente escolar, uma vez que pode contribuir de forma significativa para o processo de ensino e aprendizagem, devendo ser uma companhia constante no trabalho docente, isto é, da relação professor – aluno e do seu trabalho e convívio diário com o educando.

Dessa forma, buscando um entendimento geral e de certa forma mais objetivo sobre a temática afetividade e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem, buscamos elencar conceitos e definições de vários teóricos e fontes de pesquisa sobre este tema para realização deste trabalho.

De acordo com Cabral e Nick (1999), faz-se necessário caracterizar e representar não apenas a afetividade em sua concepção mais exata, mas também designar os sentimentos ligeiros e momentâneos de agrado ou desagrado, enquanto o afeto é definido como qualquer espécie de sentimento e emoção associada a ideias ou a complexos de ideias, isto é, a palavra afetividade caracteriza-se como um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam em sentimentos e paixões, acompanhados sempre pela impressão de dor, insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza que pode durar curto ou longo espaço de tempo.

Assim, segundo Abbagnano (1998, p.53), “Afeição é usado filosoficamente em sua maior extensão e generalidade, porquanto designa todo estado, condição ou qualidade que consiste em sofrer uma ação sendo influenciado ou modificado por ela”.

A afetividade apresenta-se, portanto, como a parte do eu, do mais amplo domínio da atividade pessoal, sendo mesmo a base do psiquismo, o que há de mais fundamental na conduta e reações individuais. Seu domínio vai desde a sensibilidade corporal, física, interna e externa, abrangendo as sensações corpóreas dos órgãos internos e a sensibilidade tátil, até a interpretação subjetiva das vivências, consciente ou inconsciente, dependendo de características pessoais do humor e temperamento.

Segundo Piaget (2005), o termo afetividade compreende um dos principais elementos da inteligência, podendo ajudar no desenvolvimento do aluno, como também podendo prejudicá-lo pelo excesso dos pais, caso que ocorre com a superproteção. Ou seja, a afetividade pode ser caracterizada como instrumento motor das ações, estando à razão ao seu serviço, dessa forma, os afetos, sejam emoções ou sentimentos, também apresentam uma função importante na motivação da conduta e para a aprendizagem da criança, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento cognitivo e social.

Wallon (2010), ao discutir em a questão da afetividade, destaca a relevância da afetividade não apenas nos processos de aprendizagem, mas também no funcionamento e desenvolvimento humano. Para ele o desenvolvimento volta-se para a psicogênese da pessoa completa, e tem por objetivo proporcionar a compreensão dos diferentes aspectos que constituem o ser humano – dentre elas a dimensão afetiva. Ainda segundo este autor, a evolução afetiva está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento cognitivo, visto que difere sobremaneira entre uma criança e um adulto, supondo-se a partir disto que há uma incorporação de construções de inteligência por ela, seguindo a tendência que possui para racionalizar-se. Isto é, desde o nascimento, o contato que a criança estabelece com as pessoas e o mundo à sua volta envolve não apenas a cognição, mas também as emoções, seus sentimentos e afeto pelo próximo, através de uma troca simultânea de carinho, de afeição.

Nessa perspectiva, a afetividade pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento humano, pois é também por meio dela que o ser humano demonstra seus desejos anseios e vontades. No ambiente escolar esses laços podem ser aprimorados e de forma bastante relevante pode estar contribuindo para a aquisição da aprendizagem por parte do aluno. Uma vez que os laços afetivos podem contribuir para o bem-estar e permanência do aluno em sala de aula, ao mesmo tempo que, pode corroborar para aprender os conteúdos repassados.

A afetividade como um recurso para a aprendizagem

A afetividade acompanha o ser humano durante toda sua vida e desempenha um importante papel no seu desenvolvimento, relações sociais e sua interação com o outro. A escola, nesse contexto, apresenta-se como um ambiente de elo entre os membros que a compõem, sendo considerada um ambiente em que a criança prosseguirá sua vida, além de constituir um local onde o educando dará continuidade no seu desenvolvimento em sua complexidade, ou seja, nos aspectos cognitivo, psicomotor e sócio afetivo.

As relações afetivas fazem parte do cotidiano e das relações de vivência dos educandos, independentemente de sua origem, gênero ou classe social. Ao chegar no ambiente escolar os alunos se deparam com uma nova realidade, muitas vezes diversa a realidade costumeiramente vivenciada em seus lares. A escola, ainda nos dias atuais, consiste em um ambiente que é fortemente influenciado por métodos de ensino tradicionalistas, que em alguns casos do cotidiano escolar, desvalorizam a importância da vivência na formação do aluno e pouco oferece interesse para a demonstração de afeto nas relações de interação e comunicação entre professor e aluno.

De forma, ainda muito tradicional e sem a valorização do “ser histórico e social” que é o aluno, seu protagonismo social ainda se encontra sendo desestimulado por parte de alguns educadores.

Na prática tradicional de ensino, ambiente escolar, o aluno era convidado a se manter imóvel numa carteira, devendo falar pouco ou quase nada, e ser um mero expectador do professor, isto é, um depósito de conhecimentos ao qual o professor ia lançando suas ideias e conteúdos.

O professor, por sua vez, mostrava-se como centro do processo de ensino, mantendo-se a distância do aluno, e em alguns casos achando-se superior a eles, evitando se envolver afetivamente com o aluno, pensando erroneamente que o excesso de aproximação com o discente levaria a um “excesso de confiança” e ao fracasso do processo de aprendizagem.

A partir desta concepção, o afeto surge como um instrumento que proporciona a integração da criança com a sensibilidade, através da motivação e da conscientização, buscando a formação de um cidadão crítico e reflexivo, quebrando paradigmas e formas de ensino até então defendidas pelo ensino tradicional.

Dessa forma, no ambiente escolar, nota-se entre que os alunos que possuem uma boa relação afetiva, são mais seguros, apresentam maior interesse para adquirir novos conhecimentos e, portanto, tem um bom rendimento escolar. Considerando que a escola é um campo de vivência e cidadania é preciso que ela possa trazer no seu alicerce o ideal de proporcionar aos educandos momentos prazerosos de aprendizagem, por esta razão a grande importância do bom relacionamento afetivo entre docentes e discentes dentro da escola. De acordo com Libâneo,

O processo de ensino se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos. Estes pelo estudo das matérias, sob a direção do professor, vão atingindo progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais. A direção eficaz desse processo dependendo do trabalho sistematizado do professor que tanto no planejamento como no desenvolvimento das aulas, conjuga objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino. (LIBÂNEO, 1994, p.149).

Através da relação professor-aluno, se pode perceber um maior envolvimento e caminho para o processo ensino aprendizagem que aparece como ponto forte nas escolas e deve ser visto como ponto chave para o pleno desenvolvimento do educando. Afirma-se, por conseguinte, que essa relação entre educador e educando pode ser considerado o centro do processo pedagógico, uma vez que esse contato pode estabelecer uma intrínseca conexão entre a realidade escolar e a realidade do mundo que é vivenciada pelos alunos, fazendo da escola um local de troca de vivências.

A relação professor-aluno passa pelo trato do conteúdo de ensino. A forma como o professor se relaciona com sua própria área de conhecimento é fundamental, assim como sua percepção de ciência e de produção do conhecimento. E isto interfere na relação professor-aluno, e parte desta relação (VEIGA, 1993, p. 147).

O processo de ensino, por sua vez, ultrapassa os limites de transmissão de conhecimentos, à estrutura e a mecanização didática, podendo ser entendido como um processo de interação e de troca de conhecimentos e vivências entre seus membros, onde os conteúdos vão se adequando a realidade do aluno e trabalhados a partir de situações diárias que servem de base para o conteúdo didático pré-estabelecidos. Isso pode ocorrer por meio de uma postura, que não seja, só através de conteúdo escolar, para que o educando também possa mudar sua visão de mundo diante de fatos

cotidiano, que associados aos conteúdos poderão proporcionar uma mudança meio de uma aprendizagem mais significativa.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Caracterização do lócus de pesquisa e procedimentos metodológicos

A pesquisa teve como população de referência educandos do 6º ao 9º ano, com faixa etária de 09 (nove) a 18 (dezoito) anos de idade. O local em que a pesquisa foi realizada foi a Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima, situada no município de Rafael Godeiro/RN, na região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na microrregião de Umarizal e limitando-se com os municípios de Patu, Olho D'água do Borges, Almino Afonso, Lucrécia e Umarizal. Possuindo uma baixa densidade demográfica, conforme o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, sendo 30, 47 habitantes por km² e uma população que consta com aproximadamente 3.132 habitantes e uma área territorial de 100 km², sendo sua principal fonte de renda a agricultura.

A referida instituição oferta o ensino fundamental I e II e também a educação de jovens e adultos, a mesma desempenha um papel de grande relevância no município, uma vez que, é a única instituição a nível municipal que oferta essa demanda de ensino.

Neste sentido, o referido estudo de caso foi realizado com o propósito de se trabalhar com uma abordagem de caráter exploratório, a qual segundo Lakatos e Marconi (1996, p. 80) “tem o objetivo de levantar informações sobre o problema estudado”. A abordagem proposta também se pautou em uma perspectiva qualitativa, tendo-se em vista que não tratamos a análise de dados quantitativos, mas recortes da realidade, os quais foram interpretados de acordo com o contexto da observação em que se inseriu a pesquisa.

Segundo Chizzotti (2001, p. 79), a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Assim, o objeto não é um dado inerte e neutro; estando possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A partir do viés qualitativo, que consistiu na escolha de métodos e teorias especificadas, proporcionando reflexões coerentes por parte do pesquisador e facilitando a produção do conhecimento, fizemos uso de um acervo bibliográfico de modo a conhecermos as diversas perspectivas e teorias que abordaram a temática trabalhada.

Nesta fase da pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento de autores e obras que abordaram temáticas relativas aos conceitos de afetividade, escola, processos de ensino-aprendizagem, etc., por meio de livros, revistas científicas, periódicos especializados e documentos diversos visando uma maior ampliação dos conhecimentos através de técnicas de pesquisa específicas.

Concomitantemente ao uso da pesquisa bibliográfica, foi utilizada a metodologia de estudo de caso, tendo-se em vista uma realidade específica, isto é, a importância das relações afetivas nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos do 6º ao 9º ano da Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima.

População e amostra

A referida escola, quando da realização da pesquisa, atendia um total de 342 alunos, nos turnos matutino, vespertino e noturno, estando estes divididos por níveis em Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Os alunos da instituição fazem parte de diferentes classes sociais e em sua maioria são oriundos da zona urbana do município.

Com um total de 54 profissionais, a escola é composta por 01 (um) diretor, 01 (um) vice diretor, 01 (um) supervisor pedagógico, 11 (onze) auxiliares de serviços gerais, 08 (oito) vigias e 32 (trinta e dois) docentes, sendo 28 (vinte e oito) destes graduados e atuando em suas áreas específicas de formação, 24 (vinte e quatro) especialistas e 06 (seis) mestres, os outros 04 (quatro) estão cursando nível superior.

Diante de um universo de 32 professores, 342 alunos e 08 salas de aula, a população foi composta por uma amostra de 04 (quatro) salas de aulas, as quais serão parte efetivas dos processos de observação. Dessa forma, o universo da nossa pesquisa compreendeu, especificamente, os anos finais do Ensino Fundamental, isto é, alunos e professores dos 6º ao 9º ano, onde foram realizadas observações *in loco* e, *a posteriori*, foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas aos docentes da instituição, que foram analisados para embasamento dos resultados desta pesquisa.

Tendo-se em vista que a observação foi realizada no período de 15 (quinze) dias, cada sala – enfatizando especialmente as relações nelas estabelecidas entre educador e educando – será observada durante 03 (três) semana. Para as entrevistas, foram considerados os/as docentes das salas observadas e um percentual de 32 (trinta e dois) educandos, sendo 08 (oito) alunos de cada sala.

Procedimentos para coleta e análise de dados

Para a sua execução, o objetivo da pesquisa foi explicado por meio de uma visita formal à Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima com posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO I), simbolizando a concordância do responsável.

Para a coleta de informações preliminares foram realizadas novas visitas, a partir das quais foram realizadas observações e aplicação de questionários e entrevistas. Durante este procedimento, a fim de aprofundar o estudo, foram analisadas as reações do participante, porém sem interferências no cotidiano dos sujeitos da pesquisa buscando, dessa forma, relatos e registros mais concretos e próximos do contexto real que melhor representasse o objeto estudado, haja vista a obtenção de fatores positivos de enriquecimento, além de ser um facilitador na elaboração do trabalho.

Foram realizadas observações em quatro salas de aula, sendo destinada uma semana para cada, totalizado quinze dias. Neste mesmo período, foram aplicadas entrevistas de caráter semiestruturadas, abordando questões referentes à temática pesquisada – afetividade, escola, processos de ensino-aprendizagem.

As entrevistas foram realizadas junto aos professores das quatro salas analisadas, de acordo com a disponibilidade de tempo dos entrevistados e tendo por questões éticas suas identidades preservadas. Ao mesmo tempo foram aplicados os questionários aos educandos, visando entender e analisar suas concepções acerca das relações afetivas e sua importância no ambiente escolar, especialmente no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, como estas relações podem interferir nesse processo.

Após o processo de averiguação, as questões foram examinadas descritivamente, através de análise textual tendo seus dados tratados através de observações e entrevistas e copilados em gráficos para melhor entendimento da temática abordada.

Lakatos e Marconi (1991) afirmam que os questionários têm como função principal a coleta de dados e são voltados na maioria das vezes para estudos quantitativos. O questionário foi elaborado levando em consideração as especificidades de nossa pesquisa. O mesmo foi composto por questões abertas e fechadas, as quais abordam os temas relacionados às práticas pedagógicas e as relações afetivas no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

O uso de questionários nas pesquisas que tem como método o estudo de caso são recorrentes de acordo com Gil (1991). No estudo de caso, abordagens quantitativas e qualitativas podem ser combinadas, atesta o autor. Para ele, esta combinação poderá favorecer uma melhor compreensão do caso estudado.

Os dados obtidos com a aplicação dos questionários não tiveram um tratamento e análise de viés somente quantitativo, mas também qualitativos, no sentido de que a partir dos dados coletados, mas também uma análise, de modo a verificar, a partir das questões, se os professores e alunos desenvolvem relações de afeto no cotidiano escolar e se estes aspectos são considerados favoráveis ou não nos processos de ensino-aprendizagem.

As pesquisas de abordagem quantitativa fazem uso de instrumentos estruturados, tais como os questionários (que são geralmente padronizados e uniformes, trazendo questionamentos claros e objetivos). Estas pesquisas apresentam dados de um universo específico, de modo que os seus resultados podem ser vistos como mais concretos e, por isso, menos passíveis de erros de interpretação. Enquanto isso, a pesquisa qualitativa é utilizada para a compreensão dos dados apreendidos, possuindo um caráter mais exploratório e compreensivo, sendo indutiva, e no nosso caso, imprescindível para a compreensão dos dados obtidos com a abordagem quantitativa. Assim, em nosso estudo, as abordagens quantitativas e qualitativas complementam-se.

Desta forma, utilizando-se destes procedimentos, buscou-se enfocar e discutir a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem, assim como verificar a relação da afetividade no vínculo professor-aluno nas séries finais do ensino fundamental.

Análise dos dados a partir das vozes dos sujeitos entrevistados

Ser um mediador e um aprendiz ao mesmo tempo, é isto que Paulo Freire (1997) propõe aos educadores da contemporaneidade. Considerando o ambiente escolar e a importância da relação afetiva entre educadores e educandos nas práticas pedagógicas, observou-se que o professor tem que se colocar como propõe Paulo Freire como um educador, mas também aprendiz, no sentido de sempre estar se atualizando as novas necessidades e exigências pedagógicas.

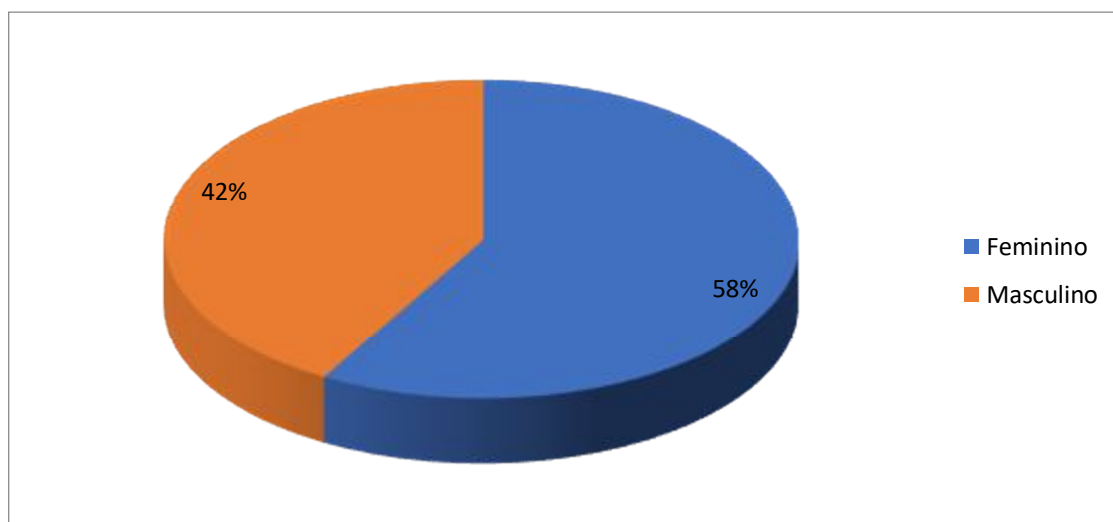
As relações afetivas tornaram-se, cada vez mais, relevantes no ambiente escolar e por este motivo a realização deste trabalho dar-se através de uma análise a respeito da importância da afetividade na relação professor-aluno nos anos finais do ensino fundamental, assim como esta vem sendo utilizada de modo a favorecer a aprendizagem na Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima.

Como já explicitado anteriormente, por meio do estudo de caso, analisou-se como se configura a utilização da afetividade e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem entre educadores e educandos no lócus de pesquisa já citado.

A partir dos dados coletados nos questionários aplicados junto aos professores, constatou-se que as práticas afetivas estão favorecendo o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, bem como se os professores da instituição investigada consideram pertinentes ou não o seu uso, entre outros fatores que podem facilitar ou impossibilitar esta questão.

Fez-se necessário, ainda, realizar algumas considerações sobre alguns aspectos, entre eles o gênero dos profissionais que compõem o *locus* de pesquisa, estando estes distribuído, como mostra o Gráfico 1, em sua maioria 58% pelo sexo feminino e 42% do gênero masculino, embora essa diferença de porcentagem não se apresenta de forma tão expressiva e não implique na questão afetiva, sendo apenas uma forma de conhecer melhor o corpo docente da instituição.

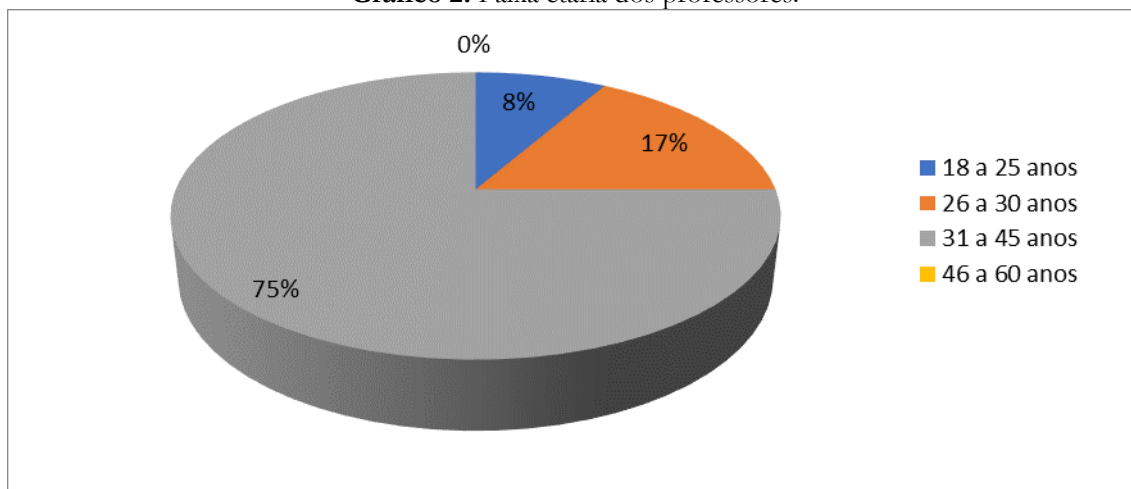
Gráfico 1. Perfil por gênero dos professores.



Fonte: Os autores, 2020.

No que se refere a faixa-etária dos professores da Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima, a maioria dos professores (75%) estão na faixa etária entre os 31 e 45 anos de idade. Os professores que estão entre os 18 e 25 anos (menor faixa etária indicada) correspondem a 8%, sendo a faixa etária menos representativa, como podemos ver no Gráfico 2.

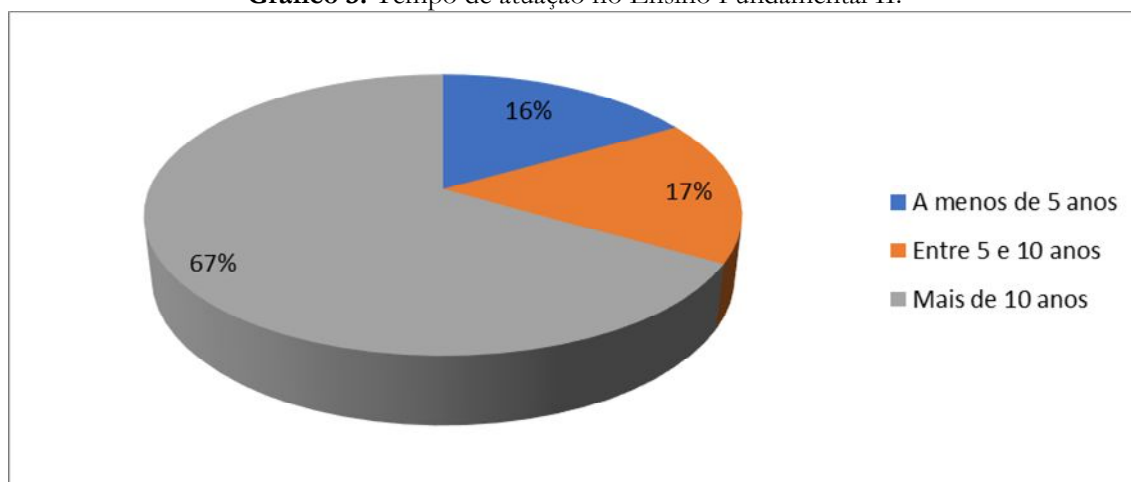
Gráfico 2. Faixa etária dos professores.



Fonte: Os autores, 2020.

Ressalta-se, por conseguinte, o tempo de atuação no ensino de 6º ao 9º anos que os professores possuem. De acordo com as informações coletadas, a maioria (67%) dos professores da instituição pesquisada possuem mais de 10 (dez) anos de experiência nas séries finais do ensino fundamental. Os outros números são assim expressos: 17% entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de experiência e 16% com menos de 5 (cinco) anos como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3. Tempo de atuação no Ensino Fundamental II.

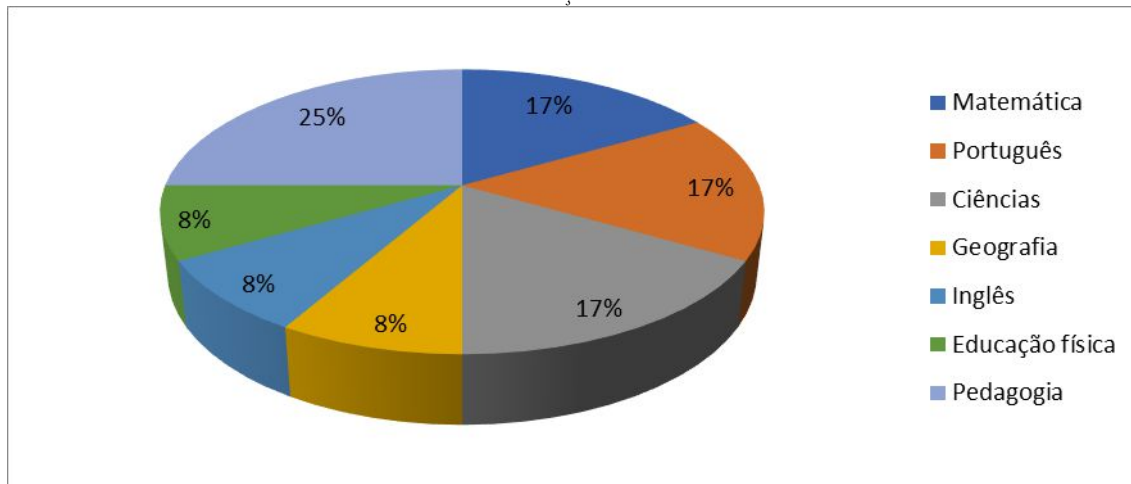


Fonte: Os autores, 2020.

A análise destas questões são importantes pois possibilita relacionar e entender os aspectos centrais de nossa investigação, já que, de acordo com Casimiro e Macedo (2006), a formação e a experiência são fatores que influenciam o bom desempenho dos professores, de modo que, possuindo estes dois fatores satisfatoriamente, os professores poderão desenvolver estratégias que proporcionarão uma melhor interação com os alunos, assim como melhores resultados, ou seja, a experiência docente atrelada as questões afetivas, compõem fatores propulsores para se instigar a atenção e desenvolver a aprendizagem dos educandos.

Nesse sentido, se tratando do aspecto da formação docente, como já mencionado anteriormente, tem-se que alguns professores em formação e outros em sua maioria graduados e atuando em suas respectivas áreas de formação, como pode ser exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Formação dos educadores.



Fonte: Os autores, 2020.

Em relação as questões abertas, questionou-se sobre o posicionamento dos docentes referentes a temática abordada em nosso lócus da pesquisa. Perguntou-se sobre o que os docentes entendiam por afeto. Em sua maioria, estes consideraram o afeto, um ato de carinho, sentimento de amor, afeição, ternura e estima pelo outro. Situação de cuidado, benevolência e doação. A capacidade do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno por meio de sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis de sentimentos. Nesse sentido, como afirma Dantas (1990, p.10) a afetividade pode ser designada como os processos psíquicos que acompanham as manifestações orgânicas da emoção, podendo ser conceituada como uma das formas de amor”.

Desta forma, baseando nos teóricos que estudam as relações afetivas e suas implicações diretas no processo de ensino e aprendizagem e com as afirmações dos docentes do nosso lócus de pesquisa, podemos relacionar o aspecto afetivo diretamente com as relações sociais, assim como defende Engelmann (1978, p. 130-131):

[...] parece mais adequado entender o afetivo como uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam (...). São as relações sociais, com efeito, as que marcam a vida humana, conferindo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (coisas, lugares, situações, etc.) um sentido afetivo.

Sequencialmente, perguntou-se se os docentes percebiam o afeto oriundos dos alunos, sendo que a maioria respondeu que a afetividade pode ser percebida principalmente nas demonstrações de carinho e afeição que os educandos transmitem, seja através de abraços, sorrisos e até mesmo quando presenteiam o próprio professor. Dessa forma, os educadores admitem que costumam reconhecer quando os educandos estão enfrentando algum problema em casa, pois através de seu comportamento e formas de se expressar no ambiente escolar esses sentimentos são refletidos. O que revela através dessas respostas que os educadores além de repassar os conteúdos se portam como cuidadores intrínsecos de seus alunos, sempre preocupados não apenas com a aprendizagem, mas também com o desenvolvimento pessoal dos mesmos.

Quando perguntados como se deve acolher, receber os alunos nos primeiros dias de aula, os educadores em sua maioria defendem que estes devem ser recebidos com carinho, demonstração de afeto, mas que esse não seja tão explícito ao ponto de tirar a autonomia do professor na sala, uma vez que alguns destes acreditam que a demonstração de afeto quando em excesso pode levar ao descontrole, falta de autonomia do professor na sala.

Defendendo que as relações afetivas devem ser mantidas no dia-a-dia da sala de aula e que estas ajudam no processo de transmissão de conhecimento e aquisição deste pelo aluno. Dessa forma, defendem que a afetividade, os momentos de carisma no ambiente escolar devem ocorrer durante toda a aula e não apenas na entrada e saída da sala. Consistindo na opinião da maioria, que todos os momentos da aula sejam propícios para que as relações afetivas ocorram e assim facilite a relação entre professor e educando.

Por fim, alguns educadores, uma faixa de 50% consideram relevantes formações continuadas acerca deste assunto, não que estes não conheçam ou saiba se comportar de forma afetiva no ambiente escolar mas de forma, que possa aprimorar a prática pedagógica e assim favorecer o processo de ensino e aprendizagem, pois a maioria dos profissionais que compõem o quadro docente da instituição consideram a afetividade peça de fundamental importância no ambiente escolar e no processo de ensino e aprendizagem do educando. Como afirma Rodrigues (1976), os motivos para o ser humano aprender qualquer coisa são profundamente interiores. Segundo ele, uma criança aprende melhor e mais depressa quando se sente amada, está segura e é tratada como um ser singular. E os motivos da criança para aprender são os mesmos que ela tem para viver, pois não se dissociam de suas características físicas, motoras, afetivas e psicológicas.

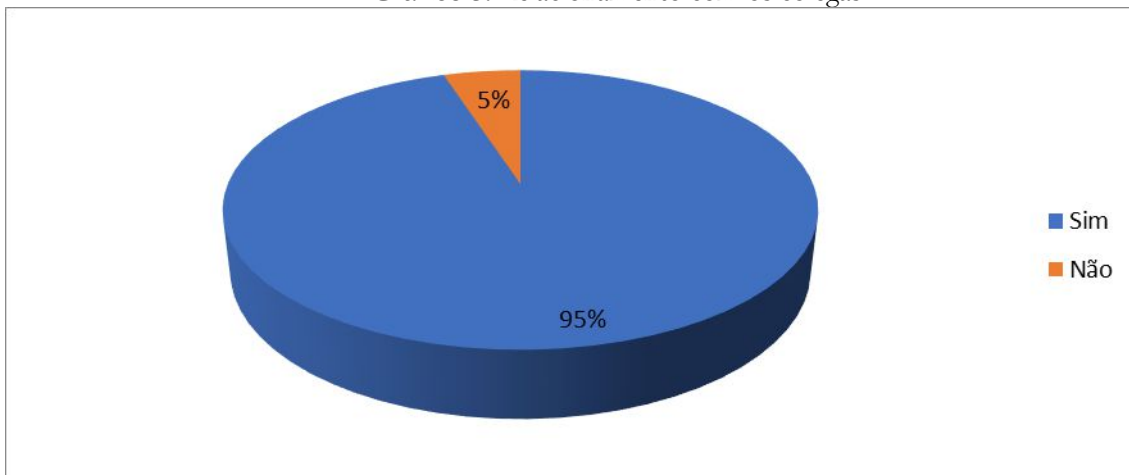
Estes argumentos supracitados justificam a importância da afetividade na relação aluno-professor para a construção do ser humano, investigando o afeto e sua importância no processo de aprendizagem, ao mesmo tempo que consideram que o papel do educador e o vínculo afetivo apresenta-se como facilitador para potencializar as habilidades dos seus alunos e suas contribuições positivas e negativas para o crescimento do indivíduo em sua totalidade.

Após a aplicação dos questionários com os docentes, analisou-se os dados coletados com os educandos, que também fazem parte do universo da nossa pesquisa. Questionou-se se os mesmos gostavam da escola e que sentimentos costumam sentir quando estão no ambiente escolar. Assim, cerca de 62% dos alunos entrevistados, afirmaram gostar da escola, que se sentem nesse ambiente, sendo comum se sentir alegres, confiantes e felizes, pois estão próximos de seus amigos, com quem podem compartilhar ideias, momentos de dificuldades e de felicidades. Por outro lado, 31% dos alunos, responderam que gostam da escola, dos professores, profissionais da instituição, no entanto, não gostam das aulas, ou melhor dizendo, não gostam de estudar, vindo muitas vezes por obrigação. Esses mesmos alunos também afirmam que se sentem mais à vontade e satisfeitos quando estão em aulas de professores mais “afetuosos” e que demonstram mais carinho e receptividade, acolhendo e recebendo a todos com alegria e demonstrações de afeto. Por fim, 7% dos alunos não quiseram opinar sobre o assunto. Como afirma Freire,

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1996, p. 96).

Quando perguntados sobre a relação com os professores e com os colegas da sala e da escola, apresentaram as seguintes respostas como mostra os Gráficos 5 e 6.

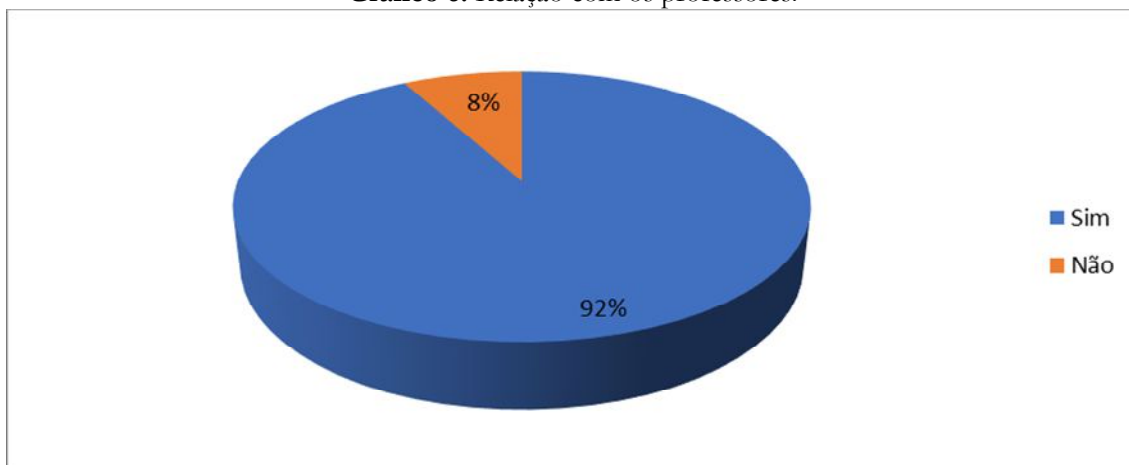
Gráfico 5. Relacionamento com os colegas.



Fonte: Os autores, 2020.

Assim, com base no gráfico destacado acima 95% dos educandos afirmaram que se relacionam bem com os colegas da sala e demais alunos e profissionais da escola, sendo que apenas 5% disseram não se relacionar de forma afetuosa com os colegas.

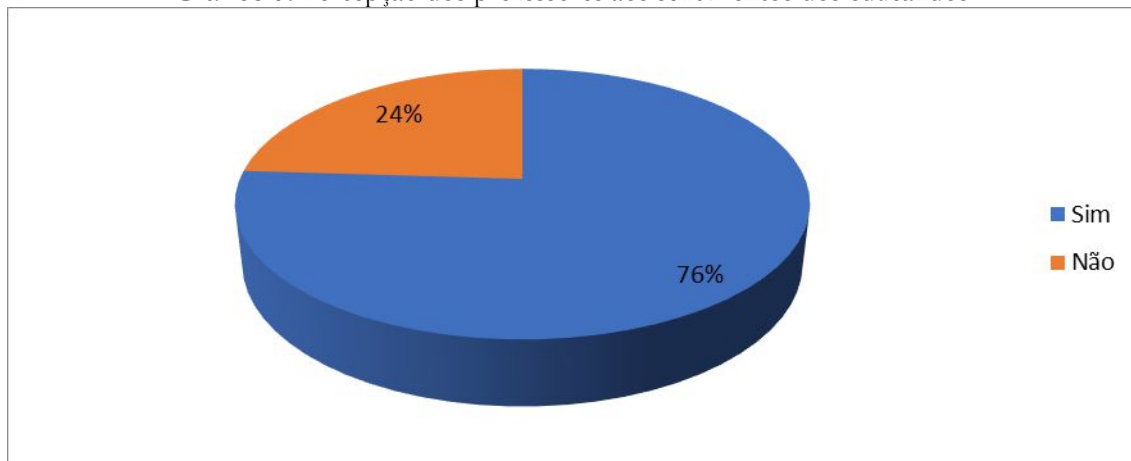
Gráfico 6. Relação com os professores.



Fonte: Os autores, 2020.

Baseando nos dados analisados no gráfico, a maioria dos alunos afirmaram que se relacionam bem com os educadores, ou seja, um total de 92% dos educandos afirmou que sim, que gostam dos professores e que mantem um relacionamento de afeto com os mesmos. Afirmam ainda que gostam de estar perto do professor e até mesmo sentar próximo ou ao lado deles e que percebem que estes têm a capacidade na maioria das vezes de perceber e fazer uma leitura do comportamento e sentimentos quando estão felizes ou mesmo quando se mostram tristes e/ou preocupados, como mostra o gráfico 7 a seguir. Nesse contexto, faz-se necessário entender que a relação professor-aluno depende, fundamentalmente do elo estabelecido entre ambos e da capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão ao mesmo tempo que estes têm a capacidade de criar pontes entre o conhecimento.

Gráfico 7. Percepção dos professores aos sentimentos dos educandos.

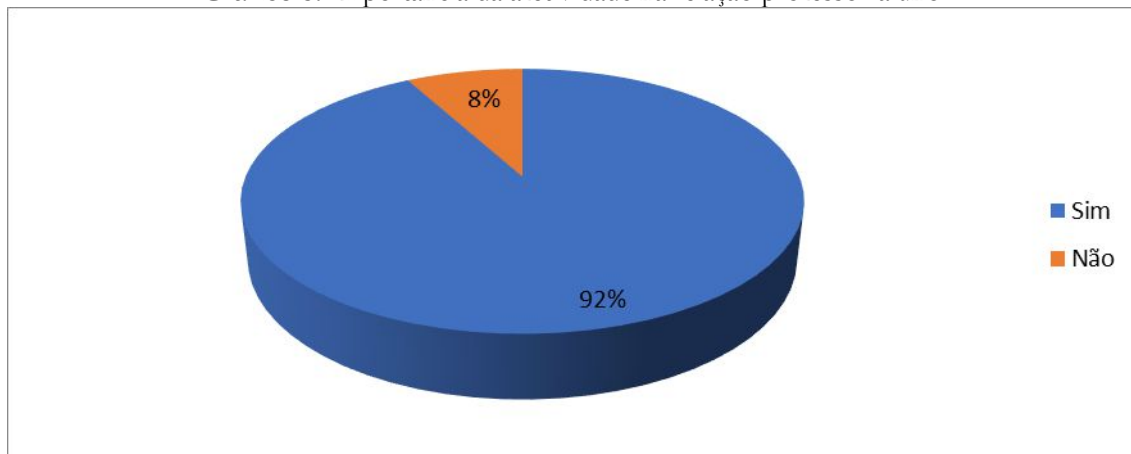


Fonte: Os autores, 2020.

Os alunos afirmam que 76% dos professores percebem quando eles se mostram indiferentes, tristes, alegres. E 24% dos educandos dizem que não, que os professores não tem essa percepção acerca de seus sentimentos e emoções.

Por fim, questionou-se se os alunos concordam que as relações afetivas, compreendendo professor e aluno podem favorecer e facilitar o processo de ensino e aprendizagem e a aquisição do conhecimento. Do percentual respondido 92% afirmaram que sim, que a afetividade facilita a aprendizagem, pois quando “bem tratados” pelos professores se sentem mais confiantes e determinados aprender. Por outro lado 8% afirmaram que não que o afeto transmitido pelo professor não interferem na aprendizagem.

Gráfico 8. Importância da afetividade na relação professor-aluno.



Fonte: Os autores, 2020.

Fernández (1991), diz que é no decorrer do desenvolvimento que os vínculos afetivos vão se ampliando na figura do professor e na importante relação de ensino e aprendizagem na época escolar. Diz também, que para haver aprendizagem é necessário que haja no mínimo dois personagens, o que ensina e o que aprende. Nessa relação, é necessário confiança, pois não aprendemos de qualquer um, mas aprendemos daquele a quem outorgamos o direito de ensinar.

Assim, o papel do professor é de mediador do conhecimento, isto é, um modelo na sua forma de expressar valores, resolver conflitos, comunicar-se; na forma de ouvir, falar e de relacionar-se com os outros professores e com os alunos. O professor configura-se para o aluno não apenas como o transmissor de conteúdos, mas sua postura se reflete nas relações do aluno com o conhecimento e na relação aluno-aluno. É importante que o professor entenda que o lugar que ele ocupa em relação aos seus alunos não é apenas daquele que ensina, mas sim daquele que deixa marcas. Para isso, é de fundamental importância que o professor esteja consciente de sua responsabilidade, tomando decisões de acordo com os valores morais e as relações sociais de sua prática, considerando ainda, as condições de vida familiar e social de seus alunos.

A relação de afetividade professor/aluno enfatiza-se pelo respeito unilateral da criança pelo adulto sendo este trabalhado em cooperação da convivência em grupo a partir da experiência histórica de cada uma e de seu próprio nível de desenvolvimento.

Enfim, evidenciou-se a importância dos educadores na vida do aluno acreditando que o professor faz a diferença, ao mesmo tempo, que não podemos deixar de reconhecer que a escola, portanto, deve voltar-se para a qualidade de suas ações e relações, valorizando o desenvolvimento afetivo, social e não apenas o cognitivo, como elementos fundamentais no desenvolvimento do aluno para como um todo.

Considerações finais

Após a análise dos dados obtidos através das entrevistas através do uso de questionários, onde professores e alunos foram o universo de nossa pesquisa, verificou-se a presença das relações afetivas no ambiente escolar, assim como a importância destas para o processo de ensino-aprendizagem, visto que os alunos revelaram através de suas respostas a importância da imagem do professor para eles e que quando sentem-se mais amados, acolhidos pelos professores, estes se sentem mais propícios a aprender e a continuar na sala, acompanhando a aula e assim favorecendo o seu processo de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, é imperioso afirmar que a afetividade é de fundamental importância no ambiente escolar, uma vez que, favorece um melhor processo de ensino-aprendizagem, fator que é afirmado por estudiosos da área. Nesta perspectiva, o papel dos professores não é mais o daquele sujeito que somente transmite e/ou impõe conhecimentos. O professor deve ser um mediador/orientador das ações desenvolvidas. Necessita, ainda, favorecer o surgimento de situações que possam despertar o interesse, a criatividade e a curiosidade, de modo que desta forma, será constituído um ambiente no qual as experiências e aprendizados possam ser mais prazerosos e ao mesmo tempo afetuosos, onde todos se sintam participantes e valorizados.

Por fim, pode-se afirmar que a afetividade na relação professor-aluno no *locus* de pesquisa favorece o processo de ensino e aprendizagem e que realmente contribuem para o desenvolvimento social e cognitivo dos sujeitos. Dessa forma, é basal que haja reconhecimento e inserção nas práticas educativas, uma vez que os vínculos afetivos estão presentes no cotidiano da escola e se refletem nas questões de ordem cognitiva e motora, a partir do momento que os indivíduos se identificam e buscam, coletivamente, soluções frente às necessidades dos alunos, suas possibilidades e potencialidades. Portanto, a partir do conhecimento sobre a realidade e vivência do aluno, o professor obtém elementos que favorecem a obtenção de uma percepção mais ampla sobre a criança, ligando-se a ela por meio da observação em seu cotidiano.

Referências

- ALMEIDA, A. R. S. **O que é afetividade?** Reflexões para um conceito. 2002. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br . Acesso em: 20 jun. 2020.
- CABRAL, A.; NICK, E. **Dicionário Técnico de Psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1999
- CANDAU, V. M. **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez 2001.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3 ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.
- PIAGET, J. **Inteligência y afectividad**. Buenos Aires: Aique, 2005.
- ROSSINI, M. A. S. **Pedagogia afetiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- TAILLE, Y. L.; DANTAS, H; OLIVEIRA, M. K. **Piaget, Vygotsky e Wallon**. São Paulo: simuns Simmus,1992.
- WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Recebido em: 20/12/2019

Avaliado em: 15/02/2020

Aprovado em: 20/04/2020

ÉTICA E CIDADANIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Marinalva Cavalcante de Lima⁶⁵
Mayara Ferreira de Farias⁶⁶
Carlos Moisés de Oliveira⁶⁷
Rochele Kalini de Melo Ribeiro⁶⁸

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar de que forma a ética e a cidadania pode nortear a organização e efetivação do ensino da língua materna numa perspectiva transdisciplinar para atender as demandas da sociedade atual. Nosso estudo se constitui em uma pesquisa bibliográfica com respaldo em documentos oficiais nacionais que regulamentam a educação e em estudos de pesquisadores que abordam o tema, dentre os quais destacamos: Antunes (2009), Geraldi (1996), Travaglia (1997), Matta (2009) e Moreno (1998). O presente estudo possibilitou compreender que o professor é o principal agente de mudanças em práticas tradicionais de ensino em língua portuguesa tradicional centrado na maioria das vezes no estudo da gramática. Com esse entendimento, é necessária a conscientização política e ética do docente em seu fazer pedagógico para desenvolver um ensino transdisciplinar comprometido com a formação de alunos cidadãos e assumindo a concepção de linguagem como uma forma de interação. Assim, o conhecimento em língua portuguesa deve promover aos alunos uma formação para a cidadania, na qual possam ser críticos e autônomos ao lerem e escreverem os mais diferentes tipos de textos de forma a participarem ativamente na dinâmica social. A reflexão de um ensino transdisciplinar no meio escolar, deve ser abordado por todo corpo docente, ainda que este modelo de ensino não seja uma realidade na maior parte das escolas e não seja o único a nortear os documentos que regulamentam a educação brasileira. Além disso, é necessário reflexões acerca das concepções do ensino de língua portuguesa, visto que é por meio dela que todos expõem e discutem o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Transdisciplinaridade. Ética.

Abstract

This research has as objective evidences that forms the ethics and the citizenship can orientate the organization and efetivação of the teaching of the maternal language in a perspective transdisciplinar to assist the demands of the current society. Our study if it constitutes in a bibliographical research with backrest in national official documents that regulate the education and

⁶⁵ Licenciada em Pedagogia, atua como professora da Educação Infantil no município de Parnamirim e no Suporte Pedagógico em uma escola estadual na cidade de Macaíba. E-mail: marincavalcante@hotmail.com.

⁶⁶ Doutoranda em Turismo - PPGTUR/UFRN. Graduada em Letras Espanhol - IFRN. Mestre em Turismo - PPGTUR/UFRN. Bacharel em Turismo - UFRN. Licenciada em Filosofia - ISEP. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana -UFRN. Especialista em Gestão Pública Municipal - UFPB. Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) - UFRSA. Técnico em Guia de Turismo Regional - IFRN. Técnico em Segurança do Trabalho - IFPB. Técnico em Informática - IFRN. Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. É Pesquisadora Voluntária no Grupo de pesquisa em Marcas e Marketing (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>. E-mail: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

⁶⁷ Possui graduação (Bacharelado) em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008), mestrado em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011) na área de Metafísica e ética e doutorando em filosofia prática (2017) pelo programa interinstitucional da UFRN-UFBP-UFPE, com bolsa sanduíche na Universidad Computense de Madrid, UCM.

⁶⁸ Professora de Língua Portuguesa e Literatura. Professora de Metodologia do Trabalho Científico. Membro da base de pesquisa Formação da Literatura brasileira e Pós- modernidade. Professora formadora do curso de Especialização em ensino de Língua Portuguesa e Matemática numa Perspectiva Transdisciplinar no Campus EaD do IFRN. E-mail: rochelekalinimelo@gmail.com.

in researchers' studies that approach the theme, among which we highlighted: Antunes (2009), Geraldi (1996), Travaglia (1997), Matta (2009) and Brunet (1998). The present study made possible to understand that the teacher is the main agent of changes in traditional practices of teaching in traditional Portuguese language centered most of the time in the study of the grammar. With that understanding, it is necessary the teacher's political and ethical understanding in yours to do pedagogic to develop a teaching committed transdisciplinar with the students citizens' formation and assuming the language conception as an interaction form. Like this, the knowledge in Portuguese language should promote the students a formation for the citizenship, in the which you/they can be critical and autonomous to the they read and they write the most different types of form texts announce her actively in the social dynamics. The reflection of a teaching transdisciplinar in the school middle, it should be approached by every faculty, although this teaching model is not a reality in most of the schools and be not the only to orientate the documents that regulate the Brazilian education. Besides, it is necessary reflections concerning the conceptions of the teaching of Portuguese language, because it is through her that all expose and they discuss the knowledge historically accumulated for the humanity.

Keywords: Teaching of Portuguese Language, transdisciplinaridade, ethical.

Introdução

O mundo é complexo, é globalizado, vivemos numa sociedade de intensa produção de informação e conhecimento, que necessita de práticas de ensino que vão além do ensino tradicional focado no conhecimento disciplinar. Como enfatiza Delors, j. et al (1998, p. 14) “Com o desenvolvimento da sociedade da informação e a multiplicação das possibilidades de acesso a dados e fatos, a educação deve permitir que todos possam coletar, selecionar, ordenar, gerenciar e utilizar esse volume de informações e servir-se dele.” Neste formato de sociedade o domínio da Língua Portuguesa é um dos conhecimentos relevantes para poder compreender e participar das relações e produções humanas que ocorrem por meio da linguagem tanto oral como escrita.

Os saberes da língua portuguesa são fundamentais no estudo de todos os outros conhecimentos, seja em Geografia, Matemática, História ou qualquer outra área, assim como o domínio desses conhecimentos e de tantos outros são necessários para a compreensão de inúmeros textos e diálogos. Por isso a organização de um ensino separado por disciplinas nunca atendeu a todas as necessidades sociais. De acordo com Oliveira e Henrique (2005), a transdisciplinaridade é a forma de ensino mais adequada para o estudante da atualidade, pois visa estabelecer o conhecimento absoluto do objeto em estudo, através da integração entre todas as áreas do saber, possibilitando assim a (re)significação na aprendizagem dos estudantes. Nessa perspectiva, o professor promove o ensino tendo como objeto essencial de estudo para os alunos o conhecimento e a intervenção na realidade.

A utilização de saberes da Língua Portuguesa é necessária para compreendermos e atuarmos em nosso cotidiano, contudo é fundamental uma formação ética e cidadã para fazer uso adequado de todo conhecimento em situações formais e não formais: necessitamos termos um bom relacionamento na vivência em grupo, ter respeito as diferenças, desenvolver atitudes solidárias e sermos conscientes de nossos direitos e deveres para o bem comum. Faz-se necessário promover um ensino que ao mesmo tempo em que apresente a estrutura da língua forme também os alunos para exercerem valores éticos em convivência social e que se interligue com os demais saberes.

Lacunas na apreensão dos saberes da nossa língua promovem vários problemas na interação com o meio social. De acordo com Antunes (2009), um ensino que é dissociado de situações práticas e que não apresenta utilidade social, compromete o desempenho do aluno em vários aspectos: declínio da fluência verbal, dificuldade de compreensão e elaboração de textos complexos e formais, dificuldade na capacidade de leitura da linguagem simbólica, entre outros problemas.

Os materiais com estudos acerca do trabalho pedagógico dirigidos ao ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa, publicados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), defendem a concepção de que a língua é um sistema centrado na interação verbal, que ocorre por meio de textos ou discursos, falados ou escritos. Ou seja, esse sistema depende da interlocução (inter+locução = ação linguística entre sujeitos).

[...] uma proposta de ensino de língua deve valorizar o uso da língua em diferentes situações ou contextos sociais, com sua diversidade de funções e sua variedade de estilos e modos de falar. Para estar de acordo com essa concepção, é importante que o trabalho em sala de aula se organize em torno do uso e que privilegie a reflexão dos alunos sobre as diferentes possibilidades de emprego da língua (BRASIL, 2008, não paginado).

Os alunos devem ter clareza quanto à importância da linguagem em sua vida, eles devem compreender que o estudo da nossa língua materna, não é sinônimo de um monte de regras gramaticais, mas sim um elemento de nossa cultura, que possui uma história e está em constante transformação e é o principal instrumento de luta social.

O presente estudo se encontra organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos quais os tipos de concepções de linguagem que podem ser adotadas pelo docente no ambiente escolar e suas implicações na formação do aluno. Posteriormente, destacamos a importância dos temas transversais e a necessidade de uma educação pautada em valores. Em seguida, apresentamos os pontos de vista de estudiosos acerca dos problemas causados pela tradicional abordagem do ensino de língua portuguesa centrado na gramática. Logo após refletimos sobre as possíveis mudanças nas concepções dos docentes em suas metodologias nas escolas para promover aos alunos uma formação para a cidadania.

Assim, buscaremos dar alguns apontamentos para compreender de que forma a transversalidade da Ética e Cidadania deve ser abordada para fornecer subsídios no processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa de forma a contribuir com a formação de alunos cidadãos mais atuantes para as demandas cada vez mais complexas da sociedade.

Sabemos que o conceito de transdisciplinaridade é bastante amplo, no entanto acreditamos que toda mudança, exige conscientização acerca do porquê dessas transformações, é por isso que elegemos a ética como tema desencadeador dessa conscientização das mudanças necessárias no ensino escolar para uma perspectiva transdisciplinar no ensino de língua portuguesa, pois quando o professor forma para a cidadania e o aluno perceber-se cidadão consciente de seus direitos e deveres e essa formação é pautada em valores solidários, ele perceberá como inseparável o conhecimento da sua língua com as demais áreas do saber humano. Ser cidadão implica em ter conhecimentos que vão muito além das tradicionais disciplinas.

O nosso trabalho se constitui em uma pesquisa exploratória, entendendo-a como sendo a primeira etapa do trabalho científico. Esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, análise de exemplos, visitas a web sites, como destaca Santos (1999).

A pesquisa foi realizada por meio da revisão da literatura, buscando explicitar como pode ocorrer a transversalidade da Ética e Cidadania no processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa de forma a contribuir com a formação cidadã dos alunos.

Para coleta de informações recorreremos à literatura que aborde o assunto, em livros impressos, e virtuais, bem como artigos digitais e documentos publicados que regulamentam a educação nacional. Os materiais teóricos que embasam o presente estudo são utilizados no IFRN (apostilas e parte de livros), posteriormente buscou-se obras em bibliotecas e na internet.

Os resultados serão apresentados de forma qualitativa, pois o nosso estudo não se preocupa com representatividade numérica das informações, mas sim com a busca da compreensão do nosso problema, como enfatiza Santos (1999).

As concepções de linguagem e suas implicações para o ensino de língua materna na escola

O ato de ensinar Português deveria sempre estar guiado pela finalidade do ensino e da aprendizagem desse saber para o aluno, para além das provas da escola, ou seja para quê o aluno estuda Português, qual a utilidade cotidiana desse saber? Para isso, faz-se necessário que o professor compreenda as concepções de linguagem para que ele possa escolher o embasamento teórico mais adequado para atender as demandas sociais atuais.

O ensino de língua portuguesa exige além do domínio do conteúdo pelo professor, escolhas teóricas que justifiquem a sua prática pedagógica. Quando definimos o para quê ensinamos determinado conhecimento e como ensinamos esses conteúdos, essas escolhas estão sempre baseadas em uma concepção de linguagem e de educação. Ou seja, “toda e qualquer metodologia de ensino articula uma opção política – que envolve uma teoria de compreensão e interpretação da realidade – com os mecanismos utilizados em sala de aula.” (GERADI, 1996, p. 40). Assim, os conteúdos a serem estudados, os materiais bibliográficos utilizados, as atividades desenvolvidas e as suas correspondentes avaliações justificam as escolhas assumidas pelo professor para a formação de seus alunos.

O ensino de Língua Portuguesa pode ser guiado por três concepções de linguagem: linguagem como expressão do pensamento; linguagem como instrumento de comunicação; e linguagem como forma de interação. A seguir são explicadas essas três concepções.

A linguagem é a expressão do pensamento: essa concepção é representada pelos estudos tradicionais. Com esse entendimento, o mundo é compreendido pelo homem por meio da linguagem. E é por meio dela que expressa todo seu pensar e sua bagagem intelectual. Tal concepção traz alguns preconceitos e exclusão das pessoas que não tiveram acesso ao estudo das regras gramaticais, como enfatiza Mattos:

Nesse modo de entender a linguagem, se a pessoa não sabe se expressar é porque ela não pensa. É como se a linguagem fosse a exteriorização, uma tradução daquilo que se constrói no interior da mente. Assim, a linguagem é um ato individual, que não é influenciado pelo outro nem pelas circunstâncias da situação social em que a linguagem ocorre. (MATTOS, 2009, p. 14).

Essa concepção é preconceituosa, pois as pessoas que não tiveram acesso ao estudo da gramática tradicional são excluídas, pois não conseguem falar e escrever de acordo com a norma culta, considerada como a forma de se expressar corretamente no meio social.

A linguagem é instrumento de comunicação: essa concepção está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras), capaz de transmitir ao receptor certa mensagem. Em livros didáticos, essa concepção se materializa nas instruções ao professor, nas introduções, nos rótulos, embora, em geral, seja abandonada nos exercícios gramaticais. De acordo com Mattos (2009), nessa perspectiva existe apenas uma forma de entender a mensagem, ou seja, a produzida pelo autor.

A linguagem é uma forma de interação: nessa concepção a linguagem é indissociável da relação do sujeito com a língua e do contexto empregada.

Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico (TRAVAGLIA, 1997, p. 23).

Para o autor Geraldi (1996), dentre as concepções apresentadas, a terceira concepção: a linguagem como interação é a mais adequada para promover mudanças significativas no ensino, tornando a sala de aula um espaço democrático e realístico, pois essa concepção “situa a linguagem como lugar de constituição de relações sociais, onde os falantes se tornam sujeitos” (GERALDI, 1996, p. 41). Ou seja, o ensino de língua portuguesa na perspectiva interacionista propicia que os alunos se percebam autores de um discurso que necessita ser crítico e consciente para interagir com as demais pessoas, e que para se atingir determinada finalidade necessita considerar o contexto a que se destina seu discurso. O contato e posterior produção de diversos gêneros textuais que circulam pelos mais variados meios de comunicação, sejam digitais ou impressos contribuem para que os alunos percebam as diferentes utilidades que os textos apresentam na sociedade.

Com esse entendimento, o ensino de língua portuguesa para nativos deve ter como objetivo explicitar seus usos sociais entre as pessoas com uma determinada finalidade e ser indissociável de um contexto. Matta (2009), também defende esta concepção nas escolas, pois apenas com essa compreensão de linguagem pode-se proporcionar a ampliação da competência comunicativa dos estudantes na oralidade, para saber ouvir, ler e também na produção de textos fluentes, adequados e relevantes para a sociedade, saberes essenciais para qualquer cidadão.

Temas transversais: um ensino para a formação de cidadãos

Os dois documentos principais que norteiam a educação no Brasil são: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei N° 9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), eles apresentam que a educação deve estar interligada as práticas sociais, culturais e globais. A educação oferecida aos estudantes objetiva o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, pretendendo assim o pleno desenvolvimento do educando. Esses documentos defendem uma educação que supere a centralidade das disciplinas apenas no ensino didático, e que o conhecimento adquirido no meio escolar deve ser contextualizado e útil para a vida. Diante da leitura desses documentos podemos perceber uma proposta de ensino interdisciplinar e transdisciplinar.

Esta última perspectiva de ensino se materializa por meio dos Temas Transversais, que foram divididos nas seguintes categorias: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. Tais temáticas foram pensadas e incluídas aos PCN como uma alternativa de evitar a fragmentação do conhecimento de forma disciplinar.

Assim, os temas transversais surgiram como uma forma de garantir que a escola atinja seu objetivo social de formar alunos como cidadãos conscientes: pessoas autônomas, críticas e participativas no meio social, conhecedoras de seus direitos e deveres em relação à vida pessoal e coletiva. Com isso, os temas sociais se tornam essenciais no processo de aprendizagem dos alunos para reflexão e compreensão da vivência em sociedade. Os PCN abordam as metodologias didáticas para a inclusão dos temas transversais no currículo escolar.

Os Temas Transversais não são novas áreas ou disciplinas escolares, os objetivos e conteúdos referentes às temáticas anteriormente citadas devem perpassar todo o ensino na organização já existente.

Moreno (1998) defende que os temas transversais deveriam estar no centro das aprendizagens fundamentais escolares e as temáticas das matérias curriculares é que deveriam girar em torno dessas questões, tendo em vista a relevância social destes temas para a sociedade. Para a autora, com essa concepção de ensino, o corpo docente e os discentes teriam mais clareza quanto às finalidades do que é estudado na escola.

As matérias curriculares são instrumentos através dos quais pretende-se desenvolver a capacidade de pensar e de compreender e manejar adequadamente o mundo que nos rodeia. Quando isto é esquecido e elas se convertem em finalidades em si mesmas, descontextualizam-se e distanciam-se do universo real, passando a receber um tratamento semelhante ao que nossos antepassados lhes concediam; para eles – ao contrário do que acontece com nossos alunos e alunas – a elocubração era uma tarefa livremente escolhida. Sem um contexto para situá-los, para grande parte dos estudantes os conteúdos curriculares transformam-se em algo absolutamente carente de interesse ou totalmente incompreensível. (MORENO, 1998, p. 38).

Para a autora supracitada, o ensino escolar deve ser contextualizado, é necessário explicitar que o que estudamos na escola surge a partir de problemas sociais e que tal conhecimento nos ajuda a compreendê-los e buscar soluções para tais questões. Assim, os conteúdos não devem ser estudados na individualidade da matéria, sem relacioná-los a aplicações práticas na realidade, e sim como um meio para se atingir outras finalidades: formação intelectual, desenvolver e adquirir diferentes capacidades, conhecimentos e destrezas úteis fora da escola, entre outros. Assim a autora aponta para uma perspectiva de ensino para além do isolamento disciplinar.

A investigação transdisciplinar supõe a elaboração de um novo objeto, com questões específicas, cujas respostas e metodologia podem resultar da confluência de diferentes saberes disciplinares, os quais perdem sua especificidade, seus modos de ser particulares e sua autonomia para a constituição de um novo campo de saber. Em outras palavras, o ponto de partida é a indagação de um fato de mundo e, à medida que essa indagação é tratada de maneira transdisciplinar (porque não se resolve no interior de nenhuma disciplina), indetifica-se problemas e se explicita as necessidades de conhecimentos práticos e objetivos já produzidos. (BRITTO, 2007, p. 61).

Na concepção da complexidade, o professor leva os alunos a se colocarem como agentes transformadores da sua realidade e que necessitam ter um posicionamento crítico diante dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Para ser cidadão é necessário ter conhecimento e saber como utilizá-lo, é preciso ter valores, ser crítico e participativo reconhecendo

seus direitos e deveres na sociedade. É necessário promover um ensino voltado para múltiplos saberes:

(...) a inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas mais graves constitui um dos mais graves problemas que enfrentamos. De modo que, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tornam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam. Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável. (MORIN, 2003, p. 14-15).

Para o autor, se faz necessário um ensino que contextualize e integre os saberes, pois “o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar.” (MORIN, 2003, p.15). Com esse entendimento, podemos perceber que a transversalidade da ética visando desenvolver valores solidários e responsabilidade cidadã é essencial na significação do conhecimento para o aluno, de forma a compreender os problemas em um contexto global, que envolve várias áreas do conhecimento.

A ética como tema transversal na escola

O ambiente escolar tem importante papel na formação de valores pelas crianças e jovens, o convívio escolar promove a vivência com diferentes culturas e raças, religiões e opiniões, contribuindo assim com a formação e mudanças de valores. Contudo, apesar de já existir diretrizes que orientam para uma abordagem e sistematização didática dos temas e valores socialmente desejáveis ainda não ocorre explicitamente nas escolas esse trabalho direcionado, como aponta Lordi (2003). Para essa autora se faz necessário a valorização das temáticas sobre ética e moralidade humana na escola de forma organizada e explícita. Ela defende que o trabalho escolar com os alunos a acerca dos valores deve superar a forma desarticulada e com base nos valores defendidos por grupos ou por um docente, pois tal prática pode disseminar valores não defendidos pela sociedade de forma geral, tais como: preconceito ou intolerância, por exemplo.

Assim é importante ter claro a distinção entre moral e ética, de acordo com Farias, *et al.* (2011): a moral está relacionada a ideia do bem, estabelece o que é bom, o que cada pessoa deve fazer tendo em vista esta direção; já a ética interroga criticamente os valores que fundamenta o fazer humano, tendo como referência o bem comum- aquilo que é bom para toda a sociedade e não para um grupo social específico.

A necessidade de que a educação trabalhe a formação ética dos alunos está cada vez mais evidente. A escola deve assumir-se como um espaço de vivência e de discussão dos referenciais éticos, não como uma instância normativa e normatizadora, mas um local social privilegiado de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania, promovendo discussões sobre a dignidade do ser humano, igualdade de direitos, recusa categórica de formas de discriminação, importância da solidariedade e observância das leis. (BRASIL, 1998, p. 16)

Assim, não se trata de impor aos alunos valores defendidos pelo grupo que compõe a escola, mas sim discutir e buscar vivenciar os valores desejáveis pelos ocidentais em particular os brasileiros, como enfatiza Lordi (2003):

Ou seja, reconhece-se que existem alguns valores, como a democracia, a justiça e aqueles presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, apesar de não deverem ser impostos a toda e qualquer cultura existente no planeta, para nós, ocidentais e brasileiros, são desejáveis e devem ser universalizados no contexto social (LORDI, 2003, p. 8).

É importante todos, principalmente o corpo docente, terem claro as definições de ética, moral, e dos valores desejados na vivência em sociedade, tais como: cidadania, democracia, solidariedade, justiça, respeito às diferenças entre outros, para compreenderem a relevância desses temas e buscarem formas de torná-los presentes em práticas cotidianas nas escolas.

Para Abbagnano (2007, p. 380), a moral se refere à conduta dirigida ou disciplinada por normas e por isso, suscetível de avaliação, já a ética é uma ciência e apresenta duas concepções:

Em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1- a que a considera como ciência do /zm para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem; 2- a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta.

Já para Aranhas e Martins (1992) a ética é a teoria que realiza a reflexão crítica sobre a experiência moral e que tem por fim discutir as noções e princípios que fundamentam a conduta moral. Já a moral é o conjunto de regras de conduta consideradas validadas para um grupo ou para uma pessoa.

Uma educação baseada em valores defende os princípios da democracia como regime político e da cidadania como igualdade de direitos e deveres para se atingir o bem comum universal. Tais princípios são fatores fundamentais na construção de uma sociedade que tem por objetivo o bem coletivo.

[...] a democracia pertence ao núcleo moral central da sociedade, pelos pressupostos de justiça, de igualdade e de equidade que sustentam essa forma de regime político e de regulação das relações sociais. A cidadania passa não apenas pela conquista de igualdade de direitos e deveres a todos os seres humanos, mas também pela conquista de uma vida digna, em sua mais ampla concepção, para todos os cidadãos e cidadãs habitantes do planeta. Esses são princípios éticos fundamentais que estão na base da sociedade contemporânea e por isso é importante estudar seus pressupostos, com o intuito explícito de que sejam adotados e consolidados nas instituições escolares. (LODI, 2003, p. 29)

Um dos principais objetivos do ensino fundamental a ser alcançado pelos alunos, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, se refere justamente a uma formação cidadã para compreensão e atuação social. De acordo com esse documento, o aluno deve compreender a cidadania como meio de participação social e política, como forma de exercer seus direitos e deveres políticos, civis e sociais, realizando no seu cotidiano atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, estabelecendo relações de respeito mútuo.

Esses documentos preconizam que é papel da escola desenvolver um projeto de educação voltado para o desenvolvimento de capacidades que permitam aos alunos intervir na realidade para transformá-la. É necessário pensar o fazer pedagógico em várias dimensões: na inclusão, na conscientização do bem comum, na utilidade do saber científico em situações reais, numa formação que enfatize o conhecimento como instrumento de luta social.

Diante das problemáticas atuais, Moreno (1998) se posiciona a favor da superação dos moldes tradicionais do ensino voltado as disciplinas isoladas e a necessidade da reflexão e implementação de valores e dos desafios em viver no coletivo social.

Não podemos esperar que os campos de pensamento que se iniciaram com a ciência clássica – de cuja vigência atual ninguém duvida – proporcionem conhecimentos sobre tudo aquilo que homens e mulheres do presente precisam saber, porque vivemos em uma sociedade que está clamando pela paz, pela igualdade de direitos e oportunidades entre o homem e a mulher, pela preservação e melhoria do meio ambiente, por uma vida mais saudável, pelo desenvolvimento da afetividade e da sexualidade que permita melhorar as relações interpessoais; uma sociedade que necessita forjar personalidades autônomas e críticas, capazes de respeitar a opinião dos demais e de defender os seus direitos, ao mesmo tempo (MORENO, 1998, p. 35-36).

As novas demandas da sociedade necessitam que a escola promova um ensino que considere o contexto em que ela está inserida e seus problemas, como também a nível mundial. Assim, é necessário transpor o ensino que privilegia apenas o conhecimento científico e contextualizá-lo com problemáticas atuais, conscientizando os alunos da importância dos valores de respeito às singularidades do próximo e buscar o bem comum sempre. A transversalidade seria uma forma viável de superar essa dicotomia entre o saber científico e o saber voltado para a vida.

Ensino de língua portuguesa numa perspectiva transdisciplinar: um ensino para a vida

Não são raros os casos de alunos que apresentam dificuldades no domínio da Língua Portuguesa, seja de forma oral ou escrita, como também não é difícil de encontrar professores que priorizam o ensino da gramática em suas aulas de língua portuguesa. Nesse sentido, de acordo com Antunes (2009) o aluno ao apresentar falhas na apreensão e utilização de conhecimentos relacionados com a nossa língua terá prejuízos em seu desempenho escolar e ao mesmo tempo em sua formação para atuação cidadã.

Segundo Antunes (2009), ao se pensar no ensino de Língua Portuguesa o professor deve sempre estar ciente da interdependência entre língua, cultura, identidade e povo. Ao se pensar no ensino de língua este deve estar interligado a cidadania, ou seja, a escola é indissociável do meio social. O autor enfatiza que no ensino da língua deve ser prioritário a abordagem de suas dimensões sociais e políticas, contribuindo assim, com uma escola que promove uma formação para o exercício da cidadania mais consciente e participativa.

O autor supracitado destaca, ainda, que em muitos casos as aulas de Português apresentam uma concepção de língua estática, muito simplificada e descontextualizada, ou seja, uma concepção de língua que desconsidera as mudanças, indefinições, imprevisibilidades, interlocutores e intenções.

Isto é, ainda predomina uma concepção de língua como um sistema abstrato, virtual apenas, despregado dos contextos de uso, sem pés e sem face, sem vida e sem alma, “inodora, iníspida e incolor”. Uma língua, que nesses termos, facilmente se esgota em um estudo da morfologia das palavras e da sintaxe das frases. Ou se satisfaz na exploração de nomenclaturas e classificações, com

requintes de pormenores, beirando na maioria das vezes, os dogmatismos infundados das abordagens simplistas (ANTUNES, 2009, p. 34).

Na escola se faz necessário mostrar aos alunos que a língua é concreta, expressa cultura, não é estática, que ao longo da história sofreu várias modificações e que continua sendo modificada, além disso, é importante mostrar as diferentes utilidades da língua na sociedade: para informar, expressar sentimentos, registrar um fato importante, concretização de um acordo e até para se divertir, como é o caso das parlendas.

Marcuschi (2008, p. 52-53) enfatiza que um dos problemas no ensino de língua portuguesa é causado pelo uso inadequado do texto no ambiente escolar, para o autor, não basta introduzir o texto nas aulas, é necessário mudanças nas formas de acesso, as categorias de trabalho, as propostas analíticas e as formas de sua apresentação. Para Marcuschi (2008), esses problemas ficam mais evidentes nas séries iniciais, pois os textos apresentam problemas de organização linguística e informacional: apresentam um conjunto de frases soltas com falta de coesão, ou apresentam excesso com repetições tópicas. Além disso, ele destaca que os saberes prévios dos alunos são ignorados, não se leva em conta que o aluno já domina a língua em sua forma oral.

Marcuschi (2008) enfatiza que a escola tem como um dos principais objetivos desenvolver a escrita do aluno, capacitando-o a desenvolver textos formais com coerência e coesão, contudo é necessário atentar para os processos da comunicação oral, uma vez que ao se produzir um texto escrito é necessário pensar no falante/escritor e no ouvinte/leitor para alcançar seu objetivo comunicativo.

O autor defende que a prática educativa deve sempre partir do conhecimento prévio dos alunos “[...] a escola não ensina língua, mas usos da língua e formas não corriqueiras de comunicação escrita e oral. O núcleo do trabalho será com a língua no contexto da compreensão, produção e análise textual” (MARCUSCHI, 2008, p. 55). Com essa concepção a abordagem gramatical assume um papel importante no saber da língua, contudo não é o central:

É claro que a gramática tem uma função sociocognitiva relevante, desde que entendida como uma ferramenta que permite uma melhor atuação comunicativa. O problema é fazer de uma metalinguagem técnica e de uma análise formal o centro do trabalho com a língua. Também não se deve reduzir a língua à ortografia e às regras gramaticais. E nesse sentido, temos a ver com uma correta identificação do que seja a gramática. O falante deve saber flexionar os verbos e usar os tempos e os modos verbais para obter os efeitos desejados; deve saber usar os artigos e os pronomes para não confundir seu ouvinte; deve seguir a concordância verbo-nominal naquilo que for necessário à boa comunicação e assim por diante. Mas ele não precisa justificar com algum argumento porque faz isso ou aquilo nessas escolhas. O falante de uma língua deve fazer-se entender e não explicar o que está fazendo com a língua. (MARCUSCHI, 2008, p. 57).

Como o autor explicita, a gramática para ter significado no estudo da língua portuguesa, deve ser usada como uma ferramenta que ajudará os alunos a tornarem seus textos mais claros. Assim, o ensino da gramática não pode ter uma finalidade em si mesma, em frases soltas, deve ser vista como um meio que facilita o entendimento de um texto escrito.

O foco seria a compreensão e a produção dos sentidos materializados em gêneros de textos, com grande destaque para a literatura. A gramática viria naturalmente (não poderia deixar de vir!), quando fosse necessária para que se pudesse entender melhor uma passagem ou expressar com mais propriedade o que quer dizer. Viria, ainda, quando fosse necessário aprender ou avaliar as normas

do uso formal da língua, conforme as exigências sociais em questão (ANTUNES, 2009, p. 41-42).

Nessa perspectiva, se torna necessário que ocorram mudanças tanto teóricas quanto metodológicas no ensino da nossa língua: é fundamental romper com o ensino tradicionalmente centralizado no estudo gramatical, se faz adequado estimular a criatividade dos alunos na produção dos mais diferentes gêneros textuais, assim como a prática da leitura literária.

Travaglia (1997, p.18) enfatiza que é necessário propiciar ao aluno experiências diversificadas que promovam a comunicação interativa por meio da análise e produção de enunciados ligados aos vários tipos de situações de enunciação. Ele defende que essa é a única forma de promover a integração do ambiente escolar com a comunidade em que está inserido.

Considerar o contexto no qual a escola está inserida remete também a postura do professor frente às variedades linguísticas na sala de aula frente à diversidade presente nas escolas principalmente em relação às camadas sociais e regional das quais os alunos são oriundos. Concordamos com Geraldi (1996) na defesa de um ensino de língua portuguesa que proporcione a todos os alunos o domínio da variedade culta, contudo deixando claro aos discentes que as diferentes formas de falar no cotidiano não são “erradas”, apenas não foram eleitas padrão por vários fatores históricos ligados a política e a economia, principalmente.

[...] cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de outra forma de falar, o dialeto padrão, sem que signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper com o bloqueio de acesso ao poder, e a linguagem é um de seus caminhos (GERALDI, 1996, p. 44).

Tal postura docente busca a valorização da linguagem como cultura, evitando-se assim o preconceito linguístico frente às diferentes formas de expressão das camadas menos favorecidas e das mais variadas regiões geográficas. Esse posicionamento leva os discentes a perceberem a necessidade de compreender a linguagem padrão como forma de entender e participar da sociedade tendo claro seus direitos e deveres, pois essa é a forma que as elites que estão no poder político e econômico utilizam para ditar leis e regras. Assim, possibilitar que os menos favorecidos tenham o domínio da norma culta, tanto na forma oral como escrita, é uma forma de permitir que eles possam expressar e cobrar igualdade social junto aos governantes.

Diante do exposto, podemos perceber que a concretização de um ensino de língua portuguesa voltado para a vida é um ensino que propicie uma formação ética e cidadã do aluno, que o faça perceber a interligação entre todos os saberes, e para isso o professor tem papel de destaque nesse processo, pois para a efetivação desse ensino vai depender, de suas escolhas políticas, éticas e metodológicas.

O docente como promotor de uma prática pedagógica transpassada pela ética

Pensar em um ensino voltado para o exercício da ética e cidadania passa primeiro, como enfatiza os PCN, pelas concepções que o professor tem sobre ensino, escola, aluno e ser professor. Os PCN enfatizam que ser professor exige várias condutas relacionadas aos seus saberes e fazeres, assim como virtudes e qualidades na organização e desenvolvimento de sua prática pedagógica. “A dimensão ética da docência, portanto, se sustenta no fato de esta profissão estar voltada para a formação de outras pessoas, prática que reclama reflexão crítica constante sobre seu significado e implicações no conjunto de valores necessários ao convívio em sociedade.” (FARIAS; et al. 2011, p. 89).

A busca pela mudança necessária no ensino de Português condizente com as propostas defendidas nos documentos oficiais que regem a educação brasileira e por vários pesquisadores da área, passa primeiro pela conscientização do professor, que é o principal agente de mudanças nas práticas educativas.

E como o professor por meio do ensino de línguas pode ser promotor de uma formação cidadã dos alunos?

Primeiramente, estimulando o senso crítico do aluno por meio de múltiplas atividades de análise e de reflexão; instigando a curiosidade, a procura, a pesquisa, a vontade da descoberta, o que implica a não- conformação com o que já está estabelecido; desestimulando, portanto, o simplismo e o dogmatismo com que as questões linguísticas têm sido tratadas (ANTUNES, 2009, p. 43).

Para Matta (2009, p.42), as mudanças devem ocorrer principalmente na formação dos professores de língua materna. É necessário serem revistos algumas propostas e práticas que estão presentes nos cursos superiores: o primeiro ponto se refere à concepção de língua, deve-se percebê-la “como um elemento vivo, produzida na história e produtora da história dos homens e que se revela e se constitui em enunciados nas diferentes situações sociais.” Outro ponto a ser analisado, se refere ao entendimento de texto:

um texto é a realização de uma atividade cognitiva e social, em que as condições sócio-históricas orientam não só o que se diz sobre o mundo, mas também a forma que se escolhe para dizer: as representações sobre a situação de interação, sobre os interlocutores, sobre os temas e sobre a própria linguagem são determinantes para a produção de idéias e o processo de textualização (MATTA, 2009, p. 42).

Para o ensino ter a finalidade de formar os alunos para serem éticos e para o exercício da cidadania é necessário a prática ser condizente com a teoria. Dessa forma, se faz necessário existir um bom relacionamento entre professor e aluno, aulas que favoreçam a reflexão, a participação, desenvolvimento e autonomia na construção do conhecimento, assim como aplicação prática no cotidiano e uma avaliação voltada para diagnosticar e sanar as dificuldades dos alunos.

[...] qualquer solução que se queira especificar para o ensino de língua portuguesa não se fará com soluções isoladas ou disciplinares, por melhor que sejam as análises e as propostas, mas apenas concatenada com um profundo rearranjo no sistema escolar e na educação disciplinar. Isto não implica necessariamente o fim das disciplinas ou de um ensino organizado em eixos disciplinares, mas sim que o fator nuclear que deve servir de ponto de orientação é o processo geral e o debate intenso entre os profissionais que atuam na escola (BRITTO, 2007, p.57-58).

O ensino escolar não pode privilegiar apenas os saberes científicos, o professor necessita considerar outras formas de conhecimento relevante para a vivência humana, como os valores, visto a complexidade do ser humano, dos saberes e problemas mundiais.

O desafio de configurar novas maneiras de lidar com expectativas diversas, formas de aprender diferenciadas e experiências plurais, tanto dos alunos quanto dos professores, reclama uma revisão na própria concepção do que costumamos denominar de aula. Assim, propomos pensá-la como um espaço-tempo coletivo de formulação de saberes, *lôcus* de produção de conhecimentos que pressupõe a existência de sujeitos que se relacionam, se comunicam e se comprometem com a ação vivida. (FARIAS; *et al.* 2011, p. 166).

Assim, o trabalho pedagógico deve levar em consideração a diversidade, pautado na ética e para uma vivência cidadã. As mudanças nas salas de aulas devem trazer exemplos e problemáticas reais para ser trabalhado junto aos conteúdos didáticos, pois um saber só faz sentido se considerado como produto da sociedade e destinado para a vida.

Apontamentos conclusivos

As informações estão cada vez mais acessíveis a população, graças aos avanços tecnológicos, contudo o desafio está em distinguir quais informações são pertinentes para elaborar um conhecimento contextualizado e aplicável ao cotidiano. Nesse contexto, conhecimentos em língua portuguesa, tais como ler, interpretar, escrever e dialogar de acordo com a necessidade do contexto, se apresentam como fundamentais para perfeita compreensão e participação ativa na sociedade. Assim, enquanto mediadores do conhecimento, nós professores, precisamos empregar metodologias de ensino capazes de contribuir para que haja uma aprendizagem significativa, que levem os educandos a pensarem e agirem sobre seu contexto local, e visando também o contexto global.

Atividades de leitura e escrita são indispensáveis para a compreensão de qualquer área do conhecimento e seu domínio contribui efetivamente para a compreensão e atuação na dinâmica social.

Vários estudos e documentos que norteiam o nosso ensino apontam para a necessidade de promover um ensino transdisciplinar, rompendo com a forma tradicional de ensino. Especificamente no que diz respeito ao ensino de Português é necessário romper com o tradicional ensino que se centra na abordagem da gramática de forma a privilegiar frases soltas para análise dos termos que a constitui. Tal mudança se faz necessária desde a formação dos professores, buscando também romper com preconceitos acerca da variação linguística e da forma como são concebidas as práticas de leitura e produções textuais escritas.

Diante das leituras realizadas podemos perceber que a concepção de linguagem mais adequada a um ensino comprometido com a formação cidadã do aluno é a que considera a linguagem como um ato de interação. O trabalho pedagógico baseado na linguagem como interação social contribui com o ensino da língua portuguesa na escola na medida em que mostra a língua como uma produção humana, modificada ao longo da história. Com isso, o aluno é conscientizado acerca da função social desse conhecimento e como utilizá-lo em cada situação cotidiana, sem menosprezar a sua linguagem de origem.

Desse modo, se faz necessário o conhecimento e a prática por parte de todo o corpo docente acerca dos conceitos de ética, valores e transdisciplinaridade, visando proporcionar experiências didáticas que estimulem os discentes a serem cidadãos autônomos e a terem postura e atitudes morais coerentes com os anseios da sociedade, visando sempre à valorização e respeito pelo próximo e pelo bem comum.

Referências

- ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Educar para a complexidade: o que ensinar, o que aprender. In: HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. **Transdisciplinaridade e complexidade: uma nova visão para a educação no século XXI** /. Natal: Editora do CEFET-RN, 2005.
- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editora, 2009.
- ARANHAS, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação básica. **Pró-Letramento:** Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- BRITTO, L. P. L. O ensino da leitura e da escrita numa perspectiva transdisciplinar. In: BAGNO, M. [et al.]; CORREIA, D. A. (org.). **Práticas de letramento no ensino:** leitura, escrita e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 53-77.
- DELORS, J. *et al.* **Educação:** um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.
- FARIAS, Isabel M Sabino de. et al. Docência: notas sobre a dimensão ética da profissão. FARIAS, Isabel M Sabino de. **Didática e docência:** aprendendo a profissão. 3. Ed. Brasília: Líber Livro, 2011.
- FARIAS, Isabel M Sabino de. A aula como espaço-tempo coletivo de formulação de saberes. In: FARIAS, Isabel M Sabino de. *et al.* **Didática e docência:** aprendendo a profissão. 3. Ed. Brasília: Líber Livro, 2011.
- GERALDI, João Wanderley. Concepções de Linguagem e Ensino de Português. In: GERALDI, João Wanderley. (org.). **O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 1997.
- LODI, Lucia Helena. **Ética e cidadania:** construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.
- LUCENA, Nedja Lima de. **Transdisciplinaridade, educação e ensino.** Natal: IFRN,
- MATTA, Sozângela Schemim da. **Português: linguagem e interação.** Curitiba: Bolsa Nacional do Livro Ltda, 2009.
- MORENO, Montserrat. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS, Maria Dolores. *et al.* **Temas transversais em educação:** bases para uma formação integral. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- MORIN, Edgar. **Educação e complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento / 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- NOSELLA, Paolo. Ética e Pesquisa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 255-273, jan./abr. 2008.
- OLIVEIRA, Leonor de Araujo Bezerra; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. Enfoque globalizador, transdisciplinaridade e complexidade: uma nova perspectiva para o ensino a distância no CEFET-RN. In: HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. **Transdisciplinaridade e complexidade:** uma nova visão para a educação no século XXI. Natal: Editora do CEFET-RN, 2005.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- TRAVAGLIA, L. C. **Concepções de linguagem.** Gramática e interação: uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

Recebido em: 20/12/2019

Avaliado em: 15/02/2020

Aprovado em: 20/04/2020

A FORMAÇÃO ÉTICA E CIDADÃ DO EDUCANDO ATRAVÉS DA TRANSVERSALIDADE NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Cláudia Simonetti Silva Oliveira⁶⁹

Mayara Ferreira de Farias⁷⁰

Carlos Moisés de Oliveira⁷¹

Rochele Kalini de Melo Ribeiro⁷²

Resumo

O presente objeto de estudo teve como finalidade analisar a importância da prática transdisciplinar na educação, como pluralização de conhecimentos na construção de saberes inseridos na disciplina de Língua Portuguesa. A escola, em sua função formadora de cidadãos, tem, entre outros o propósito de proporcionar ao educando saberes correlacionadas a completude de transdisciplinaridade. Dentro dessa perspectiva, presume-se dialogar sobre discursos relacionados a ética e cidadania no ambiente escolar, compactuados sob um olhar transdisciplinar para o educando, já que o que permeia a formação deles na escola tem parte nesse aspecto. Estima-se a partir desse objetivo, a concessão de inovação na área de conhecimento compatível com o modo de vida modernizado, tratando assim algumas das problemáticas existentes. Tratou-se de pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, no qual se buscou subsídios nas ideias de teóricos como: Morin (2003), Piaget (1970), Nicolescu (2000) entre outros. Verificou-se, que ainda existem dificuldades de ordem organizacional para se trabalhar a transdisciplinaridade na educação, por motivo de um padrão pedagógico-histórico vigente instituído nas escolas. A pesquisa apontou como o diálogo sendo o suporte para a educação transdisciplinar, a fim de promover a busca de significados entre disciplinas, principalmente sobre os diversos assuntos atuais, os quais demandam ser vistos através de múltiplos olhares de forma prática envolvendo as diferentes áreas de formação do saber. Podemos dizer, que este estudo proporcionou um crescimento pessoal e profissional significativo, pois sob a ótica educacional, o refletir sobre as próprias ações e buscando reconstrução e superação para o ambiente escolar é uma estratégia de grande potencialidade. Portanto, jugamos ser de fundamental importância o desenvolvimento de estudos sobre a temática despertada, como estratégia de inquietação a aprimoramento do ensino transdisciplinar de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Educação. Transdisciplinar. Ética. Cidadania. Docente. Discente.

⁶⁹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Libras, Educação Infantil e Psicopedagogia. E-mail: claudiasimonetti1@hotmail.com.

⁷⁰ Doutoranda em Turismo - PPGTUR/UFRN. Graduada em Letras Espanhol - IFRN. Mestre em Turismo - PPGTUR/UFRN. Bacharel em Turismo - UFRN. Licenciada em Filosofia - ISEP. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana -UFRN. Especialista em Gestão Pública Municipal - UFPB. Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) - UFRSA. Avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Pesquisadora Voluntária no Grupo de pesquisa em Marcas e Marketing (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>. E-mail: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

⁷¹ Possui graduação (Bacharelado) em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008), mestrado em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011) na área de Metafísica e ética e doutorando em filosofia prática (2017) pelo programa interinstitucional da UFRN-UFBP-UFPE, com bolsa sanduíche na Universidad Computense de Madrid, UCM.

⁷² Professora de Língua Portuguesa e Literatura. Professora de Metodologia do Trabalho Científico. Membro da base de pesquisa Formação da Literatura brasileira e Pós- modernidade. Professora formadora do curso de Especialização em ensino de Língua Portuguesa e Matemática numa Perspectiva Transdisciplinar no Campus EaD do IFRN. E-mail: rochelekalinimelo@gmail.com.

Abstract

The purpose of this study was to analyze the importance of transdisciplinary practice in education, as a pluralization of knowledge in the construction of knowledge inserted in the discipline of Portuguese Language. The school, in its function of forming citizens, has, among others, the purpose of providing the student with correlated knowledge with the completeness of transdisciplinarity. Within this perspective, it is presumed to dialogue about discourses related to ethics and citizenship in the school environment, combined under a transdisciplinary look for the student, since what permeates their education at school has part in this aspect. Based on this objective, the concession of innovation in the area of knowledge compatible with the modernized way of life is estimated, thus addressing some of the existing problems. It was a qualitative bibliographic research, in which subsidies were sought in the ideas of theorists such as: Morin (2003), Piaget (1970), Nicolescu (2000) among others. It was found that there are still organizational difficulties to work with transdisciplinarity in education, due to a current pedagogical-historical pattern instituted in schools. The research pointed out that dialogue being the support for transdisciplinary education, in order to promote the search for meanings between disciplines, mainly on the various current issues, which demand to be seen through multiple views in a practical way involving the different areas of training of knowing. We can say that this study provided a significant personal and professional growth, because from an educational perspective, reflecting on one's own actions and seeking reconstruction and overcoming for the school environment is a strategy of great potential. Therefore, we believe that the development of studies on the subject awakened is of fundamental importance, as a strategy of concern for the improvement of the transdisciplinary teaching of Portuguese.

Keywords: Education. Transdisciplinary. Ethic. Citizenship. Teacher. Student.

Introdução

O Brasil é regido por uma Constituição que assegura a todos, direitos e deveres, os quais representam como guias para a condução dos cidadãos. Desta forma, é fundamental que todos conheçam os direitos que possuem e a importância deles na conduta de suas vidas em sociedade. Especificamente, sobre ética e cidadania, são temas discutidos não só no ambiente escolar, mas de modo geral, no convívio social, já que é uma conjectura de características que devem ser abarcadas num todo. Contudo, ao mencionarmos a palavra “ética” e/ou “cidadania” não enfatizamos o contexto paradoxal que esses temas sugerem. Dada a amplitude do tema, neste contexto, evidencia-se o foco do presente trabalho, que é de provocar uma reflexão sobre a própria prática de ensino, percebendo como a ética e cidadania contribui na ação docente voltada para a disciplina de Língua Portuguesa através da transversalidade.

Evidentemente, ao reconhecerem desde cedo à sociedade em que estão introduzidos, quanto aos seus costumes, direitos e deveres, os discentes manifestam-se passando a apresentar uma conduta de postura mais compactuada, apresentando uma maior consciência de suas ações, as quais se refletem no ambiente escolar e social. Essas informações, que abordam o comportamento discente, são necessárias pois permitem ao docente conhecer as dimensões éticas e cidadãs, atreladas a atuação docente, proporcionando ao discente uma melhor aquisição de linguagem a partir da prática docente tendo como ferramenta pedagógica a transversalidade.

Por sua vez, a língua materna possui uma ampla influência na formação do senso social, ético e cidadão e simultaneamente é considerado um forte instrumento de desenvolvimento de habilidade comunicativa intrapessoal e interpessoal. É importante que esta junção de Língua Materna na transversalidade comporte ações que influenciem nos acontecimentos no país em que estão imersos.

Como já explicitamos, no processo de ensino e aprendizagem é importante que aconteça um diálogo entre os diversos campos do saber, e a transdisciplinaridade surge como uma possibilidade para enriquecer e mediar esse processo, desta forma, é de fundamental importância o papel das propostas curriculares, que devam apresentar em seu contexto os aspectos emocionais, sociais, espirituais, ecológicos, a natureza e a vida humana do planeta. Torna-se evidente nesse interim, a necessidade de uma participação social discente cada vez mais veemente de uma sociedade preparada intelectualmente.

Referindo-se à transdisciplinaridade por ser um contexto pluralista do conhecimento que objetiva, por meio da articulação entre as infindas faces de compreensão do mundo, alcançar a singularização do saber, englobar dessa forma inúmeras disciplinas com o propósito de torna-se possível numa atuação mais diversificada da cognição humana a partir de um olhar multifacetado.

Este olhar multifacetado possibilita a compreensão do complexo crescente do mundo pós-moderno, o que explica a definição da transdisciplinaridade como um fluir de ideias e, mais precisamente, um ato de reflexão sobre estes conceitos. Esta constatação, conforme Piaget 1970, descreve, que vem modificando a forma como o Homem se volta para si mesmo e procura entender seu papel no mundo e também na própria compreensão da interação do universo com o ser humano.

Procedimentos metodológicos

O contexto a ser investigado foi sobre a importância da ética e cidadania sob uma perspectiva transdisciplinar no ensino do componente curricular Língua Portuguesa, onde a problemática sobre como se dá o ensino da ética e cidadania no ambiente escolar e como se configura, atrelado a disciplina de Língua Portuguesa na prática educacional. Neste sentido, ler o real cenário da atuação profissional em sala de aula nos faz entender muito mais o nosso objeto estudo na aprendizagem multidimensional.

Inicialmente, foi realizada uma busca na base de dados online em periódicos da área da Educação: Portal de Periódicos CAPES/MEC; Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia; Revista Educação em Questão (UFRN); Preliminarmente, optamos por realizar uma análise da produção científica em torno do tema, onde a busca foi direcionada a partir de seis palavras chaves consideradas principais para o estudo a ser realizado: Transdisciplinar, Educação, Ética, Cidadania, Docente e Discente. Esta pesquisa bibliográfica no primeiro momento, contribuiu na estruturação do estado da arte, o que facilitou correlacionar na temática o discurso de ética, cidadania e transversalidade direcionados ao componente curricular de Língua Portuguesa, pois diagnosticamos que é uma temática carente de ser abordada significativamente em pesquisas.

Priorizamos buscar compreender melhor a problemática das práticas pedagógicas em língua portuguesa correlacionados a transversalidade, ética e cidadania o que impulsionou a elaboração deste estudo. O estudo em andamento foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, sobre esse tipo de pesquisa Minayo enfatiza que:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14).

Neste sentido, A metodologia foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa bibliográfica no contexto da produção do conhecimento. O procedimento metodológico utilizado possibilita a busca de soluções para o problema de pesquisa. Justifica-se a escolha de pesquisa bibliográfica por esta possibilitar um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de

dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994).

Os parâmetros curriculares e os temas transversais

Por sua característica formativa, o espaço escolar consiste no reflexo do contexto social educacional, constituindo vários fatores que podem influenciar na construção ética e reflexiva dos discentes e principalmente dos docentes, pois enquanto profissionais é fundamental uma visão reflexiva direcionada pela ética. Assim, vale reiterar que na prática o docente que oferece a formação para o discente, seja ela cognitiva ou de valores, construindo uma formação sociocultural. Especificamente sobre a postura ética, Morin pontua que:

[...] tudo nos leva, pois, a dar novo valor à dimensão ética e cultural da educação e, deste modo, a dar efetivamente a cada um, os meios de compreender o outro, na sua especificidade, e de compreender o mundo na sua marcha caótica para uma certa unidade. mas antes, é preciso começar por se conhecer a si próprio, numa espécie de viagem interior guiada pelo conhecimento, pela meditação e pelo exercício da autocrítica (morin, 1996, p. 14):

É importante observar que não há formulas únicas, nem tão pouco prontas quando trata-se da dimensão ética na escola. O que ratifica mais ainda, que é de suma importância compreender o mundo e suas totalidades enquanto mediador de saberes, para que assim possa orientar os discentes quanto ao seu modo de pensar e agir, conforme os padrões estabelecidos pela sociedade, procedendo de acordo com as leis que regem os cidadãos de seu país, configurando se lhes permitem ou não realizar. Haja vista que à questão da autonomia presente na ética como tema pertinente na transversalidade dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conjectura grandes avanços no critério ensino aprendizagem discente.

É importante salientar que, sutilmente, alguns apontamentos sobre a elaboração dos parâmetros curriculares e a inclusão dos temas transversais especialmente no que se refere ao tema da ética, vem a corroborar integralmente na pratica de ensino da disciplina de língua portuguesa, o que é visto positivamente em se tratando de avanços na educação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram em meados da década de 90, após a publicação da nova lei de diretrizes e bases no ano de 1996. Eles trazem, em seu os desejos de vários intelectuais liberais que aspiravam enxergar efetivado, em termos ideológicos da educação, o sonho liberal gestado pela escola nova no início do século XX e que até então não havia se concretizado como referência educacional para o país. Com o fim do regime militar e as concomitantes mudanças econômicas desenvolvidas na década de 80, o país se vê, enfim, a possibilidade de conseguir efetivar uma educação para a cidadania e conseqüentemente para o cidadão, se consolidando como um modelo para a sociedade brasileira diante de tantos acontecidos. Não é por acaso que, nos documentos dos parâmetros curriculares, encontram-se fragmentos que ressaltam a formação cidadã, voltada para a democracia como princípios de conquista efetivada.

A Constituição do Brasil promulgada em 1988 traz fundamentos do Estado brasileiro listando os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos. Considerando os três poderes constituídos, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, pode-se inferir que eles são meios que existem para garantir os direitos sociais e individuais do ser humano, onde os princípios do Estado Democrático de Direito são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como um pluralismo político e social.

Neste sentido, cabe ressaltar que a busca por diretrizes curriculares que viabilizasse a consolidação de um processo educativo voltado pra um desenvolvimento de um ser humano autárquico torna-o apto de refletir por si só e de conduzir na realidade de modo interativo. Destarte, a noção de um país em compreender que todos devem ser vistos como seres análogos de direito, após 30 anos de um regime militar bastante austero, e falar em difundir uma educação comprometida com o desenvolvimento da cidadania do ponto de vista educacional é uma grande avanço social.

Por outro lado, o método como de como acontece o ensino e a aprendizagem, dentro das opções didáticas, da organização no contexto educacional, reflete nas práticas de atividades, na organização do tempo e do espaço entram em conformidade com a experiência docente, difundidas como espaços que ensinam valores, atitudinais e conceituais.

Percebeu-se que se pode favorecer em maior ou menor medida o desenvolvimento da autonomia e o aprendizado da cooperação e da participação social, primordiais para que os educandos se compreendam como cidadãos atuantes de fato. Sendo assim, a fim de compreender como acontece a aquisição por um embasamento pautado nas concepções de educação construtivista, embasadas nas teses do psicólogo Jean Piaget, contemplando a escola como local de pesquisa, teria que alcançar a missão social definida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, isto é, colaborar atuação efetiva de um projeto político-pedagógico. Nos PCNs a associação educativa é uma relação efetivamente política, no sentido que, a questão da democracia se apresenta para a escola assim como para a sociedade. Para Belloni:

O processo de formação do ser humano – que assim se define por sua competência social (ou sociabilidade: sem sociedade não há humanidade) – tornou-se agora objeto da sociologia da infância, uma nova abordagem que busca compreender estes processos desde o ponto de vista da criança e não mais apenas desde a perspectiva das instituições (família, escola). Esta preocupação, sintetizada no conceito de socialização, todavia, tem raízes antigas na sociologia (BELLONI, 2005, p. 63).

A relação escola/democracia se auto define na vivência da escolaridade em sua forma mais ampla, desde seus compartimentos estruturais, até em sua formação pedagógica e funcional, ou seja, em como a escola se insere e se relaciona com a comunidade, destacando-se as relações entre os trabalhadores da escola, na distribuição de responsabilidades e do poder decisório. Cabe ressaltar a atuação ideal de uma escola democrática, como local formador e transformador do educando em fase de formação social e de um caráter ilibado para as decisões corretas e coerentes a uma nação humanitária nas relações entre docente e discente.

Para que a escola venha atingir a função social assistencialista de efetivar uma educação democrática, voltada para o desenvolvimento de um discente autônomo, capaz de ser um cidadão, foi necessário que os parâmetros curriculares desenvolvessem os temas transversais, fomentado em questões de cunho social e dialético no tratamento didático, isto é, agraciados no processo de ensino aprendizagem para possíveis reflexões dos educandos.

Os Temas Transversais surgiram de uma série de inquietações de pensadores da educação baseados em conteúdo, com finalidades com vistas a melhorar a prática de ensino aprendizagem em vários aspectos humanitários e sociais, a partir de um planejamento escolar e social.

De acordo com o discurso dos PCNs, pode-se notar que tudo se move ao redor de uma “aprendizagem significativa”, constituída na valorização do que se é útil e necessário ao ser humano. Nesta visão, percebe-se que apenas só a valorização dos conteúdos tradicionais fica apática e sem vivência atual do que se é visto. Os temas transversais foram inseridos aos PCNs em sua versão final no ano de 1997. Desde esse período, a base comum, deve ser complementada por uma parte diversificada.

Desta forma, os temas transversais fazem parte de um currículo mínimo organizado e determinado nos PCNs, do qual os princípios viabilizam o bem-estar social do próximo, bem como o respeito ao espaço do próximo e o respeito ao planeta terra. Deixando a conjuntura de unilateralista e se transformando em pluralista. Os assuntos sociais mais urgentes e discutidos se tornaram parte integrante junto com os conteúdos tradicionais do conhecimento, mas de forma explícita e sistematizada a essas áreas.

Os temas transversais se fixarão através da seleção de conteúdos que permitissem a concretização dos objetivos estabelecidos para os mesmos dentro de um contexto atualizado. Alarga-se assim a criação de ciclo de conteúdo escolar nos quais devem ser integrados ao currículo, que são eles: ensino de hábitos, atitudes, valores e procedimentos que possam contribuir para o desenvolvimento e socialização discente.

Os parâmetros curriculares e os temas transversais, enfatizam *a moralidade humana* no contexto histórico e social. O discente deve saber sobre *a disparidade de valores* presentes na sociedade brasileira. Porém, por se tratar de uma referência curricular nacional, que prioriza o exercício da cidadania, é imperativa a remissão à referência nacional brasileira: a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Nela, encontram-se elementos que identificam *questões morais*.

Assim, afirma-se que compete ao docente mostrar a seus discentes o caráter democrático da sociedade brasileira, já que este é um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão de conflitos, ou seja, a pluralidade. Os discentes devem aprender conceitos como liberdade, tolerância, sabedoria de conviver com o diferente, com a diversidade. Nesse contexto, a escola deve educar seus discentes a fim de prepará-los para a construção de saberes e serem livres para pensarem e julgarem.

Os conceitos ética, moral e cidadania

Ética na concepção de alguns filósofos como Sócrates, Aristóteles, Marx, Nietzsche e Thomas Morus concerne num conteúdo de No mundo contemporâneo, a situação da moral e da ética, em síntese, nos lança diante de um impasse: de um lado prevalece a ordem subjetiva das vivências e emoções, a anarquia dos princípios ou a simples ausência deles; de outro lado, a razão dominadora, instrumento de repressão, como nos denuncia Marx e Nietzsche, entre outros.

Percebeu-se que a ênfase dada pelo filósofo Aristóteles, para o qual o homem é um animal por natureza social, político, e Thomas Morus, que afirmava que “nenhum homem é uma ilha”, ratifica que a moral tem um papel social, pois, é o conjunto de regras que determinam como deve ser o comportamento dos indivíduos em grupo, mas, ademais. Nestes termos, o homem ocupa um papel ambíguo, de herdeiro e criador de cultura, só conseguindo ter uma vida autenticamente moral quando, a partir da moral herdada, é capaz de propor uma moral forjada em suas experiências de vida.

Sobre a compreensão do papel da educação na formação ética dos seres humanos, entende-se que a educação do cidadão e da cidadã deve levar em conta mediante aos seus projetos pessoais e também suas capacidades de universalização, que deve ser exercido construindo assim valores que adentram a escola e na Sociedade como um todo.

A condição de ser cidadão é apresentada como a ação de se praticar os direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país, isso posto, os cidadãos pertencentes a estas nacionalidades tem fatores e leis a serem seguidas e respeitadas. Um bom funcionamento da cidadania importa em que os direitos e deveres devem caminhar juntos e indissociáveis, e o respeito e desenvolvimento dessas duas partes constitui em uma sociedade de caráter isonômico e justo.

A Ética, originada do grego *ethos*, traduz o modo de ser, o caráter da pessoa, enquanto que a palavra Moral, de origem latina, refere-se a costumes. A filosofia consagra, através do conceito do que vem a ser “Ética”, a íntima relação entre o indivíduo e a sociedade, mediante deveres de cada ente para com a convivência em sociedade. A Moral configura um leque de normas, costumes, valores que traçam o comportamento do ser humano no grupo social. Ela impõe um conjunto de leis, de preceitos, sendo assim normativa. Em se tratando de Cidadania, pode-se afirmar que ela se concretiza mediante a conciliação entre o conhecimento e a conquista dos direitos humanos. A transversalidade, por sua vez, unida a preceitos de ética e cidadania nas escolas brasileiras conjecturam inovação no ambiente escolar na construção discente do ser protagonista em sociedade.

A língua portuguesa na formação ética e cidadã

Oferecer aos discentes, condições para que sejam protagonistas na sociedade sob uma perspectiva cidadã ocorre, sem dúvida, por meio da língua materna, possibilitando a partir dessa ideia uma interação social mais convicta. A importância da língua portuguesa na formação ética e cidadã consiste num verdadeiro conjunto de saberes de formação em competências e habilidade da língua materna. Comunicar-se na Língua Portuguesa e ainda ser conhecedor do idioma materno, torna-o discente apto a ser usuário da língua vai contribuir para o discente interagir com o mundo.

Se ele não possui o conhecimento de sua própria língua, não conseguirá fazê-lo de maneira adequada com o mundo que o cerca. Sobre ser cidadão significa usufruir de direitos e deveres, civis e políticos ou, conforme Boff (2002, p. 51),

[...] o processo histórico-social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico plasmador de seu próprio destino. O grande desafio histórico é certamente este: como fazer das massas anônimas, deserdadas e manipuláveis um povo brasileiro de cidadãos conscientes e organizados. É o propósito da cidadania como processo político-social e cultural. Nessa direção, fazer uma discussão sobre a importância da Língua Portuguesa na vida cotidiana dos estudantes para uma formação cidadã é relevante e indispensável para a compreensão dos dilemas do ensino dessa disciplina.

A disciplina de Língua Portuguesa adquire, no currículo importância cada discente traz consigo um saber, a docente efetiva nesse auxílio, pois cada pessoa é diferente, tem leitura de mundo diferente, o viável, é mostrar aos educandos os prós e contra, cabendo assim ao discente decidir. Utilizando-se a taxonomia apresentada pelo gramático, filólogo e linguista da Academia Brasileira de Letras Evanildo Bechara (2008, p. 20),

[...] a língua não se esgota só na chamada Língua Padrão. A língua tem suas variedades de acordo com as situações sociais por que passa o falante. A nossa tese que é muito frequente na Europa, é transformar o aluno poliglota na sua própria língua. Que ele possa dominar mais de uma variante para estar capacitado a lidar com alguém analfabeto, semialfabetizado ou alguém que domina a Língua Portuguesa, e usar a linguagem para o bem conviver entre os seres humanos.

Os componentes curriculares intervêm no ensino-aprendizagem da língua materna, devendo colaborar para o desenvolvimento das habilidades do discente ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português. Desta forma os Temas Transversais como éticas e cidadania podem amparar os docentes no ensino de Língua Portuguesa para os discentes. Presume-se com essa conjectura ampliar habilidades e capacidades específicas na comunicação oral e escrita. Proporcionando assim aptidões necessárias para que possam desenvolver com integridade e proeminência exatidão na holística da sociedade.

Por meio das explicações apresentadas por Bechara (2008), compreende-se que o uso da linguagem para o bem conviver entre os seres humanos é condição para que os profissionais de Língua Portuguesa desenvolvam práticas educacionais em todas as etapas da educação básica, e também, para oferecer aos estudantes condições de serem mais críticos e reflexivos, preparados para os desafios do mundo do trabalho.

O papel docente e discente na formação transdisciplinar visando atingir a ética e cidadania

Nesses designios, Edgar Morin convoca todos a pensar que tipo de transdisciplinaridade precisa ser realizada para que de fato, se comece a se materializar essa possibilidade, tanto na estrutura das escolas como nas referências para a docência. É o momento não só da “reforma do pensamento”, de acordo o autor, é necessário um conhecimento integrado a vida e conduta. Neste sentido, é papel do docente romper a estrutura fragmentada de conhecimento, para algo que transcenda uma formação discente voltada para a participação na sociedade, pois, transdisciplinaridade diz respeito à dinâmica dos diferentes níveis de realidade. Para conhecê-la é preciso o conhecimento disciplinar, “o que quer dizer que a própria pesquisa transdisciplinar se apoia na pesquisa disciplinar. No entanto, enfocada a partir da unidade do conhecimento. Portanto conhecimentos disciplinares e transdisciplinares não são antagônicos, são complementares” (SANTOS, 2004 p. 111)

O educador precisa além de uma prática crítica e reflexiva, ser um facilitador do processo de ensino e aprendizagem, capaz de observar no discente um sujeito essencial na edificação de saberes, capaz de propiciar alternativas que auxiliem a interação e o desenvolvimento de cada docente, pois somente através da educação pode-se ter uma compreensão melhor da realidade. Portanto, dialogar sobre uma educação para o futuro é muito mais que uma função do docente ou um conjunto de competências, se observa no docente transdisciplinar uma vivência a prática, onde se estabelece relação afetiva de amor à vida, ao conhecimento e de responsabilidade diante do seu papel enquanto formador de seres humanos participativos na sociedade e na educação planetária.

Quando o docente passa a ter sua postura reflexiva aberta para melhor orientar seu discente, seu trabalho passa a ter um sentido dimensional mais complexo as particularidades de seus discentes, o encanto das pequenas descobertas e avanços que só nós docentes muitas vezes temos o prazer de perceber ou até mesmo orientá-los a chegar cada vez mais longe, mas muitas vezes nos remetemos a pequenas adversidades que pode vir a ocorrer dentro e fora da sala de aula, com esse intuito devemos solucionar de forma ética sempre buscando explicações, melhoramentos e acima de tudo investigando e construindo sua identidade docente junto a cada discente presente.

Através de pesquisas, o docente conhece a suas realidades, necessidades e anseios existentes e a assim conquista auxílios fundamentais para transformar e, aperfeiçoar cada dia mais sua atuação profissional e ampliando suas perspectivas mediante a um mundo melhor. Sendo assim, o docente enquanto pesquisador internaliza uma prática baseada na pedagogia afetiva, que passa a ser um meio, fundamental e destinação dos saberes que advém desde que esses possam ser orientados e apropriados pela ação reflexiva social docente.

Esse processo autorreflexivo é um procedimento que ocorre intimamente e sem interrupções, que permeia o antes, o durante e o depois da ação didática educacional. A postura docente nunca se foi tão levada em conta nos dias de hoje, pois dela se trata a maneira de orientar e acompanhar o processo educativo, tornando inevitável a reflexão sobre a ação e para que a ação. Já as expectativas em cima do docente reflexivo contemporâneo são muitas e devem ser orientadas através da capacidade de reflexão e autoconhecimento.

São muitas as possibilidades de se investigar a própria ação, podendo ser vista através das novas propostas que norteiam a educação e propõe a construção de um novo profissional, como por exemplo, a Interdisciplinaridade, a Multidisciplinaridade e a Transdisciplinaridade, mas é preciso estar ciente da necessidade dessa formação, bem como de sua função atuante no processo de agente transformador dessa sociedade, buscando sempre superar seus medos e anseios, retrazendo seus objetivos e assim, construindo educação significativa, prazerosa e valiosa.

A transdisciplinaridade reconhece a valorização de todos os saberes, onde é possível o docente transitar pelas diversas áreas do conhecimento, permitindo assim um melhor aprendizado do educando, através de uma educação planetária, que propõe a compreensão da natureza e da vida humana, pois o nosso planeta necessita de uma participação social mais abrangente. A capacidade de comunicação por domínio da linguagem fala, escrita ou corporal,

Inseridas na relação do docente com o discente para uma formação ética e cidadã, perpassado pelo ensino de língua portuguesa constrói um papel social da escola a partir de habilidades relacionadas com os conteúdos comportamentais em detrimento da aquisição de competências. Fundamentada assim no real sentido das palavras dentro e fora de contexto paralelamente entre competências e sobretudo o compromisso enquanto profissional de educação.

A transdisciplinaridade e educação perpassando pela ética e a cidadania

Tais hipóteses, ao ser comprovada na física quântica, atestou na época algo inacreditável, ao demonstrar que o quanto é composto ao mesmo tempo de ondas e corpúsculos e que, no nível do quanto, a contradição entre onda e corpúsculo desaparece (IDEM, 1999). Desta forma, é uma transgressão da dualidade que se confronta os pares binários: sujeito/objeto, subjetividade/objetividade, matéria/consciência, natureza/divino, simplicidade/complexidade, reducionismo/holismo, diversidade/unidade. Ela não só é multidimensional, como também aparece com multirreferencial, transportando a que a compreensão dos múltiplos graus de realidade se abra em leques conforme os tipos de observador, da qual a observação, quando aprofundadas, permite uma observação cada vez mais aberta e com mais significado.

Mas exatamente no século XX, em 1994, aconteceu a Primeira Grande Manifestação Mundial da Transdisciplinaridade, apoiada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas, com a participação de Basarab Nicolescu, Edgar Morin e Lima de Freitas, desta forma a procriação transdisciplinar adquiriu uma dimensão internacionalmente vista. A veracidade da vida, não é fragmentada, nem dividida em disciplinas, é feita de uma educação de qualidade onde requisita um ensino que envolva a compreensão do ser, da vida, da cultura, em suas relações e inter-relações. Desse jeito, a escola assume para si um papel fundamental de preparar o educando para a vida em sociedade.

Morin (2010 p. 99) saliente que, reformar um pensamento é um problema paradoxal, pois para reformar o pensamento é necessário antes de tudo reformar as instituições que permitem esse novo pensar. Mas para reformar as instituições é necessário que já exista um pensamento renovado. Este não deve ser ultrapassado deve começar por movimentos marginais/ movimento piloto pelas universidades e escolas de boa formação. O grande problema é a reeducação dos educadores.

Neste contexto, o novo paradigma de educação deve ser focalizado para uma reforma do pensamento crítico, onde a transdisciplinaridade é a chave para que a educação possa ser visualizada com outros conceitos e novas ideias, já que essa prática é uma oportunidade de melhoria no processo de ensino aprendizagem, transformando assim as aulas, bem mais atraentes e eficientes, pois a mesma conglomerada todas as disciplinas do contexto escolar, através da articulação entre as inúmeras faces de compreensão mundial. De fato, o que transfigura o conhecimento imprescindível não é a sua condição, mas o seu longo processo. Para Nicolescu (1999, p. 53):

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e mais além de qualquer disciplina, seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.

A urgência e eficácia de uma educação dialógica e comprometida profissionalmente irá dirigir essa relação, pois a realidade complexa, dinâmica e relacional requer uma prática de educação que trabalhe o conhecimento diante da percepção da realidade, pois o enfoque transdisciplinar reconhece o que “está entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina” (NICOLESCU, 2000, p. 2).

Diante de tantos fatos, acontecimentos e informações constantes que ocorrem a todo o momento, é preciso que a escola esteja preparada para construir o conhecimento a partir das ações e interações entre os sujeitos envolvidos, para que a aprendizagem se torne significativa. É nesse universo de grandes relações, que a prática pedagógica transdisciplinar determina novos objetivos e estratégias para o desenvolvimento de ensino aprendizagem, que visa uma educação com um olhar voltado para as relações do mundo e para como o mundo.

Assim, é tão importante quanto conhecer e discutir as ideologias políticas em vista da transformação social, também é de suma importância: o autoconhecimento; o trabalho com o corpo, com as emoções, com a razão e com o espírito; o desenvolvimento da consciência ecológica; o respeito pelas diferenças pessoais, coletivas e raciais; a articulação entre o mundo da interioridade e da exterioridade sócio-político-econômica em uma realidade onde todas as dimensões estão interligadas (SANTOS NETO, 2006 p. 42).

Dessa forma, esta visão ampla dos valores estabelece uma construção de saberes, mediante a uma prática reflexiva humana de um conhecimento aberto a vida ao seu redor, tanto na sala de aula como fora dos muros da escola, visão essa que chega até a casa de cada docente. A proposta transdisciplinar é uma prática que vai muito além das disciplinas, já que possibilita conhecimentos para a construção de uma educação planetária e integrada, trabalha a espiritualidade dos educandos diante dos fatos ocorridos atualmente, propicia uma visão global na tentativa de alcançar um equilíbrio físico e emocional essencial para a edificação de saberes para o exercício pleno da cidadania.

Esta educação para a cidadania planetária se constitui a partir de uma prática promovida de forma integral, ou seja, constituições executadas entre a natureza, o homem e a sociedade. Para Edgar Morin (2003 p. 65) significa:

a assumir a condição humana, ensinar a viver”. Diante deste trabalho pedagógico interdisciplinar, é que se constrói valores e atitudes não mais centradas no interesse próprio, mas no coletivo, através de ações eficazes e sustentáveis importantes para a construção de um novo paradigma educacional, uma formação humana capaz de reinventar e redescobrir, pois o conhecimento da realidade possibilita a construção de novos saberes.

Nesse panorama, é fundamental que as crianças estejam preparadas para além do conhecimento, mas também para um mundo todo novo a ser despertado dentro delas, que levam em consideração os diferentes aspectos do todo, mediante a saberes e competências necessárias para distinguir, compreender e buscar soluções para os desafios relacionados a sustentabilidade do ser humano e da sociedade em geral, através da comutação dinâmica entre as diversas ciências do conhecimento escolar.

Portanto, a transdisciplinaridade diz respeito à excursão dos diferentes níveis de realidade e para conhecê-la é necessário o conhecimento disciplinar, o que quer dizer que a própria pesquisa transdisciplinar se apoia na pesquisa de cada disciplina. Toda via, enfocada a partir da unidade do conhecimento, portanto conhecimentos disciplinares e transdisciplinares não são antagônicos, são complementares um ao outro.

Partindo desse pressuposto de aprendizagem, nota-se a importância de se respeitar os valores e a diversidade do que é o ser humano e da bagagem que ele traz consigo através de uma prática que explica o conhecimento de forma reflexiva, voltada para elementos como o afeto, a espiritualidade, os valores étnicos e a pluralidade de saberes, ou melhor, surge como resposta aos desafios atuais. Portanto, mesmo diante da dificuldade para se efetivar a prática transdisciplinar no contexto escolar, a mesma deve ser buscada constantemente e deve estar presente no projeto político pedagógico da instituição da escola para que de fato, toda equipe pedagógica possa transitar entre elas e formar discentes socialmente preparados para uma educação planetária, em virtude que, está prática leva o ser humano a ter consciência da essencialidade do outro e da realidade social que o mundo possui.

No processo de ensino e aprendizagem é de suma relevância que ocorra uma dialógica entre os diversos campos do saber, e a transdisciplinaridade aparece como uma possibilidade para este funcionamento. Assim, é de fundamental importância à função organizada das propostas curriculares, que devem apresentar em seu currículo os aspectos emocionais, sociais, espirituais e ecológicos, a natureza e a vida humana do planeta necessitam de uma participação social cada vez mais presente. Desse modo, as ações realizadas na prática transdisciplinar possibilitam ao discente o conhecimento como consequência do sentido da vida, de forma individual e coletiva o educando participa diretamente sem de forma a interage sobre a realidade em sua totalidade, a relação entre os diversos olhares, permitindo a construção de sua identidade como sujeito da história.

A transversalidade da ética e da cidadania deve sempre está em comum acordo com a função social existente na escola, deve-se também utilizar as Diretrizes Curriculares Nacionais que indicam como primeiros objetivos que as escolas possam recorrer e estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas atuantes e contextualizadas, desta forma possam obter princípios norteadores, que são eles: princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

A formação ética e cidadã, a disciplina de língua portuguesa e a transdisciplinaridade é um desafio para todos os educadores e educadoras do Brasil: docentes, direção, equipe pedagógica, funcionários, funcionárias, pais e mães. Toda via, fica cada vez mais claro que o espaço escolar é

um lugar beneficiador para a formação do cidadão e da cidadã, tendo em vista o convívio social e a possibilidade de viver experiências educativas mais amplas, guiadas por profissionais formados com dedicação para esse fim. Quando se pensa na formação integral do cidadão e da cidadã, os conteúdos da educação escolar devem ser considerados em sua totalidade.

Considerações finais

Mediante o resultado da pesquisa, pode-se observar que, uma educação significativa deve estar correlacionada à visão de mundo contemporâneo. E que a transdisciplinaridade é uma proposta pedagógica que assessora na compreensão desta relação, haja vista que, este método propõe uma prática diferenciada e eficaz capaz de propor soluções para problematizações atuais das mais diversas partes, em sua divisão, até que constitua o todo.

Percebeu-se durante o estudo que a transdisciplinaridade, é um processo invocatório que favorece o pensamento dominante, visto que, propicia saberes baseados na complexidade do mundo, do ser humano e no resgate dos valores. Além disso, foi possível observar nesse contexto, que o docente tem um papel fundamental na formação ética e cidadã dos discentes, assim sendo, para que essa nova prática contribua neste processo, é necessário conhecer os limites disciplinares presentes na educação escolar.

Através da promoção da busca de significados entre disciplinas, principalmente sobre os diversos assuntos atuais, os quais demandam ser vistos através de múltiplos olhares tendo como ferramenta pedagógica a transdisciplinaridade.

É importante ressaltar que, esta abordagem não se faz capaz de resolver toda a problemática de aprendizagem educacional, mas ameniza lacuna existente em um mundo individualizado disponibilizando tentativas de mudar o modelo paradigmático instituído pelo ensino tradicional, de uma educação sem significado. Sob a ótica educacional, o refletir sobre as próprias ações e buscando reconstrução e superação para o ambiente escolar é uma estratégia de grande potencialidade. Portanto, jugamos ser de fundamental importância o desenvolvimento de estudos sobre a temática despertada, como estratégia de aprimoramento do ensino transdisciplinar de Língua Portuguesa.

Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. 3 ed. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- AUGUSTO, M. A. P. **A Ética como Tema Transversal**: um estudo sobre valores democráticos na escola. São Paulo, 2001. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2001.
- BECHARA, E. **Moderna gramática do português contemporâneo**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELLONI, M. L. (org.). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, L.; MORIN, E.; NICOLESCU, B. Carta de transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, B. *et al.* **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2000, p.177-81.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo, Atlas, 1994.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- NIETZSCHE, F. **O livro do Filósofo**. São Paulo: Centauro, 2004.
- NIETZSCHE, F. **Educação e Complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2009.

NIETZSCHE, F. CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária** - O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NICOLESCU, B. *et al.* **Educação e Transdisciplinaridade I**. Brasília: Unesco, 2000.

OLIVEIRA, Dalila A. Política Educacional. *In*: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana C.; VIEIRA Livia F. (org) **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2010, CD-ROM. p. 21.

PIAGET, J. A. L.; SILVA, R. M. R. **Psicologia e pedagogia**. Tradução de Dirceu. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

SANTOS, A. **Didática sob a ótica do pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, Lucerna, 2006.

SANTOS NETO, E. **Por uma educação transpessoal: a ação pedagógica e o pensamento de Stanislav Grof**. Rio de Janeiro:

Recebido em: 20/12/2019

Avaliado em: 15/02/2020

Aprovado em: 20/04/2020

ÉTICA E CIDADANIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Gleice Kelly da Silva Gomes⁷³

Mayara Ferreira de Farias⁷⁴

Carlos Moisés de Oliveira⁷⁵

Rochele Kalini de Melo Ribeiro⁷⁶

Resumo

O presente artigo busca investigar as contribuições da reflexão ética para o enfrentamento do preconceito linguístico em sala de aula, bem como analisar conceitos fundamentais a essa empresa, tais como: ética, moral, cidadania, variação linguística e tipos de gramática (normativa, descritiva e reflexiva ou internalizada). A pesquisa empreendida é de cunho qualitativo, um estudo de caso, com os resultados e conceitos pertinente trabalhados a luz de teóricos como: Possenti (2012), Bagno (1997), Terra (2008), Valência (2008), Abbagnano (2008) dentre outros. A pesquisa foi aplicada em uma turma de 4º ano, da Escola Estadual Professora Maria Augusta da Trindade, objetivando compreender como os alunos encaram o preconceito linguístico, com base nessas informações aplicamos algumas intervenções em sala de aula (texto teatral, discussões e exercícios sobre o tema), buscando destacar a importância do respeito às variantes do padrão normativo e promover a cidadania, oportunizando aos envolvidos um olhar mais atento e cauteloso sobre a diversidade linguística, bem como, por intermédio de uma reflexão ética e cidadã, ajudar os alunos a desenvolverem uma consciência inclusiva no que tange a pluralidade cultural do país, em especial as variações da língua presentes na sala de aula como elemento de universalização do exemplo, isto é, que os alunos se tornem capazes, independentemente das circunstâncias e do *locus*, de respeitarem qualquer variação da língua a qual tenham acesso.

Palavras-chave: Variação Linguística. Preconceito Linguístico. Ética e Cidadania.

Abstract

This article seeks to investigate the contributions of ethical reflection to cope with linguistic prejudice in the classroom, as well as to analyze fundamental concepts to this company, such as: ethics, morals, citizenship, linguistic variation and types of grammar (normative, descriptive and reflective or internalized). The research undertaken is of a qualitative nature, a case study, with the results and concepts pertinently worked in the light of theorists such as: Possenti (2012), Bagno (1997), Terra (2008), Valencia (2008), Abbagnano (2008) among others. The research was applied in a 4th year class, from the State School Professor Maria Augusta da Trindade, aiming to understand how students face linguistic prejudice, based on this information we applied some interventions in

⁷³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil e em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da rede de Ensino Fundamental do Estado do Rio Grande do Norte – Brasil. E-mail: gleice.biologia.ufrn@gmail.com.

⁷⁴ Doutoranda em Turismo - PPGTUR/UFRN. Graduada em Letras Espanhol - IFRN. Mestre em Turismo - PPGTUR/UFRN. Bacharel em Turismo - UFRN. Licenciada em Filosofia - ISEP. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana -UFRN. Especialista em Gestão Pública Municipal - UFPB. Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) - UFERSA.. Avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Pesquisadora Voluntária no Grupo de pesquisa em Marcas e Marketing (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>. E-mail: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

⁷⁵ Possui graduação (Bacharelado) em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008), mestrado em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011) na área de Metafísica e ética e doutorando em filosofia prática (2017) pelo programa interinstitucional da UFRN-UFBP-UFPE, com bolsa sanduíche na Universidad Computense de Madrid, UCM.

⁷⁶ Professora de Língua Portuguesa e Literatura. Professora de Metodologia do Trabalho Científico. Membro da base de pesquisa Formação da Literatura brasileira e Pós- modernidade. Professora formadora do curso de Especialização em ensino de Língua Portuguesa e Matemática numa Perspectiva Transdisciplinar no Campus EaD do IFRN. E-mail: rochelekalinimelo@gmail.com.

the classroom (theater text, discussions and exercises on the theme), seeking to highlight the importance of respecting the variations of the normative standard and promoting citizenship, giving those involved a more attentive and cautious look at linguistic diversity, as well as, through an ethical and citizen reflection, helping students to develop an inclusive awareness regarding the country's cultural plurality, especially the language variations present in the classroom as an element of universalization of the example, that is, that students become able, regardless of circumstances and locus, to respect any variation of the language to which they have access.

Keywords: Linguistic variation. Linguistic prejudice. Ethics and Citizenship.

Introdução

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação social que parte daqueles que se percebem como superiores em relação àqueles que não falam “corretamente”, isto é, de acordo com a gramática normativa. Segundo Marcos Bagno, “não existe uma forma “certa” ou “errada” de falar e que o preconceito linguístico, gerado pela ideia de que existe uma única língua, colabora com a prática da exclusão social”.

Nesse sentido, surgiu a necessidade de escrever um artigo que abordasse o tema, com a finalidade de esclarecer conceitos e discutir propostas que venham a minimizar esse tipo de preconceito tão presente em nosso meio.

Já existem muitos estudos sobre variedades linguísticas que mostram o quão prejudicial pode ser o desrespeito às variedades linguísticas e que subsídios utilizar para tentar combater práticas preconceituosas na escola.

Nem todos têm acesso a uma educação de qualidade, por esse fator falam de acordo com a língua materna que adquirem de seu meio, e é por causa do seu modo de falar que são discriminadas, por não saberem utilizar, o padrão culto da língua, isto é, como está definido na gramática normativa.

O objetivo basal deste artigo era minimizar ideias preconceituosas de que todos têm que falar apenas de acordo com a norma culta. Desse modo, foi abordado o problema em questão e os conceitos de variação linguística, ética e cidadania e outros conceitos baseados em autores conhecidos no meio acadêmico, tais como: Possenti (2012), Bagno (1997), Terra (2008), Valência (2008), Abbagnano (2008) dentre outros.

O tipo de pesquisa utilizada para a elaboração deste trabalho foi com abordagem qualitativa, através um estudo de caso, que busca compreender, especificamente, os motivos do preconceito linguístico no 4º ano, da Escola Estadual Professora Maria Augusta da Trindade, a partir da perspectiva dos alunos. Em um primeiro momento escolhemos o referencial teórico, já apresentado em um tópico de mesmo nome, depois apresentamos a atividade trabalhada e as questões desenvolvidas, por fim, uma análise dos dados obtidos, relacionando-os com a transversalidade da ética e cidadania como possibilidade de superação do preconceito linguístico. Os instrumentos aplicados a essa pesquisa constituem-se de um texto teatral retirado de livro didático do 4ºano, do ensino fundamental e um questionário:

Fundamentação teórica

Variações Linguísticas

A linguagem é um objeto sujeito a alterações, ou seja, é mutável, já que faz parte do ser humano e, também, de sua cultura. Conforme explica Bagno (2009, p. 18-19), “a língua não é uma abstração. Se tivermos isso sempre em mente, poderemos deslocar nossas reflexões de um plano

abstrato – ‘a língua’ – para um plano concreto – os falantes da língua”. Nesse sentido, pode-se afirmar que a língua sofre variações com o decorrer do tempo e das circunstâncias.

São as variações linguísticas que, como discorre Bagno (2007): “nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a língua portuguesa de modo idêntico”. Considerando-se que o papel primordial da língua é a comunicação, então as variações acontecem de acordo com a interação social dos falantes.

De tal maneira, essas variações carregam suas heranças culturais e representam a identidade de um povo. Dessa forma, estão associadas às diferenças regionais dos dialetos, regionalismos, gírias e sotaques, os quais são desenvolvidos ao longo do tempo e que envolvem os aspectos históricos, sociais e culturais de determinado grupo.

Em classes sociais mais privilegiadas a norma culta geralmente predomina entre os falantes, diferenciando-se de classes sociais desprestigiadas, que utilizam uma linguagem mais coloquial e simplificada. Essas variações deveriam ser vistas como importantes para a comunicação, no entanto, são apontadas como erros que, por conseguinte, ocasionam o preconceito linguístico, que é decorrente de um preconceito social. As pessoas que não tem acesso à educação e aos bens culturais da elite sofrem o mesmo preconceito que pesam sobre elas mesmas.

Os PCN’s da Língua Portuguesa nos remetem ao problema do preconceito presente na sociedade com relação aos dialetos falados como algo que deve ser tratado com respeito à diferença. Ao ensinar a Língua Portuguesa, o professor deve estar ciente de que não existe uma única forma “certa” de falar, por isso, é importante que seja ensinado desde cedo, nas escolas, as várias gramáticas existentes.

Gramática normativa, descritiva e reflexiva ou internalizada

Partindo da ideia que as escolas devem demonstrar que não existe uma única forma de falar e que é importante ensinar os tipos de gramática, Possenti (2012) define gramática como “conjunto de regras”. Esse conjunto de regras pode ser entendido como: “1. conjunto de regras que devem ser seguidas (gramática normativa); 2. conjunto de regras que são seguidas (gramática descritiva); 3. conjunto de regras que o falante domina (gramática internalizada)”.

Podemos dizer, de acordo com Possenti (2012), que a gramática normativa é o “domínio das regras por ela explicitada que visa à aquisição da variedade padrão tanto na produção oral quanto escrita. A gramática normativa faz uma representação da língua considerando as escolhas das pessoas cultas e do prestígio social, sobretudo na modalidade escrita”.

Com relação à gramática descritiva, segundo Possenti (2012), não tem preocupação normativa e procura explicar o que as pessoas falam. Essa gramática norteia o trabalho dos linguistas, que tentam “descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas”.

Já a gramática internalizada ou reflexiva, de acordo com Possenti (2012), “refere-se a hipóteses que habilitam o falante a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas frases e seqüências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua”. Possenti segue afirmando:

O que o aluno produz reflete o que ele sabe (gramática internalizada). A comparação sem preconceito das formas é uma tarefa da gramática descritiva. E a explicitação da aceitação ou rejeição social de tais formas é uma tarefa da gramática normativa. As três podem evidentemente conviver na escola. Em especial, pode-se ensinar o padrão sem estigmatizar e humilhar o usuário de formas populares como “nós vai” (POSSENTI, 2012, p. 90-91).

Como podemos verificar nos PCN'S (1997), as crenças de que existe uma única forma “certa” de falar e que a escrita é o espelho da fala, mostram o desrespeito com a cultura do outro apenas porque não é pautada na gramática normativa. Ainda segundo os PCN's, “a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas”.

Portanto, o preconceito linguístico pode ser amenizado se houver entendimento de que as variedades linguísticas fazem parte da língua portuguesa, bem como o respeito ao modo de falar do outro.

Ética e cidadania e sua relação com a superação do preconceito linguístico

No intuito de compreendermos detalhadamente a relação de ética e cidadania com a superação do preconceito linguístico é imperativo que tenhamos uma melhor compreensão dos significados de ética, moral e cidadania, por isso buscamos os significados desses conceitos, para esclarecer as diferenças e semelhantes e entender como podem ajudar a superar um preconceito pouco conhecido, o linguístico, porém bastante prejudicial aos afetados por ele.

O termo ética, de acordo com o dicionário Abbagnano, significa “aquilo que pertence ao caráter”. É a parte da filosofia responsável por investigar os princípios a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social. Trata-se de teorias que o indivíduo pode utilizar para encontrar o melhor modo de viver ou o melhor estilo de vida. No que diz respeito ao significado de ética, de acordo com o Abbagnano, podemos observar que a ética é:

Em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1- a que a considera como ciência do /zm para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem; 2- a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta (ABBAGNANO, 1990, não paginado).

A ética nos faz lembrar a moral, no entanto, apesar de serem temas relacionados, são conceitualmente diferentes. Enquanto a ética está relacionada com o modo de viver pelo pensamento humano (reflexão racional acerca da moral), a moral está fundamentada na obediência das normas, costumes ou mandamentos culturais. Ao recorrermos ao dicionário Abbagnano, encontraremos dois significados para a palavra moral. O primeiro refere-se a doutrina ética e, o segundo, à conduta.

“Do ponto de vista ético, a cidadania deve ser entendida como consciência e atitude de respeito universal e liberdade na tomada de posição” (BRASIL, 2000, p. 49). Promovendo “a capacidade de reconhecer o outro em sua identidade própria e a admissão da solidariedade como forma privilegiada da convivência humana” (BRASIL, 2000, p. 49). Já do ponto de vista político,

A cidadania só pode ser entendida plenamente na medida em que possa ser traduzida em reconhecimento dos direitos humanos, prática da igualdade de acesso aos bens naturais e culturais, atitude tolerante e protagonismo na luta pela sociedade democrática. Sem a consciência de direitos e deveres individuais e coletivos, sem a sede de uma sociedade equânime o que foi produzido socialmente, sem a tolerância a respeito de opiniões e estilos de vida “não convencionais” e, sobretudo, sem o engajamento concreto na busca por uma sociedade democrática, não é possível de nenhum modo que se imagine o exercício pleno da cidadania. É o aspecto que poderíamos chamar de participação democrática (BRASIL, 2000, p. 49).

Nesse sentido, observamos que para uma boa convivência humana é necessário fazermos uso da ética, da moral e da cidadania em todos os espaços sociais, em especial dentro da escola, devido ser o lugar responsável por formar pessoas para exercerem a cidadania na sociedade.

Quando esses valores são deixados de lado abre-se espaço para um tipo de preconceito pouco conhecido, o preconceito linguístico, uma atitude de julgamento em relação à diversidade linguística, ou seja, é o desrespeito ao modo de falar alheio. Os que mais sofrem são aqueles advindos das camadas mais pobres da sociedade, que não tiveram as mesmas oportunidades de acessos aos instrumentos da cultura letrada. Segundo Bagno (1999), ao contrário de outros tipos de preconceitos, o linguístico é alimentado diariamente por meios de comunicação que ensinam o que é “certo” ou “errado” de acordo com a gramática normativa e os livros didáticos.

Sobre um dos preconceitos mais sutis, Silva (2014), acrescenta:

No entanto, por trás dessa noção e percepção da realização como “erro” existe algo muito mais profundo do que um simples preconceito linguístico, existe, antes, um preconceito social. As pessoas que não usam “bem” sua língua estão afastadas dos grandes centros urbanos, têm pouco ou nenhum acesso à educação formal, têm subempregos ou vieram da zona rural. Enquanto que os “bons” falantes da língua têm acesso à educação formal, vivem nos grandes centros e têm bons empregos.

A escola precisa deixar de utilizar como base de alguns mitos: o de que existe uma única forma ‘certa’ de falar; a que parece com a escrita; e o de que a escrita é o espelho da fala. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural”. Essa é a orientação curricular nacional citada pelo MEC como motivo de promover a segurança dos estudantes para “expressar a ‘sua voz’”. Para o Ministério da Educação (MEC), o papel da escola é não só o de ensinar a forma culta da língua, mas, também, o de combate ao preconceito sofrido pelos alunos que falam “errado”.

O reconhecimento da variação linguística é condição necessária para que os professores compreendam o seu papel de formar cidadãos capazes de usar a língua com flexibilidade, de acordo com as exigências da vida e da sociedade. Isso só pode ser feito mediante a explicitação da realidade na sala de aula”, diz a nota da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

A escola é o espaço de ensino da língua formal onde os alunos aprendem que existem normas que fundamentam a forma “correta” de se comunicar. No entanto, na opinião de muitos linguistas, ao invés de julgar essas incorreções, o que se deveria deixar claro é que estas normas não são naturais, foram construídas e alçadas na condição de regra por certo grupo social economicamente dominante.

Com isso, podemos dizer que a norma culta, baseada na gramática normativa, deve ser valorizada e ensinada nas escolas, porém deve-se levar em consideração que esta é apenas umas das gramáticas existentes. As variações linguísticas podem ser influenciadas por diversos fatores, os que mais afetam são as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada, ou seja, o preconceito linguístico é também uma face do preconceito social e como já disseram Bagno (UnB) e Rangel (PUC-SP): “se uma pessoa é pobre, se tem origem rural, se não tem educação formal, se provém de uma região considerada atrasada, sua maneira de falar a língua será considerada (como suposta decorrência ‘natural’ desses fatos) ‘pobre””.

Diante disso, quem não faz uso da chamada norma culta da língua acaba exposto ao julgamento daqueles que acreditam que essa norma define quem tem capacidades intelectuais e culturais. Na verdade, as variações do nosso idioma também existem diferentes lógicas, diferentes apropriações do saber, do conhecimento e da cultura. É essa diversidade linguística que faz a língua ser viva.

Resultados e discussões

A proposta do plano de aula foi elaborada a partir de um texto de dramatização retirado de um livro didático, que trata de uma conversa iniciada na feira entre duas pessoas e acaba gerando um pequeno mal-entendido, mas que depois é solucionado por outras duas pessoas que aparecem no local.

Os alunos, de uma turma de 4º ano, foram convidados a encenar a peça para a turma de classe. Nesse sentido, trabalhar com o teatro na sala de aula foi além de assistir às peças, mas também de desconstruir a discriminação linguística. São grandes as vantagens dessa inserção. Os referidos alunos puderam perceber no texto dramatizado variações nas formas de falar dos personagens, como sotaque e diferentes significados para determinadas palavras – aproveitou-se o momento para explicar sobre essa variação diatópica, isto é, modo de falar de lugares diferentes (zona urbana e zona rural).

Após a interpretação, foi realizado um debate sobre variação linguística presente no texto, de forma a conscientizar os alunos contra o preconceito atrelado às variantes de menor prestígio. Sem o trabalho de conscientização, os estudantes andarão lado a lado com o preconceito linguístico, que, segundo Bagno (1999), “é fruto da ignorância”.

Os resultados dos dados obtidos nos questionários, aplicados aos alunos do 4ºano, foram expostos em gráficos, um abaixo do outro, de forma a serem analisados e comparados para podermos averiguar a frequência do preconceito linguístico com relação a língua portuguesa, no 4º ano da Escola Estadual Professora Maria Augusta da Trindade.

Gráfico 1. Você acha que quem fala “bicicreta”, “mota”, “comeno” sabem falar a língua portuguesa?



Fonte: Os autores, 2020.

De acordo com o gráfico acima, doze alunos responderam que quem fala desse modo também sabe falar a nossa língua, porém dezessete responderam que ao falar assim é porque não sabem falar “certo”.

Gráfico 2. Você acha que, em nosso país, existe apenas uma forma de falar ou existem várias?



Fonte: Os autores, 2020.

O Gráfico 2 mostra que 15 alunos acham que existe apenas uma forma de falar, enquanto que 14 alunos acreditam que existem várias. Após o questionamento, mostrei exemplos de palavras como tiara (adorno usado em torno da cabeça) que, enquanto em São Paulo é conhecida por arquinho, em Ceará e Pernambuco é conhecida por gigolete, alguns alunos chegaram a afirmar que conhecem o objeto pelo nome de tiara e que os outros nomes estão errados. Observa-se nesta afirmação um certo grau de preconceito linguístico, por esse motivo busquei mostrar à turma que a língua sofreu e ainda sofre alterações de região para região, de época para época, de classe social para classe social, ou ainda de geração para geração.

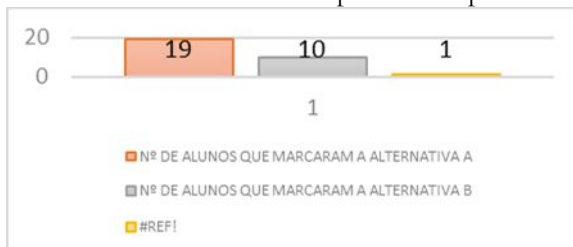
Gráfico 3. Você acha que seu modo de falar está de acordo com o padrão exigido pela escola? A alternativa “A” corresponde aos que acham que estão de acordo com a norma padrão. Já a alternativa “B” corresponde aos que não acham que estão de acordo com a norma padrão.



Fonte: Os autores, 2020.

De acordo com o gráfico acima, 12 alunos demonstraram estar de acordo com a norma padrão, pois acham que conseguem dominar a gramática normativa, já os outros 17 marcaram a alternativa B, pois afirmaram que é difícil aprender o português que os professores ensinam.

Gráfico 4. Você já foi vítima de preconceito linguístico? A alternativa “A” corresponde a resposta sim e a alternativa “B” corresponde a resposta não.



Fonte: Os autores, 2020.

Observamos que 19 alunos afirmaram que já foram vítimas de preconceito linguístico, ou seja, sofreram algum tipo de julgamento quanto ao seu modo de falar, já os outros 10 disseram não terem sofrido. Esse tipo de preconceito é considerado uma consequência dos preconceitos sociais. Para tanto, afeta mais aqueles que não tem acesso à educação ou que moram em lugares considerados “atrasados”.

A partir dos dados da entrevista e do texto, apresentados aos alunos, concluímos que é necessário realizar um trabalho que minimize a ideia preconceituosa que quem não segue a norma não sabe falar “certo”.

Considerações finais

A partir do que foi supracitado, destacamos que é preciso que o professor, principalmente aqueles que lidam diretamente com a língua materna, tenham consciência de que ela não é homogênea, nem parada no tempo e que a forma como cada pessoa fala tem seu valor e merece ser respeitada. Pequenas atitudes como ter empatia pelas pessoas ou evitar julgamentos podem ajudar no combate ao preconceito linguístico.

Assim, acreditamos que a inclusão do tema ética e cidadania servirá como maneira de colaborar no trabalho docente que anseia por uma sociedade onde haja respeito mútuo entre os cidadãos. Destarte, o tema em questão deve ser trabalhado nas escolas a partir dos anos iniciais, para que o “pequeno cidadão” compreenda que devemos respeitar o outro, ao invés de excluí-lo.

Por fim, afirmamos ser necessário que a escola eduque seus alunos para serem cidadãos éticos e respeitosos quanto às diferenças linguísticas de cada um. Para que isso aconteça é necessário que o professor realize um trabalho de conscientização, por meio de atividades educativas que elucidem a importância do respeito ao outro.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. Editora Parábola. 2009.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: O que é? Como se faz?** 2007. São Paulo: Ed. Edições Loyola, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/educar-para-a-cidadania-ldb-e-pcn>. Acesso em 20 jun. 2020.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- SILVA, A. G. **Preconceito Linguístico: Um Panorama Histórico do Latim ao Português Brasileiro**. Brasília. Junho de 2014. 47 p.
- TERRA, E. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione. 2008.
- VALENCIA, S. E. **O Preconceito Linguístico e os Problemas da Educação no Brasil**. Faculdades Integradas Hebraico Brasileira Renascença. São Paulo. 2008. 104 p.
- Recebido em: 20/12/2019
Avaliado em: 15/02/2020
Aprovado em: 20/04/2020